

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

ISABELLA DE CARVALHO VALLIN

GÊNERO E MEIO AMBIENTE:
DUPLA JORNADA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL
EM UMA COOPERATIVA DE MULHERES CATADORAS
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

SÃO PAULO
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

ISABELLA DE CARVALHO VALLIN

GÊNERO E MEIO AMBIENTE:
DUPLA JORNADA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL
EM UMA COOPERATIVA DE MULHERES CATADORAS
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ciência Ambiental.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 13 de Outubro de 2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca do IEE/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011

Orientadora: Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias.

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Vallin, Isabella de Carvalho.

Gênero e meio ambiente: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis. /Isabella de Carvalho Vallin; orientadora: Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias. – São Paulo, 2016. 152 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Catadores de material reciclável – aspectos socioambientais. 2. meio ambiental – aspectos sociais. I. Título.

Nome: VALLIN, Isabella de Carvalho

Título: Gênero e Meio Ambiente: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência. Área de concentração: Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento: _____ Assinatura _____

*À Dona Selma e a todas as catadoras de materiais recicláveis
À Rosalina e a todas as mães e trabalhadoras
À Paula e à futura geração de mulheres*

A gente já tem noção que é um trabalho muito importante pro meio ambiente. Eu sei que é um trabalho importantíssimo pro planeta, mas é um trabalho importante pra nós. Pra nós, mulheres daqui da cooperativa. Porque esse trabalho, além de ser importante pro mundo, ele traz renda. Dá condições da gente se manter e manter nossas famílias. Então, pro planeta já é importantíssimo. Pra nós então, é três vezes mais importante por conta que a maioria trabalha realmente pra se manter. Pra ter dignidade. Então só o fato da gente trabalhar pra ter a nossa dignidade, já é importante. E a gente saber, ter conhecimentos que é tão importante pro planeta, é satisfação.

(Vanessa, 31 anos, catadora).

AGRADECIMENTOS

Às mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas, que com toda a confiança permitiram que eu as acompanhasse durante três anos, as entrevistasse e discorresse sobre seus cotidianos nesta pesquisa. Obrigada por todo o aprendizado e carinho que me ofereceram.

À minha mãe, Rosalina, pelo estímulo e por seu amor. Por todas as lutas e sacrifícios que possibilitaram o meu ingresso ao mestrado e, por toda a educação e formação que me deu. Agradeço por ser um exemplo de superação e uma inspiração como mulher.

Ao meu pai, Maroni, pelas felizes memórias da infância. Por todo o esforço que contribuiu para o meu ingresso ao mestrado e por seu amor. Agradeço também à minha irmã, Giovanna, pelas brincadeiras e risadas que me fazem voltar a ser criança.

À minha querida orientadora, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias, pelas orientações, conselhos e incentivos. Por ter com enorme tranquilidade e generosidade contribuído para o meu crescimento como pesquisadora e mulher.

Às professoras Maria Cecilia Loschiavo, Sonia Seger Mercedes e Carolina Orquiza Chermem pelas contribuições precisas na banca de defesa. Certamente suas sugestões ajudaram a aprimorar e enriquecer esta pesquisa. Agradeço também à Sonia Maria Dias, que esteve presente na banca de qualificação e fez diversos apontamentos e ressalvas importantes para o desenvolvimento deste estudo.

À ITCP USP por contribuir com a minha transformação como sujeito político, por me propiciar conhecer as mulheres catadoras deste estudo, por me fazer ter esperança em outras formas de organização.

Ao GEPEM Resíduos e a todos os formadores que por ele passaram, pelas discussões, aprendizados, trocas, crescimento e amizades. Muitas das reflexões aqui apresentadas surgiram das reuniões do grupo.

Ao Café com Pesquisa pela oportunidade de trocas de experiências, pelo aprofundamento nos aspectos metodológicos, por acompanharem a minha jornada e torcerem pelo meu sucesso.

Ao Grupo de Trabalho “Antropologia do lixo: detritos de insumos industriais e de consumo” da XI Reunião de Antropologia do Mercosul, pelos debates, aprendizados e inspirações. Agradeço especialmente à Lucia Fernandez e Pablo Schamber pelos questionamentos, sugestões e provocações que influenciaram a condução deste estudo.

Ao meu companheiro, Ray Pinheiro Alves, que me apoiou durante toda essa jornada. Obrigada pela atenção, cuidado, amor, paciência e companheirismo. Agradeço também pela contribuição na pesquisa com a ajuda na confecção dos mapas, revisão, discussão de ideias e sugestões. IY.

Aos colegas de Pós-graduação do PROCAM, pelas tapiocas, pelas risadas, pelos desabafos e apoio, certamente crescemos juntos neste percurso. Agradeço especialmente ao Bruno Avellar, que esteve junto desde os primeiros passos, ainda na graduação, e, com quem tive a oportunidade de aprender e me inspirar.

À Gabriela Amorozo e Amanda França por vivenciarem todas as etapas dessa trajetória comigo. Agradeço pelas conversas, desabafos, sugestões, apoio e amor. Vocês tornaram essa jornada mais leve e agradável.

À Debora Tomaszewski pela amizade, carinho, incentivo e apoio. Obrigada pelas contribuições na pesquisa, e por, muitas vezes, me acalmar. Gratidão pelo amor que sempre nos unirá através da Paula.

Ao Gabriel Trettel pela amizade, estímulo e criticidade. Obrigada pelas conversas que influenciaram muitas das reflexões aqui apresentadas, pela revisão e pelo carinho.

À Amanda Balthazar pela amizade atemporal, por sempre me fortalecer, me apoiar e me inspirar a ser alguém melhor. Gratidão por todo o aprendizado e amor.

A todas e todos aqueles que me ensinaram e inspiraram ao longo do caminho: Dona Selma, Guiomar Conceição Santos, Cassia Almeida, Carlos Henrique Nicolau, Marcelo Silva, Sandra Mello Sampaio, Laissa Sobral, Elisangela Teixeira, Thamiris Rosa, Leonardo Carvalheira, Guilherme Miranda, Lucca Pérez, Danilo de Carvalho, Máira Wick, Mayara Fujitani, Olivia Ibri, Erica Aparhyan, Minoru Kodama, Manuel Rosaldo, Carlos Oliveira, Samuel Godoy, Ricardo Abussafy, Andreia Cristina da Silva, Caio Vilas Boas, Vivian Ferreira, Amanda Cseh e Laysce Moura.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que viabilizou financeiramente a realização desta pesquisa.

RESUMO

VALLIN, Isabella de Carvalho. **Gênero e Meio Ambiente: A dupla Jornada de Injustiça Ambiental em uma Cooperativa de Mulheres de Catadoras de Materiais Recicláveis.** 2016, 152. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Buscou-se nesta pesquisa entender as relações entre gênero e meio ambiente no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis de uma cooperativa do município de São Paulo. Para tanto, procurou-se compreender essa relação a partir dos espaços de moradia e trabalho das catadoras. Como fundamentação teórica foi adotada a Divisão Sexual do Trabalho e a Justiça Ambiental. O método utilizado foi o Estudo de Caso Estendido e a técnica de coleta de dados primários a Entrevista Narrativa. Foram entrevistadas dezesseis mulheres catadoras cooperadas. Para a interpretação dos resultados seguiu-se os postulados da Análise de Narrativa. Este estudo mostra evidências da situação de injustiça ambiental nos espaços de moradia e trabalho das catadoras entrevistadas. Além disso, demonstra que a dupla jornada de trabalho dessas mulheres leva a uma injustiça ambiental por gênero na catação. Também foi observada a relação entre a maternidade e o ingresso e permanência das catadoras na atividade. A análise da dupla jornada de trabalho das mulheres permitiu identificar três trajetórias distintas entre as catadoras entrevistadas: catadoras estruturais, catadoras conjunturais ocasionais e catadoras conjunturais por conveniência. A partir das diferenças e similaridades observadas entre os três grupos de mulheres catadoras percebeu-se que fatores como a trajetória familiar, vulnerabilidade social e segregação espacial urbana foram os principais motivos que as levaram à catação. Verificou-se, ainda, que as mulheres estão mais expostas aos riscos ambientais justamente pela dupla jornada de trabalho. Dessa maneira, considerou-se que a presença dos fatores de injustiça ambiental na dupla jornada de trabalho caracteriza o que foi denominado neste estudo de “dupla jornada de injustiça ambiental”. A jornada reprodutiva associada aos riscos ambientais ligados à habitação e a jornada produtiva referente aos riscos ocupacionais e à precariedade no trabalho.

Palavras-chave: gênero e meio ambiente, justiça ambiental, divisão sexual do trabalho, vulnerabilidade socioambiental, mulheres catadoras de materiais recicláveis.

ABSTRACT

VALLIN, Isabella de Carvalho. **Gender and Environment: the double burden of environmental injustice in a cooperative of women of recyclable materials in São Paulo**. 2016, 152. Master thesis (Master in Environmental Science) - Environmental Science Graduate Programme - Institute of Electrotechnics and Energy, University of São Paulo, Brazil, São Paulo, 2016.

This thesis aimed understand the relationship between gender and environment among women waste pickers of a cooperative of recyclable materials in São Paulo. To understand this relationship, the concept of Environmental Justice was chosen as framework, showing the disproportional dynamic of environmental conflicts that affect the most marginalized and vulnerable people, marked with social inequality due to class, race and gender. In addition, studies discussing the Sexual Division of Labor were also used, considering that women are particularly disadvantaged because of their double burden, when the reproductive work is free and invisible and the productive work is devalued. The Extended Case Method was used as methodology and the women cooperative was observed for three years. The data collection was made using the narrative interview technique and sixteen women waste pickers were interviewed. The data analysis used narrative analysis postulates. The results showed that the women waste pickers who are spatially segregated and residents of Jardim das Flores slum are exposed to multiple risks: geomorphological risks of slipping and washouts; proximity of high-voltage power lines and; low infrastructure conditions linked to sanitation and garbage collection. Due their reproductive shift, the women spend more time in home and consequently in the slum, rising their vulnerability of those risks. Further, the wish to conciliate the double burden was also responsible for their work as waste pickers, with a female perpetuation in the scavenging activity. Then, the women are more exposed to occupational risks and the burden of environmental inequality in recycling chain. In conclusion, women waste pickers are exposed to a double burden of environmental injustice: one related to habitational risks and one to precariousness of labor and occupational hazards. Thus, there is a interweaving of social inequalities historically imposed by patriarchal logic to keep the foundations of the current economic system, and the black women, householder and poor are who bear the environmental damage to maintain that system.

Key-words: gender and environment, environmental justice, sexual division of labor, environmental vulnerability, women waste pickers

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da Cadeia da Reciclagem no Brasil. Fonte: Elaboração própria a partir de Burgos (2008); Gonçalves-Dias (2009) e; Wirth (2013).....	49
Figura 2 – Riscos geomorfológicos e das linhas de alta tensão na Favela Jardim das Flores Fonte: Dados do IBGE (2010). Elaboração própria.	78
Figura 3 – População residente na Favela Jardim das Flores segundo raça/cor. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).	80
Figura 4 – Condições do saneamento nos domicílios da Favela Jardim das Flores. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).....	82
Figura 5 – Localização da Cooperativa das Rosas dentro da Favela Jardim das Flores Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Geosampa (2010).....	89
Figura 6 – Equipamentos educacionais próximos à Cooperativa das Rosas Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Geosampa (2010).....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual dos catadores de materiais recicláveis por faixa etária, segundo país, região, município e cooperativa estudada.....	96
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz de amarração da pesquisa Fonte: Elaboração própria.....	60
Quadro 2 – Estrutura do roteiro de pesquisa. Fonte: Elaboração própria.	64
Quadro 3 – Identificação das entrevistas Fonte: Dados da pesquisa.....	66
Quadro 4 – Entrevistas, áudio e transcrições. Fonte: Elaboração própria.....	66
Quadro 5 – As sete fases da análise da narrativa realizadas neste estudo. Fonte: Elaboração própria a partir de Fraser (2004).	69
Quadro 6 – Descrição dos critérios de condução e aplicação da pesquisa Fonte: Elaboração própria a partir de Bell (2014); Pozzebon, Petrini (2013) e; Creswell (2010).	71
Quadro 7 – Naturalidade das entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.	73
Quadro 8 – Naturalidade e Anos de residência na Favela Jardim das Flores. Fonte: Dados da pesquisa.....	76
Quadro 9 – Médias de horas diárias dedicadas ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo por mulheres catadoras e seus cônjuges.....	85
Quadro 10 - Idade das catadoras entrevistadas Fonte: Dados da pesquisa.....	95
Quadro 11 – Idade e Cor/Raça/Etnia autodeclarada das catadoras entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.....	97
Quadro 12 – Escolaridade das catadoras entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.	99
Quadro 13 – Quantidade de filhos, idade da primeira gravidez e da primeira atividade laboral das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.	100
Quadro 14 – Quadro síntese das características dos grupos de catadoras de materiais recicláveis participantes deste estudo Fonte: Elaboração própria a partir de Schamber (2006) e dados da pesquisa.....	106
Quadro 15 – Síntese das características sociodemográficas das catadoras estruturais participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.....	107
Quadro 16 – Situação econômica das catadoras estruturais participantes deste estudo. Legenda: U.C: União Consensual. Fonte: Dados da pesquisa.	109
Quadro 17 – Quadro síntese das características das catadoras conjunturais ocasionais participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.....	114
Quadro 18 – Atividades profissionais anteriores à catação. Fonte: Dados da pesquisa.....	116
Quadro 19 – Situação econômica das catadoras conjunturais ocasionais participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.	121
Quadro 20 – Síntese das características socioeconômicas das catadoras conjunturais por conveniência participantes deste estudo Fonte: Dados da pesquisa.....	122
Quadro 21 – Situação econômica das catadoras conjunturais por conveniência participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.	123
Quadro 22 – Ocupações dos companheiros das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.....	128
Quadro 23 – Ocupações dos filhos e filhas das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.....	129

LISTA DE SIGLAS

ITCP/USP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo

JA - Justiça Ambiental

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIT - Organização Internacional do Trabalho

EES - Empreendimento Econômico Solidário

GT do FBES - Grupo de Trabalho do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ECE – Estudo de Caso Estendido

GPEM - Grupo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar

CEINFO - Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

OMC - Organização Mundial de Saúde

E.B.F - Extremamente Baixa Frequência

MMA - Ministério do Meio Ambiente

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

Apresentação	17
1. Introdução	20
2. As desigualdades de gênero e as desigualdades ambientais.....	29
2.1. As desigualdades de gênero pela Divisão Sexual do Trabalho	29
2.1.1. A Dupla Jornada e o Mercado de Trabalho.....	33
2.2. As desigualdades ambientais pela Justiça Ambiental	35
2.2.1. Múltiplos espaços de injustiça ambiental: Moradia e Trabalho	39
3. As desigualdades presentes na catação	45
3.1. Os/as catadores/as de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem: uma injustiça ambiental?	45
3.2. As mulheres catadoras de materiais recicláveis e as injustiças por gênero	54
4. Procedimentos metodológicos.....	59
4.1. Estudo de Caso Estendido	61
4.2. Entrevista Narrativa.....	63
4.3. Análise dos dados.....	68
4.4. Critérios de condução e avaliação da pesquisa	70
5. Vulnerabilidade geográfica: A Favela Jardim das Flores.....	72
5.1. Migração para a cidade de São Paulo.....	72
5.2. Zona Leste: um espaço de segregação urbana.....	75
5.3. A Favela Jardim das Flores	76
5.3.1. Os riscos e perigos na Favela Jardim das Flores	77
5.3.2. Moradores/as e suas habitações na favela	80
5.3.2.1. Infraestrutura da Favela Jardim das Flores.....	81
5.4. A Favela Jardim das Flores: um espaço de Injustiça Ambiental?	84
6. Vulnerabilidade ocupacional e social: A Cooperativa das Rosas e as mulheres catadoras.....	88
6.1 A Cooperativa das Rosas.....	88
6.1.1 Infraestrutura da Cooperativa das Rosas	89
6.1.2 A divisão sexual do trabalho na Cooperativa das Rosas	92

6.2 As mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas: O perfil das entrevistadas	95
6.3 Uma cooperativa de mães	100
6.4 A mulher catadora: a Dupla Jornada de Trabalho	104
6.4.1. As Catadoras Estruturais	106
6.4.2 As Catadoras Conjunturais Ocasionais	113
6.4.3 As Catadoras Conjunturais por Conveniência.....	122
6.4.4 Similaridades entre os três grupos de catadoras	127
6.5 A Cooperativa das Rosas e as injustiças ambientais	130
7. Considerações Finais: a Dupla Jornada de Injustiça Ambiental	134
8. Referências Bibliográficas	138

Apresentação

Esta apresentação tem o intuito de expor as motivações para a realização desta pesquisa, mas também de demonstrar as razões das escolhas feitas ao longo do estudo e dos vieses e premissas pessoais que influenciaram o seu direcionamento. Meu interesse inicial por estudar mulheres catadoras surgiu de minha atuação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP USP), programa de extensão ligado à Pró-reitoria de Cultura e Extensão da USP. A entidade foi fundada com o objetivo de promover a Economia Solidária por meio da formação de estudantes, professores e técnicos no fomento e atuação junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A ITCP USP realiza o acompanhamento sistemático desses empreendimentos com o intuito de contribuir para sua organização, gestão e estruturação. Esse acompanhamento é denominado incubação.

Ao longo de sua trajetória, a ITCP-USP acompanhou empreendimentos de diversas áreas da atividade econômica, sendo uma delas a coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Com o trabalho junto às catadoras e catadores, estruturou-se, internamente à ITCP, um Grupo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar (GEPEM), focado na temática dos resíduos sólidos. Foi no contexto da participação no GEPEM Resíduos que entrei em contato, pela primeira vez, com os/as catadores/as. A relação com esses/as trabalhadores/as aconteceu pela parceria entre o GEPEM Resíduos e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) para a execução do Projeto “Cata Rua”.

Da parceria estabelecida, decidiu-se que seriam formadas equipes, distribuídas por regiões do município de São Paulo para a realização de cadastros, formações e incubações de cooperativas de catadores/as. Para tanto, definiu-se que as duplas de trabalho seriam compostas por um/a catador/a e um formador/a da ITCP USP. Com isso tive a oportunidade de vivenciar e aprender com os/as próprios/as catadores/as os seus dilemas e impasses e como abordá-los nas cooperativas. Além disso, construímos laços afetivos que foram importantes para motivar a realização desta pesquisa.

Eu e minha dupla de catador fomos trabalhar na região da Zona Leste do município de São Paulo. Nessas circunstâncias surgiu a oportunidade de conhecer a Cooperativa das Rosas, composta apenas por mulheres. Não passou despercebido o fato de a cooperativa apresentar uma infraestrutura precária, e as cooperadas terem retirada maior do que em outros empreendimentos com melhores condições estruturais. Percebi

existir ali uma relação diferente no empreendimento, mas não conseguia esclarecer a razão disso. Deduzi que a diferença na dinâmica da cooperativa deveria ocorrer por fatores de gênero, pois essa foi a única cooperativa composta apenas por mulheres com que tive contato e na qual senti essa particularidade. Essa foi a motivação do interesse em pesquisar sobre as relações de gênero no empreendimento. Nesse momento decidi que participaria do processo seletivo para o mestrado.

Faz-se importante saber que minha formação acadêmica é como gestora ambiental. Por essa razão, procurei relacionar o meu interesse na perspectiva de gênero com a minha área de atuação. Assim, a princípio meu interesse foi compreender se o discurso ambiental ressignificava o trabalho das mulheres, conferindo-lhes maior identidade profissional. Também se faz importante destacar que eu não havia tido contato com os estudos de gênero até então. Com a participação em eventos dos/as catadores/as, o acompanhamento na Cooperativa das Rosas e o aprofundamento na literatura sobre gênero, o objetivo da pesquisa foi se alterando e amadurecendo. Comecei a prestar atenção que todas as vezes que ia à Cooperativa das Rosas e via a favela à sua frente me pegava pensando sobre a injustiça ambiental que havia ali, e como isso tinha relação com o fato das mulheres serem catadoras. Questionei então, se haveria, realmente, uma conexão entre a moradia e a ocupação dessas trabalhadoras. Dessa indagação, surgiu o interesse de compreender as relações existentes entre gênero e meio ambiente na Cooperativa das Rosas.

Acompanhei essa cooperativa durante três anos, partilhei os desafios com a geração de renda devido às dívidas que se acumulavam; os conflitos internos entre as lideranças; a crise financeira em que a cooperativa quase se extinguiu. Por isso, posso dizer que não houve neutralidade nesta pesquisa. Foram criados laços de afeto, preocupação e identificação com essas mulheres, os quais influenciaram diretamente a condução e construção deste estudo. Sabendo disso, houve um esforço em descrever ao máximo possível as observações feitas, e em se atentar aos aspectos de validação da pesquisa.

Também é importante ressaltar que sou uma mulher branca, de classe média baixa, residente na periferia de Diadema (SP) e que não tem filhos. Por isso, houve alguns elementos de choque entre minha realidade e a das mulheres catadoras. Percebeu-se a complexidade de estudar essas trabalhadoras devido ao entrelaçamento dos aspectos de classe, raça e gênero somados aos aspectos ambientais. Muitas vezes, a emoção interrompeu o ritmo da realização desse trabalho, notadamente na releitura das

transcrições das entrevistas. Houve também momentos de identificação entre nós, com a troca de experiências e o aprendizado mútuo proporcionado pela convivência enriquecedora. Entretanto, a realização desta pesquisa me permitiu aprender ainda mais sobre elas e sobre a mim mesma. A construção desta pesquisa permitiu que eu refletisse sobre os próprios aspectos de gênero contidos no meu cotidiano. Sinto que escrever esta dissertação foi uma oportunidade transformadora, me empoderou enquanto mulher e cidadã.

Espero que esta pesquisa gere outros questionamentos sobre o tema e que motive novos estudos. Acredito profundamente na importância do trabalho das mulheres catadoras, sei que para que esse se dê de forma adequada e justa social e ambientalmente é preciso romper com determinadas lógicas e relações sociais. Contudo, espero que este estudo possa contribuir de alguma forma para a melhoria das condições de trabalho e vida das mulheres catadoras. Boa leitura!

1. Introdução

A intensificação das atividades humanas tem resultado em pressões ambientais que estão ultrapassando os limites planetários globais (ROCKSTROM *et. al*, 2009) Essas alterações têm contribuído no estabelecimento de uma crise ambiental. Essa crise alcança toda a humanidade, mas seus impactos são altamente desiguais e intensamente generificados (CONNELL; PEARSE, 2015). A partir disso, os estudos de gênero e meio ambiente buscam compreender como as relações de diferenciação e dominação baseadas no gênero contribuem para a produção, conhecimento e transformação no meio ambiente (VELÁSQUEZ, 2000). Da mesma forma, procuram entender como a diferente socialização das mulheres e dos homens com o meio ambiente afeta a desigualdade entre os gêneros (SHIVA, 2013; AGARWAL, 2013).

Nesse sentido, há uma compreensão em comum de que as mulheres são particularmente mais vulneráveis às problemáticas ambientais (AGARWAL, 2013; SHIVA, 2013; NIGHTINGALE, 2006; ROCHELEAU, WANGARI, 1996). Por essa razão, os estudos de gênero e meio ambiente consideram que só será possível alcançar a sustentabilidade quando houver a superação das desigualdades, principalmente, as desigualdades de gênero e raça (GARCIA, 2012; VELÁSQUEZ, 2000). Portanto, parte-se da premissa de que a dimensão de gênero se faz imprescindível na análise dos conflitos ambientais¹. Duas evidências mostram a complexidade e relevância da articulação entre essas dimensões: o fato da mulher constituir a maioria da população pobre do mundo e a divisão sexual do trabalho (AGARWAL, 2013; ONU MULHERES, 2012).

Neste estudo, a pobreza é entendida como um produto de processos sociais multidimensionais relacionados à despossessão (da terra, dos meios de produção, do capital cultural), ao disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriadas por outros (ACSERALD, *et.al*, 2008). Considera-se também que não está relacionada apenas com a condição material de despossessão de recursos, mas também com a despossessão psicológica, social e política, na qual há uma autodesvalorização ou baixa autoestima,

¹ Os conflitos ambientais revelam modos diferenciados de existência que colocam em questão o conceito de desenvolvimento hegemônico, e expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010).

mecanismos perversos de barreiras ao êxito social e exclusão do processo de participação nas decisões políticas (SILVA, 2010). Dessa maneira, tendo em vista que as mulheres representam mais de 70% daqueles que vivem em situação de pobreza, e que são as mais pobres dentre os pobres, notam-se as multidimensões das desigualdades de gênero contidas na própria situação de pobreza (ONU MULHERES, 2012; GUPTA, 2012).

Já a divisão sexual do trabalho é aqui entendida como aquela adaptada historicamente e a cada sociedade, caracterizando-se pela destinação prioritária “(...) dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, entre outras)” (KERGOAT, 2003, p. 55-56). Nessa abordagem, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: “o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher)” (KERGOAT, 2003, p. 55-56). Entende-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho não reflete uma complementariedade de tarefas, mas sim uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, pois suas atividades são mais valorizadas e melhor remuneradas (KERGOAT, 2009).

A lógica da divisão sexual do trabalho dificulta o acesso das mulheres a recursos produtivos, como: educação, emprego, terra, crédito e tecnologia. Isso se torna um obstáculo para a possibilidade das mulheres exercerem atividades produtivas remuneradas e quando as realiza, são comumente as atividades mais precárias (GUPTA, 2012). Tal fato contribui para perpetuar um ciclo vicioso de pobreza que atravessa gerações entre as mulheres. A persistência das desigualdades entre os gêneros, marcadas pelas normas e valores e, pela hierarquização de poder, influencia as causas, experiências e consequências da pobreza da mulher, deixando-a em uma situação maior de vulnerabilidade socioambiental² (GUPTA, 2012; CARTIER *et al.*, 2009).

A partir disso, alguns estudos de gênero e meio ambiente têm se preocupado em entender a dimensão de gênero nas questões sobre o acesso e uso da água e da terra (LEDESMA, 2013), conservação (MAATHAI, 2013; VARGAS, 2013), agricultura (RUIZ, BANCET, 2013), soberania alimentar (VIVAS, 2013; SHIVA, 2013), mudanças

² Entende-se por vulnerabilidade socioambiental uma sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou estão expostos aos riscos ou a degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) (CARTIER *et al.*, 2009).

climáticas (GIL *et al*, 2013) e catástrofes ambientais (KATZ *et al*, 2010; SEAGER, 2006). Tal diversidade de enfoques tem permitido uma flexibilidade que leva a um prisma multisituado e multiescalar, reforçando a importância do olhar sobre o gênero nas transformações ambientais (VELÁSQUEZ, 2000). Contudo, observa-se que a maioria desses estudos concentra-se em meio rural, sendo necessário ampliar as pesquisas que tratam a dimensão de gênero e meio ambiente no contexto urbano (DIAS *et al*, 2013; MOLLINEDO, 2013).

Um dos maiores conflitos ambientais urbanos gira em torno dos resíduos sólidos gerados nas grandes cidades. Salientada como uma das soluções viáveis para a mitigação das consequências do consumo, a reciclagem tem ganhado um espaço central na agenda ambiental. No Brasil, a cadeia da reciclagem é complexa, sendo composta por diversas etapas. Dentre elas, evidencia-se aquela que sustenta toda a cadeia, a catação dos resíduos recicláveis (GONÇALVES-DIAS, 2009). A catação é caracterizada como uma atividade precária e insalubre devido às condições de trabalho que a maioria dos/as catadores/as está exposta (MEDEIROS, MACEDO, 2006).

O contato direto com o lixo; o risco iminente de contrair doenças; a exposição ao mau cheiro e aos gases tóxicos; marcam a fragilidade da atividade dos/as catadores/as (MEDEIROS, MACEDO, 2006). A esses/as trabalhadores/as foi relegado o fardo da sociedade de consumo por meio das externalidades negativas do processo produtivo da reciclagem, como os riscos associados à ocupação. Além disso, a exploração da mão de obra barata e, a consequente geração de lucro para as indústrias recicladoras demonstram existir uma relação de injustiça ambiental para com os/as catadores/as (PORTO, 2011; ACSERALD *et al*, 2004). Sob essa perspectiva, a injustiça ambiental pode ser entendida como

(...) a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

(ACSERALD *et.al.*, 2004, p.17).

Aliás, é possível observar uma relação entre a precariedade das condições de trabalho desse segmento com a predominância da força de trabalho feminina (WIRTH, 2013). Ao se constatar que as taxas de pobreza são ainda mais altas entre as mulheres

nos países do Sul Global³, observa-se uma pressão maior para que essas mulheres trabalhem com a catação (ONU MULHERES, 2012; BANCO MUNDIAL, 2012). Dessa maneira, em diversos países como Indonésia, Filipinas, Camboja, Índia e os da América Latina, a catação é marcada pela presença massiva de mulheres (DIAS, FERNANDEZ 2012; SAMSON, 2009; KUSAKABE, N., 2008; MADSEN 2005; HUNT, 1996; FUREDY, 1990).

No Brasil, de acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), aproximadamente 75% de seus integrantes são mulheres. Reforçando esse dado, estima-se que 59% dos/as catadores/as organizados/as em cooperativas no País sejam do sexo feminino (MNCR, s/d). No Brasil ainda são poucos os estudos que discutem as relações de gênero na catação (CHERFEM, 2015; WIRTH, 2013; DIAS *et al.*, 2013; GOULART DE OLIVEIRA; DE PAULA, 2012; RAMOS, RIBEIRO; RIGONI, 2007). Dentre esses estudos, alguns chamam a atenção para o fato da cadeia da reciclagem ser sexuada (WIRTH, 2013) e de haver indícios de uma feminização e racialização na catação (CHERFEM, 2015).

A grande maioria dessas pesquisas buscou entender as relações de gênero no interior de associações e cooperativas de catadores/as, evidenciando que a divisão sexual do trabalho engendra aspectos que aumentam a complexidade do cotidiano⁴ de trabalho das mulheres catadoras (WIRTH, 2013; GOULART DE OLIVEIRA; DE PAULA, 2012; RAMOS, RIBEIRO; RIGONI, 2007). As mulheres precisam associar o exercício da catação às atribuições de “dona de casa”, tendo suas jornadas de trabalho aumentadas se comparadas às jornadas dos homens (RAMOS, RIBEIRO; RIGONI, 2007).

A conciliação entre o trabalho na catação, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos sobrecarrega as catadoras em uma dupla jornada de trabalho⁵, com mais

³ A expressão “Sul Global” vem sendo utilizada para fazer referência às regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno, anteriormente denominados “Terceiro Mundo”. A divisão geográfica estabelecida pela linha do Equador remete antes a outra divisão, a separação ideológica existente no cenário do desenvolvimento. Portanto, o termo reivindica maior equidade de poder e mais representatividade na produção de conhecimento (MENESES, 2008).

⁴ O “cotidiano” é entendido nesta pesquisa segundo o prisma de Lefebvre (1969). Para o autor, o cotidiano é onde as relações sociais de produção se estruturam na vida urbana e, portanto, é por meio dele que as mudanças no tempo e no espaço conseguem se materializar. A partir do cotidiano, se considera o plano social (viver) e o plano pessoal (vivido) encontrando a identificação com a história de vida (local) (LEFEBVRE, 1969). Logo, o cotidiano depende do lugar e de suas particularidades (LEFEBVRE, 1969).

⁵ Apesar de se utilizar o termo “dupla jornada de trabalho” ao longo desta pesquisa, entende-se que as mulheres vivenciam múltiplas jornadas de trabalho, uma vez que possuem diversas atividades laborais dentro da jornada reprodutiva. O uso aqui adotado da “dupla jornada de trabalho” remete a uma busca por

de doze horas, na qual têm tanto a atividade profissional desvalorizada como a atividade doméstica invisibilizada como trabalho. Essa condição afeta suas remunerações, uma vez que por sua jornada reprodutiva flexibilizam seu trabalho e acabam produzindo menos, o que contribui para fortalecer a imagem do homem catador na hierarquização das relações de trabalho (DIAS *et al.*, 2013; WIRTH, 2013). Essas hierarquias estão frequentemente baseadas em modos capitalistas e patriarcais de exploração que legitimam a tradicional divisão sexual do trabalho.

Considera-se aqui que o capitalismo e o patriarcado estão entrelaçados. Compreende-se a lógica patriarcal segundo a concepção de Saffioti (1992, p. 194) de que é uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada com a estrutura de classes sociais”. Assim, considera-se que o patriarcado compõe a dinâmica social, estando enraizado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e coletivamente, enquanto categoria social que afeta as hierarquias de poder entre os sexos (CARRASCO, 2006).

Partindo desse panorama e identificando uma lacuna de conhecimento na produção acadêmica sobre gênero e meio ambiente no universo da catação, foram feitas duas perguntas: “quais são os elementos associados às questões ambientais no cotidiano das catadoras de materiais recicláveis?” e “quais são os elementos associados às questões de gênero no cotidiano dessas mulheres?”. Com essas indagações iniciais foi possível estabelecer a **pergunta direcionadora** desta investigação: “Como os elementos associados às questões ambientais se articulam aos elementos associados às questões de gênero no cotidiano de mulheres catadoras?”.

A busca por responder a essas perguntas está apoiada e justificada em Dias *et al.* (2013), quando diz que é necessária uma perspectiva de gênero na catação e, especificamente, uma que se integre à dimensão ambiental. Como coloca a autora, a adoção de uma perspectiva de gênero na catação é importante para: (i) desvendar as relações e estruturas hierárquicas de gênero, classe e raça; (ii) compreender como as dinâmicas de poder e opressão operam em diferentes espaços e de modos distintos; (iii) discutir a construção social e histórica dos papéis de gênero e fundamentar os processos de empoderamento feminino. Dias *et al.* (2013) também indica que se faz relevante uma perspectiva de gênero que integre o enfoque ambiental, uma vez que é importante

conseguir organizar e sintetizar nos espaços de moradia e trabalho alguns aspectos das múltiplas jornadas de trabalho da mulher em conexão com os aspectos ambientais de seus cotidianos.

identificar os diferentes níveis de conflito e dinâmicas de poder que estruturam as relações em conexão com as questões ambientais.

Vale ressaltar que, para esta pesquisa, gênero é a “organização social da diferença sexual (...) é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13). Esse conceito ressalta o fato de que as mulheres e os homens não são, simplesmente, resultado de uma condição biológica, enfatizando que o “ser mulher” e o “ser homem” não são um estado predeterminado, e sim, uma “condição ativamente em construção”, na qual as pessoas constroem a si mesmas como femininas e masculinas (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 111).

O conceito pode explicitar também que o comportamento “adequado” para cada sexo é moldado de acordo com a sociedade e é mutável ao longo da história no interior de cada cultura (GARCIA, 2012). Portanto, é possível considerar o gênero como algo fluido, performado, socialmente construído e sistêmico (PRECIADO, 2004; BUTLER, 2003; RUBIN, 1983). Nesse sentido, o conceito de gênero ultrapassa a lógica de classificação binária de pares em oposição: mulheres/homens. Relaciona-se ao sexo biológico⁶, identidade de gênero⁷, orientação sexual⁸ e expressão de gênero⁹ (PRECIADO, 2004; BUTLER, 2003; RUBIN, 1983). Por essa razão, deve-se ponderar sobre a importância de não essencializar o feminino e o masculino, mas compreender que existe uma gama de possibilidades da performance de gênero e que elas são cerceadas fundamentalmente pelas construções sociais que se pautam pelos marcadores biológicos.

Considera-se, assim, a importância dos trabalhos que discutem o gênero nas dimensões do corpo, sexualidade e identidade (PRECIADO, 2004; BUTLER, 2003; LOURO, 2003; RUBIN, 1983;). No entanto, tendo em vista que o foco deste estudo repousa sobre um grupo de mulheres catadoras de materiais recicláveis, faz-se necessária a articulação da compreensão de gênero com o universo do trabalho. Portanto, será assumido como recorte teórico a Divisão Sexual do Trabalho, a fim de facilitar a compreensão da realidade estudada.

⁶ Refere-se ao órgão genital, cromossomos e hormônios. Pode ser predominantemente feminino, masculino ou intersexual (combinação dos dois) (PRECIADO, 2004).

⁷ A forma como o indivíduo pensa a respeito de si mesmo, como se sente e como se enxerga (PRECIADO, 2004).

⁸ Refere-se ao desejo sexual que o indivíduo sente, por quem se sente atraído/atraída sexualmente (PRECIADO, 2004).

⁹ A forma como o indivíduo demonstra seu gênero pela forma de agir, vestir, interagir e se expressar (PRECIADO, 2004). Pode ser entendido também como performance de gênero (BUTLER, 2003).

Da mesma forma, ressaltam-se os estudos que correlacionam gênero e meio ambiente, como no caso do ecofeminismo (SHIVA, 1995; MERCHANT, 1990), ambientalismo feminista (AGARWAL, 2013), ecologia política feminista (ROCHELEAU *et al.*, 2004) e justiça ambiental (PORTO, 2011; ACSERALD *et. al.*, 2009). Dentre essas diversas possibilidades optou-se por se adotar a Justiça Ambiental (JA). A escolha por trabalhar com essa perspectiva deve-se ao fato de a JA exprimir uma busca pela ressignificação da questão ambiental, resultando em uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas envolvidas com a construção da justiça social (ACSELRAD *et.al.*, 2009). Além disso, os estudos de JA, no Brasil, enfocam o trabalho e a saúde do/a trabalhador/a (HERCULANO, 2001), o que permite o diálogo com a teoria da Divisão Sexual do Trabalho.

A JA se apresenta como uma alternativa às outras vertentes do ambientalismo, sendo elas: (i) a preservacionista, idealizada pelo “culto ao silvestre”, que objetiva preservar da ação humana uma natureza selvagem e frágil e; (ii) a ecoeficiência, articulada em torno da noção de desenvolvimento sustentável com mecanismos de mercado baseados na valoração de externalidades, na gestão ambiental eficiente e nos ciclos de produção-consumo que mantêm a economia (MARTINEZ-ALIER, 2007).

A partir disso, a importância da noção de JA decorre da constatação de que os conflitos ambientais ocorrem em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social (MARTINEZ-ALIER, 2007), sendo necessário considerar que a desestabilização dos ecossistemas afeta de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas (ACSELRAD *et.al.*, 2004). Essa desigualdade demonstra estar associada à lógica hegemônica de acumulação do capital e, por isso, incorpora desigualdades sociais de classe, raça, etnia e gênero (BULLARD *et al.*, 2005). Por sua vez, essa lógica exerce uma forte pressão sobre parcelas importantes da população que, são muitas vezes coagidas a habitarem e trabalharem as custas de uma submissão à exploração ambiental e social. Logo, o conceito de JA dá-se como um conjunto de princípios e práticas, que asseguram que:

(...) nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais e locais, assim como, da ausência ou omissão de tais políticas.
(ACSELRAD *et.al.*, 2004, p. 15)

Dessa forma, a fundamentação teórico-conceitual sobre gênero e meio ambiente desta dissertação foi constituída pela Divisão Sexual do Trabalho (FALQUET, 2008; 2013; GUILLAUMIN, 2005; HIRATA, 2003; KERGOAT, 2003; 2010; SAFFIOTI, 2004) e pela Justiça Ambiental (ACSERALD *et.al*, 2004; PORTO, 2011; MARTINEZ-ALIER, 2007). Tendo em vista o caráter interdisciplinar desta pesquisa, optou-se por se realizar um estudo de caso único como forma de operacionalizá-la. Com o referencial adotado, procurou-se analisar as “questões de gênero” e as “questões ambientais” presentes no cotidiano das catadoras, por meio de dois eixos de análise: a moradia e o trabalho. Por essa razão, tornou-se crucial a caracterização da Favela Jardim das Flores, onde vivem e trabalham as catadoras que participaram deste estudo.

Com isso, o **objetivo geral** circunscrito nesta pesquisa foi: “Entender as relações entre gênero e meio ambiente no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis de uma cooperativa do município de São Paulo”. E os **objetivos específicos**: (i) identificar os elementos associados às questões ambientais no cotidiano de moradia e trabalho das mulheres catadoras e; (ii) identificar os elementos associados às questões de gênero no cotidiano familiar e de trabalho das mulheres catadoras.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado, por um período de três anos, um Estudo de Caso Estendido (BURAWOY, 1998, 2000) na Cooperativa de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis das Rosas, localizada na Zona Leste do Município de São Paulo. Além disso, por meio da técnica de Entrevista Narrativa (JOVCHLOVITCH, BAUER, 2002), foram coletadas dezesseis entrevistas com mulheres catadoras da cooperativa. Também foi adotada a técnica de observação (AIRES, 2011) e de levantamento de documentos. Para o exame dos dados, utilizou-se a análise de narrativa (FRASER, 2004).

Entende-se que esta pesquisa se faz relevante tanto pela perspectiva teórica, como empírica. A pesquisa busca contribuir para a discussão teórica, focalizando as relações de gênero e meio ambiente no contexto urbano, uma vez que a maioria desses estudos é feita para o contexto rural. Assim, este estudo pode contribuir para o entendimento de como a divisão sexual do trabalho articula-se com as injustiças ambientais no cotidiano de mulheres, em meio urbano, que lidam com o conflito da geração de resíduos sólidos. Além disso, da literatura consultada foram encontrados poucos estudos que relacionam gênero e justiça ambiental no universo da catação (DIAS *et al.*, 2013; ARANTES, GUEDES, 2010), o que pode contribuir com uma nova

perspectiva para os estudos de gênero na cadeia da reciclagem. Sob a vertente empírica, os dados coletados podem contribuir para o processo de reflexão das próprias catadoras sobre seus cotidianos, associados às questões ambientais, o que pode vir a fortalecer suas lutas e articulações políticas.

Para atender aos objetivos propostos, esta dissertação foi organizada em sete capítulos. No capítulo dois, foi feita uma revisão teórica dos principais conceitos que envolvem a Divisão Sexual do Trabalho e a Justiça Ambiental. Discutiui-se sobre os aspectos que envolvem a dupla jornada de trabalho das mulheres e sobre as desigualdades ambientais que são distribuídas desproporcionalmente entre grupos da população. Posteriormente, foram destacados alguns elementos da condição de injustiça ambiental presentes nos espaços de moradia e de trabalho das populações vulneráveis.

O capítulo três dedicou-se a discutir a situação dos catadores/as de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem e a condição de desigualdade de gênero das mulheres catadoras no segmento. O capítulo quatro foi destinado a apresentar as escolhas metodológicas da pesquisa e a condução analítica adotada. No capítulo cinco, foram apresentados os resultados e a discussão do estudo, associados aos aspectos de moradia das catadoras. Foi feita uma caracterização do território onde vivem as mulheres que participaram deste estudo, em que se procurou relacionar a condição de injustiça ambiental com a dupla jornada de trabalho das catadoras.

O capítulo seis apresenta os resultados e discussão da pesquisa, associados aos aspectos do espaço de trabalho das catadoras. Primeiramente, foi feita uma caracterização da Cooperativa das Rosas, em seguida, uma descrição dos perfis das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Depois, se fez uma análise do cotidiano das mulheres catadoras sob o foco da dupla jornada de trabalho. Foram identificados três grupos de catadoras com trajetórias distintas. A partir disso, foram feitas a descrição e a análise de cada um dos grupos e, logo após, discutiram-se as similaridades entre eles. Por fim, no capítulo sete, fez-se uma síntese dos principais resultados obtidos ao longo do estudo, tecendo-se as considerações finais.

2. As desigualdades de gênero e as desigualdades ambientais

Este capítulo realiza uma discussão sobre alguns aspectos das situações de injustiça por gênero e das condições de injustiça ambiental presentes na dinâmica social. No que tange às situações de injustiça por gênero, ao se considerar a lógica patriarcal e capitalista, foi discutida a relação de apropriação da mulher e sua exploração pelo cruzamento das relações sociais de classe, raça e gênero. Compreendeu-se que essa relação está pautada no aumento da produtividade e no barateamento da força de trabalho, tendo por finalidade fazer crescerem os lucros daqueles que detêm os meios de produção. Dessa maneira, destacou-se que o trabalho reprodutivo gratuito e a condição precária da mulher no mercado de trabalho, ou seja, a divisão sexual do trabalho representa um ganho relacionado ao capital e uma condição de injustiça às mulheres.

Quanto às desigualdades ambientais, verificou-se a existência de uma distribuição injusta dos riscos ambientais para as comunidades e trabalhadores/as mais vulneráveis. Essas cargas ambientais são destinadas, desproporcionalmente, segundo classe, raça e gênero. A partir disso, discorreu-se sobre os aspectos de desigualdade ambiental nos espaços de trabalho e de moradia. Demonstrou-se que são justamente os indivíduos mais vulneráveis os que ocupam os trabalhos mais precários, insalubres e com riscos, e que sofrem com a segregação espacial urbana, vivendo em locais com iniquidade socioambiental. Assim, constatou-se que uma parte dos trabalhadores/as é desfavorecida, tanto em seus espaços de trabalho, quanto em suas moradias, evidenciando que, quanto maior a invisibilidade pública, maior é o fardo ambiental.

2.1. As desigualdades de gênero pela Divisão Sexual do Trabalho

As desigualdades sociais entre mulheres e homens repercutem na esfera da vida pública e privada como um reflexo dos papéis sociais de cada sexo, os quais foram construídos historicamente (HEILBORN, BRANDÃO, 1999). Dessa forma, a subordinação da mulher ao homem, concebida enquanto uma consequência biológica, é, historicamente, um dos pilares sobre o qual o poder se institui e equivale ao processo de naturalização da dominação-exploração, exercida pelos homens sobre as mulheres (SCOTT, 2008; SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 1992). Porém, cabe salientar que esta desigualdade resvala sob todos os “corpos subalternos” já que a lógica patriarcal, à

qual a maioria das sociedades está exposta, define as relações de poder e a consequente opressão e subalternidade, que se articulam entre si (SPIVAK, 2010). Destaca-se, assim, que devido a lógica da dominação-exploração entre as classes sociais, também ocorre uma hierarquização de poder entre as próprias mulheres. Esse fato indica a complexidade da desigualdade entre os gêneros, em que a estrutura hierárquica entre as mulheres se articula com a própria desigualdade em relação aos homens.

Dessa maneira, pode-se observar o “enovelamento”, historicamente, constituído pela lógica patriarcal para manter as bases do sistema econômico vigente mediante um processo em que os indivíduos são socializados para manter um pensamento heteronormativo, machista, racista, classista e sexista (SAFFIOTI, 2004). Nesse ensejo, Kergoat (2010, p. 94) destaca a consubstancialidade da perspectiva de gênero com as questões de raça, etnia e classe. Para a autora, essas relações sociais de poder “(...) formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais (...) [sendo que essas] relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem (...) se reproduzem e se coproduzem mutuamente”.

É possível compreender a coextensividade dessas categorias de dominação ao se observar que as mulheres exercem diferentes posições no mercado de trabalho, devido à classe e raça (KERGOAT, 2010). As mulheres brancas com alta escolaridade desempenham papéis diferentes daquelas que são de baixa escolaridade e renda. Ainda, as mulheres brancas com baixa renda possuem melhores remunerações se comparadas às negras (CHERFEM, 2015). Desse modo, ainda que sejam mulheres numa mesma sociedade machista, e existam elementos em comum que perpassam as relações sociais de mulheres brancas e negras, existem outros que as diferenciam ideologicamente e materialmente, e que também devem ser considerados (CHERFEM, 2015).

No modo de produção capitalista, as características como o sexo e a raça são elementos de desvantagem, diante dos processos competitivos, atuando de forma conveniente e positiva para a conservação da estrutura de classes, reforçando o seu antagonismo (SAFFIOTI, 1969). Ressalta-se ainda que, neste cenário, as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano superestrutural¹⁰ uma subvalorização das capacidades

¹⁰ Os conceitos de superestrutura e estrutura (base) foram introduzidos por Marx (1859). A superestrutura refere-se à cultura, instituições, estruturas de poder político, papel social, rituais, formas ideológicas e o Estado. Já o conceito de estrutura remete a base material ou econômica de uma sociedade ou organização, e, portanto, às forças e relações de produção, divisão do trabalho e relações de propriedade. Uma esfera está diretamente vinculada à outra, já que são as formas ideológicas que sustentam as relações de produção.

femininas; enquanto no estrutural (base), uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976).

Sabe-se, entretanto, que o capitalismo não criou as formas de discriminação e desigualdade sobre as mulheres, mas sim, se aproveitou das condições postas pelo patriarcado para ampliar e modernizar as disputas entre os sexos (SAFFIOTI, 1969). Nesse sentido, Saffioti (2004) destaca que a emancipação feminina não poderá ocorrer no capitalismo, pois este, ou exclui, ou insere, precariamente, o contingente de mulheres de acordo com as necessidades que o sistema tem para se reproduzir. Assim, considerando a divisão do trabalho, segundo as dimensões sexual, social e racial, observa-se que a globalização neoliberal, ao invés de romper com a lógica de apropriação das mulheres, as leva a navegarem entre a exploração e a apropriação (FALQUET, 2013).

A apropriação relaciona-se com o uso de um grupo por parte de outro, na sua transformação como instrumento manipulado e utilizado a fim de incrementar os bens do grupo dominante (GUILLAUMIN, 2005). Em relação à apropriação das mulheres, existem expressões particulares: a apropriação do tempo¹¹; a apropriação dos produtos do corpo¹²; a obrigação sexual e encargo físico dos membros do grupo em condições especiais (crianças, idosos, doentes e deficientes) e dos membros do sexo masculino (GUILLAUMIN, 2005). Essas expressões agem no sentido de transformar a mulher em uma ferramenta social própria para exercer atividades ligadas à família e a casa, embora sem remuneração. Disto decorre a materialidade de sua apropriação física a partir do entendimento de se tratar de uma função natural (GUILLAUMIN, 2005), configurando aquilo que se chama dupla jornada de trabalho.

A partir desse contexto, Guillaumin (2005) frisa que as mulheres constituem uma classe social de sexo apropriada pela classe dos homens, mediante uma relação

¹¹ Apropriação do tempo ocorre pelo contrato do matrimônio, ao qual não há restrição de tempo, e nem tampouco é previsto algum tipo de remuneração para as atividades exercidas em relação à manutenção da casa e dos membros da família. Guillaumin (2005) não considera somente o papel das esposas nesse contrato, mas dos membros em geral do grupo das mulheres como as avós, mães, tias, irmãs, filhas, etc., ou seja, aquelas que se responsabilizam pelas atividades domésticas. Atualmente grande parte das mulheres também trabalha fora de casa, mas essa atividade, não as exime de suas tarefas domésticas, pelo contrário, duplica a jornada laboral.

¹² Apropriação do produto do corpo se dá, por exemplo, pela quantidade de filhos, que muitas vezes não passa pela decisão da mulher. Trata-se da ideia da propriedade masculina sobre os filhos, que mesmo hoje são usados como meio de chantagem para a permanência ou submissão da mulher (GUILLAUMIN, 2005).

social de *sexagem*¹³, tanto individual (matrimônio) quanto coletiva (mulheres solteiras, prostitutas ou freiras). A autora usa o termo *sexagem* para indicar uma relação social oposta à exploração salarial, na qual ocorre um pagamento e cuja apropriação é só a da força de trabalho e não a do corpo e a da pessoa em si. Para ela, as relações de classe social, que são organizadas em torno da exploração, se situam em um plano material diferente das relações de sexo e de raça, que são organizadas em torno da apropriação. O que ocorre é uma dinâmica histórica de transformação da apropriação em exploração, permitindo às mulheres escaparem em parte dessa apropriação (GUILLAUMIN, 2005).

Assim, pode-se entender que a relação entre mulher e homem é uma relação social que constitui a classe social das mulheres frente à classe social dos homens, em uma relação antagônica¹⁴ (DEVREUX, 2005), em que as mulheres representam uma classe social baseada na exploração e apropriação de seu trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo (KERGOAT, 2003).

Tendo em vista essa concepção, a globalização neoliberal empurra a maior parte da mão de obra feminina para um trabalho que não é totalmente gratuito, mas que também não é adequadamente remunerado (FALQUET, 2013). Entre a extração do trabalho assalariado e a extração do trabalho gratuito, existe o que se chama de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, sendo essas extrações ‘co-construídas’ (FALQUET, 2013). Esse “trabalho considerado feminino” é tido como informal, precário, marcado pela presença de abusos (assédio moral e sexual, violência) e com ‘salários de mulheres’ (inferior ao dos homens, mesmo em se tratando de atividade similar). Em termos de classe e das relações de exploração o

[...] “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre “raça” e classe por outro. Na verdade, esse trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração. É em torno desse

¹³ A *Sexagem* é a apropriação do corpo, dos produtos do corpo, do tempo e da energia psíquica da classe das mulheres por parte da classe dos homens com base na naturalização (ou biologização) do papel da mulher (GUILLAUMIN, 2005).

¹⁴ A relação antagônica entre a classe social das mulheres e a classe social dos homens é posta como uma oposição dos interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e o fim da existência das mulheres e homens como classe. Portanto, não se refere a uma guerra entre os sexos, nem a uma ideia de supremacia feminina em relação à masculina, mas sim, a busca pela equidade de gênero (CURIEL; FALQUET, 2005; DEVREUX, 2005).

trabalho desvalorizado que se desenvolve a rearticulação neoliberal das relações sociais, no que [se] chama de uma lógica de vasos comunicantes.
(FALQUET, 2012 *apud* CISNE, 2014, p.145).

Desse modo, mediante essas apropriações (relações de raça e sexo), o capitalismo amplia o contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando a sua capacidade de exploração do trabalho, denotando a ambiguidade contida no “trabalho considerado feminino”, que é apropriado e explorado simultaneamente (CISNE, 2014). Para Falquet (2008), esse trabalho é realizado majoritariamente por mulheres, mas também por homens racializados e proletarizados. E é justamente nesse entrelaçamento entre classe, raça e gênero, que ela apoia a ideia de ‘vasos comunicantes’:

(...) as relações de sexo e de raça (ambas organizadas em torno da apropriação) se reforçam ou se enfraquecem à medida que a apropriação evolui para a exploração (ou seja, as relações de classe) ou se afasta dela, e simultaneamente conforme evolui a apropriação individual em relação à apropriação coletiva. Esta afirmação possui pelo menos três consequências fundamentais: (1) nunca nenhuma das três relações desaparece totalmente; (2) mesmo que se pense poder modificar apenas uma por vez, sua transformação afeta forçosamente as outras (3) todas as transformações são reversíveis (...)

(FALQUET, 2013, p. 19).

Nesse sentido, evidenciam-se os desafios para a superação das classes sexuais, uma vez que o enfraquecimento da divisão sexual do trabalho reforça as relações de raça e de classe. Entende-se também que a divisão sexual do trabalho é utilizada em prol da produtividade e do barateamento da força de trabalho (WIRTH, 2013). Logo, o enfraquecimento da divisão sexual do trabalho não se faz compatível com a lógica dominante, devido aos ganhos que sua manutenção representa ao capital.

2.1.1. A Dupla Jornada e o Mercado de Trabalho

De acordo com os dados de Pinheiro *et al.* (2016), publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil, as mulheres gastam mais tempo nos afazeres domésticos do que os homens. Em 2004, enquanto 90% das mulheres declararam realizar trabalho doméstico não remunerado, apenas 51% dos homens fizeram essa declaração (PINHEIRO *et al.*, 2016). As mulheres apresentaram jornadas

de 25,3 horas semanais, contra 10,9 horas dos homens (PINHEIRO *et al.*, 2016). E mesmo em situações nas quais as mulheres estão trabalhando remuneradamente e os homens estão inativos, as mulheres gastam 21,7 horas semanais, e os homens, apenas 13,7 horas na semana com as tarefas domésticas. A partir desses dados, foi constatado que não há uma tendência de redução nas desigualdades de gênero frente à dupla jornada de trabalho da mulher, uma vez que, ao longo da década de 2004 a 2014, os dados informados pelas mulheres se mantiveram estáveis (PINHEIRO *et al.*, 2016).

O número de mulheres no mercado de trabalho aumentou, crescendo ao longo da década de 1997 em 200 milhões a sua participação, atingindo 1,2 bilhão de mulheres em 2007, contra 1,8 bilhão de homens no mesmo ano (OIT, 2008). Na América Latina e Caribe, em 2013, se alcançou, pela primeira vez, uma taxa média de 50% de participação feminina no mercado de trabalho (OIT, 2013). Entretanto, o desemprego de mulheres ainda é 35% maior do que o dos homens (OIT, 2013). Além disso, o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho foi acompanhado de uma maior precarização e vulnerabilidade desses empregos, ou seja, aumentou o trabalho da mulher nas atividades mais precárias (HIRATA, 2015).

Pode-se pensar, então, que a própria elevação do número de mulheres no mercado de trabalho se deu pela precarização desse mercado, pela diminuição dos salários, pelos contratos temporários, terceirizados, flexíveis, que não garantem os direitos trabalhistas e nem o amparo à mulher. O que ressalta o fato de as mulheres estarem sujeitas a essa precarização, justamente, devido às suas responsabilidades familiares e domésticas.

De acordo com o IBGE (2010), o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando nas últimas décadas, e atualmente representam aproximadamente 35% dos domicílios brasileiros. No entanto, alguns estudos (MACEDO, 2008; NOVELLINO, 2002) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres de baixa renda, geralmente, são as famílias mais pobres entre os pobres, dada a condição de precarização do trabalho feminino. Essas situações levam essas mulheres a aceitarem os trabalhos precários, principalmente, pela maior possibilidade de flexibilização, seja por serem chefes de família e necessitarem da renda para suprir as necessidades da casa, seja para conseguirem conciliar a dupla jornada de trabalho (LAVINAS E SORJ, 2000).

A partir desse contexto, podem-se entender algumas das razões da presença massiva de mulheres em trabalhos associativos e cooperativistas, uma vez que

representam uma oportunidade de geração de renda àquelas que estão desempregadas ou subempregadas (SENAES, 2007).

A mulher é o sexo majoritário na Economia Solidária¹⁵, principalmente, nos pequenos grupos (SENAES, 2007). Além disso, as mulheres concentram-se em empreendimentos menos valorizados, frequentemente, desempenhando funções ligadas às tarefas da reprodução. Há uma naturalização da atividade a ser desempenhada pela mulher nos EES mistos, e as mulheres ainda são minoria nos espaços de decisão (GT MULHERES DO FBES, 2012, p. 1-2). Desse modo, nota-se que a desigualdade de gênero também se faz presente nos espaços de trabalho que se pretendem solidários (CHERFEM, 2014).

Portanto, a ausência de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas da Economia Solidária pode se caracterizar como um subterfúgio neoliberal que se apropria dessa forma de organização para terceirizar e precarizar o trabalho já terceirizado e precarizado da mulher, principalmente, o das mulheres negras (GUÉRIN, 2005; CHERFEM, 2014). Contudo, a experiência da autogestão pode contribuir para a construção da autonomia das mulheres, incentivando práticas de igualdade, liberdade de expressão e garantindo participação nos espaços de decisão e representação política (GT MULHERES DO FBES, 2012, p. 1-2).

2.2. As desigualdades ambientais pela Justiça Ambiental

“Enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará”.

(ACSELRAD *et. al.*, 2009, p. 147)

A inexistência de saneamento básico, a falta de renda, a precariedade habitacional e o elevado índice de analfabetismo são algumas das características que identificam as localidades marcadas pela injustiça ambiental (PORTO *et.al.*, 2014). Assim, pode-se dizer que o campo da Justiça Ambiental (JA) se configura como interdisciplinar, uma vez que a problemática ambiental não é tratada isoladamente das questões de saúde, trabalho, habitação e educação (CAMACHO, 1998). Dessa maneira,

¹⁵ A Economia Solidária surgiu da articulação de diversos movimentos sociais e religiosos, sindicatos e ONGs, diante da precarização do trabalho e do desemprego, frente a crescente política neoliberal da década de 90, como oportunidade para as trabalhadoras e trabalhadores.

as bases teóricas que sustentam a JA advêm, principalmente, da Geografia Política (CARTIER, 2009), Ciência Social Crítica (ACSERALD *et.al.*, 2004), Saúde Coletiva (PORTO *et.al.*, 2014) e Ecologia Política (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Tanto a Ecologia Política, quanto a JA se propõem a repensar as questões sociais, econômicas e ambientais numa perspectiva territorialista. A Ecologia Política tem contribuído por identificar que a crise social e ecológica atual tem suas raízes nas hierarquias centralizadas de poder que se sustentam a partir de recursos não locais e distanciados dos territórios onde vivem as comunidades e os ecossistemas (MARTINEZ-ALIER, 2007). Com isso, se faz possível entender os ambientes de trabalho no interior de um território mais amplo e de um modelo de desenvolvimento que os conformam, incluindo a produção e distribuição dos riscos ambientais¹⁶ e ocupacionais¹⁷ sobre as populações mais vulneráveis (PORTO *et.al.*, 2014). Por essa razão, a JA busca questionar o modelo econômico atual e seus interesses corporativistas e neoliberais, assim como a consequente mercadorização dos bens ambientais e a apropriação e exploração dos trabalhadores (ACSELRALD *et.al.*, 2004).

Desse modo, busca-se refletir sobre quem obtém o quê, quando, como e quais são os impactos disso na vida das pessoas e no ambiente (CAMACHO, 1998; ACSELRALD *et.al.*, 2004). Com isso, a discussão sobre as hierarquias de poder torna-se central dentro do movimento de JA, o qual vem construindo um modelo paradigmático que busca integrar a dimensão ambiental com as do direito, da cidadania e da democracia, tornando inseparáveis as conquistas sociais das ambientais (PORTO, 2011). Portanto, o conceito de justiça não é assumido apenas enquanto termo técnico do campo jurídico, mas em suas dimensões éticas, morais e distributivas, relacionadas às dinâmicas econômicas e políticas envolvidas nos problemas ambientais (PORTO, 2011).

¹⁶ São considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos, além de riscos ergonômicos e riscos de acidentes, existentes nos locais de trabalho e que venham a causar danos à saúde dos trabalhadores (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978).

¹⁷ Riscos ocupacionais são aqueles capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores. Podem ocorrer pelo risco ergonômico que está ligado a fatores externos (do ambiente) e internos (do plano emocional), que provocam a disfunção entre o indivíduo e seu posto de trabalho. Também podem se dar pelo risco de acidentes, que podem ocorrer em função das condições físicas do ambiente de trabalho e tecnológicas impróprias, capazes de colocar em perigo a integridade física do trabalhador (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978).

Por conseguinte, a JA busca demonstrar que a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental e interfere diretamente na condição desproporcional de vulnerabilidade socioambiental. Isso ocorre uma vez que há uma espécie de “mais valia ambiental”, na qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado dos seus impactos indesejáveis aos mais pobres (ACSERALD *et.al.*, 2009). A partir disso, o conceito de vulnerabilidade, adotado nos estudos de JA considera que há uma exposição diferenciada aos riscos, devido à capacidade de mobilidade dos grupos com maior poder aquisitivo, o que leva à suscetibilidade dos grupos com menores recursos em prever, enfrentar e sofrer as consequências de algum tipo de risco (CARTIER, 2009).

No entanto, Porto (2011, p. 26) chama atenção para uma possível contradição: enquadrar algumas populações na categoria “vulneráveis” pode representar um tipo de compactuação com a condição de não-sujeitos e não-portadores de direitos. Por essa razão, o autor explicita a importância de desnaturalizar e politizar a condição de “vulnerável”, sem que seja necessário abandonar o termo. Nesse sentido, se faz importante reconhecer a historicidade dos problemas ambientais pela

[...] lógica da disputa e distribuição nos territórios, tanto dos recursos naturais como das cargas de um metabolismo social, industrial e comercial decorrentes dos modelos hegemônicos de produção e consumo pautados por lógicas de mercado e formas injustas de comércio internacional

(PORTO, 2011, p. 59).

Em decorrência disso, se faz necessário reconhecer a existência dos conflitos atrelados aos fatores políticos, econômicos e culturais, para que não se desconsidere a dimensão dialética da história e seus processos de vulnerabilização, a fim de garantir que os grupos estudados sejam considerados sujeitos políticos, bem como estimular que os próprios se vejam como tal (PORTO, 2011).

Dessa maneira, a desigualdade ambiental pode ser entendida como a distribuição desigual das partes de um meio ambiente injustamente dividido, sendo que os seus mecanismos de injustiça se assemelham aos mecanismos de produção da desigualdade social, podendo se manifestar na forma de proteção ambiental desigual e/ou no acesso desigual aos recursos naturais (ACSERALD *et.al.*, 2008). A proteção ambiental é desigual quando a implementação de políticas públicas, ou sua omissão, gera riscos ambientais desproporcionais, intencionais ou não, para os mais vulneráveis

(ACSERALD *et.al*, 2008). Isso deriva, basicamente, da assimetria de poder, recursos e informações existentes entre os diferentes grupos sociais.

O acesso desigual aos recursos naturais pode ser dividido em duas categorias: produção desigual e consumo desigual (ACSERALD *et.al*, 2008). A produção desigual manifesta-se nos casos em que, em certas combinações de atividades, o meio ambiente transmite externalidades negativas que podem fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras atividades se manterem (ACSERALD *et.al*, 2008). Nesses casos, empreendimentos produtivos privados transmitem os efeitos nocivos de suas práticas para o meio ambiente comum, tais como o extrativismo, produção agrícola e a incineração (ACSERALD *et.al*, 2008).

Na esfera do consumo, o acesso desigual ao meio ambiente expressa-se na extrema concentração de bens nos grupos privilegiados (ACSERALD *et.al*, 2008). Sendo assim, existe, de um lado, um segmento social pequeno cujos altos padrões de consumo pressionam por uma apropriação intensiva e pouco previdente dos recursos naturais e, de outro, grande parte da população que permanece abaixo dos patamares de consumo necessários para a sobrevivência (ACSERALD *et.al*, 2008). Observa-se, portanto, que todos esses mecanismos levam a formas sociais de apropriação e exploração que culminam na injustiça ambiental direcionada àqueles que são os mais pobres.

As raízes históricas da JA remontam às lutas, reivindicações e campanhas de movimentos sociais estadunidenses. Esses movimentos buscavam os direitos de populações discriminadas por questões de classe e de raça, por habitarem regiões próximas aos grandes depósitos de lixo tóxico ou às grandes indústrias emissoras de efluentes químicos (HERCULANO, 2001). Duas correntes marcam a justiça ambiental norte-americana: o *movimento contra a contaminação tóxica* e o *movimento contra o racismo ambiental*¹⁸. Apesar de a primeira corrente iniciar a discussão sobre JA, foi o movimento contra o racismo ambiental que lhe conferiu notoriedade (BULLARD *et. al.*, 2005).

¹⁸ Racismo Ambiental pode ser entendido como "[...] a imposição desproporcional, intencional ou não, de rejeitos perigosos às comunidades de cor". Expressão criada após a compreensão de que a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de cargas ambientais desproporcionais em uma área (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 19-20).

A partir da década de 1990, a difusão do movimento por JA ocorreu para além das fronteiras norte-americanas, expandindo-se para outras nações. No entanto, Martinez-Alier (2007) identifica uma diferença entre o movimento estadunidense e o movimento dos países “em desenvolvimento”. Enquanto o primeiro se notabiliza por lutas locais contra o racismo ambiental e em favor de grupos minoritários decorrentes das atividades industriais, o segundo, luta contra impactos ambientais que ameaçam os pobres em diversos aspectos, os quais constituem a ampla maioria da população nesses países. Para Martinez-Alier (2007), esse segundo movimento estaria alinhado à ideia de um “ambientalismo dos pobres” ou “ambientalismo popular”.

As ideias contidas no ambientalismo dos pobres buscam romper com a racionalidade de que a pobreza é a maior causa da degradação ambiental (MARTINEZ-ALIER, 1992). Além disso, de que o ambientalismo só seria possível em uma sociedade pós-materialista ou em sociedades prósperas (MARTINEZ-ALIER, 1992). O ambientalismo dos pobres evidencia sua preocupação com a qualidade de vida socioambiental dos pobres do presente, rompendo, em certa medida, com o postulado de pensar em outras espécies e nas futuras gerações (GUHA, 2000). Isso faz com que haja um enfoque no significado material do meio ambiente, “como fonte e condição para o sustento” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.34). Martinez-Alier (1992, 2007) chama a atenção para o fato de que a ação dos pobres em defesa do meio ambiente está diretamente relacionada com a sua sobrevivência, porquanto lutam por suas necessidades ecológicas vitais, como água, energia e espaço para habitar.

É nesse cenário de desigualdades socioambientais que emergem os conflitos de interesse e poder nas estratégias adotadas diferenciadamente na apropriação da natureza na globalização e que, por sua vez, se faz relevante o “ambientalismo dos pobres” (LEFF, 2001). Contudo, apesar das diferentes perspectivas, Martinez-Alier (2014) acredita que tanto a “justiça ambiental” estadunidense, quanto o “ambientalismo dos pobres” integram uma corrente idêntica de pensamento relativa à preocupação e ao ativismo ambiental, defendendo a sua convergência. Dessa maneira, seus termos podem ser encarados como sinônimos.

2.2.1. Múltiplos espaços de injustiça ambiental: Moradia e Trabalho

Na América Latina, a relação com a JA está intimamente ligada com as suas raízes coloniais, extrativistas e escravistas, nas quais a perversa combinação entre a

destruição da natureza e a exploração do trabalho humano impregnou profundamente as suas sociedades, influenciando suas dinâmicas sociais até os dias atuais (PÁDUA, 2002). A partir disso, seus conflitos ambientais não podem ser compreendidos, senão associados às injustiças ambientais derivadas da relação de dependência econômica e ecológica resultante da globalização (LEFF, 2001). De acordo com Porto e Pacheco (2009, p. 95), os conflitos ambientais tendem a se radicalizar em sociedades caracterizadas por “assimetria de informação e poder que marcam processos decisórios e práticas institucionais”. Por essas condições, a proposta da JA se faz adequada ao tratar dos conflitos presentes nos países da América Latina.

No Brasil, a temática da JA consolidou-se principalmente em estudos que abordam o trabalho e a saúde do trabalhador (HERCULANO, 2001). Esse enfoque parte da compreensão de que a distribuição dos riscos ambientais por classe social está intimamente ligada à dinâmica do trabalho (HERCULANO, 2001). Sabe-se que as tarefas e ocupações mais insalubres, arriscadas e precárias são ocupadas pelos trabalhadores mais vulneráveis, enquanto que os melhores empregos no processo produtivo tendem a ser concedidos aos indivíduos com melhores condições financeiras (MALERBA, 2004). Desse modo, pode-se dizer que há um interesse econômico que, ao segregar em classes, lucra com a degradação dos corpos dos trabalhadores mais vulneráveis, mediante a contaminação produtiva interna aos seus ambientes de trabalho, destinando a esses a maior exposição aos riscos (ACSERALD, 2009; 2010).

Esse conflito de classes tece o próprio espaço urbano, onde as vantagens e desvantagens dos diferentes grupos sociais denotam uma disputa diferenciada, que resulta na segregação espacial urbana. Entende-se, portanto que, assim como em outras esferas, a dominação social no espaço urbano se constrói a partir da desigual distribuição ambiental entre as classes sociais pelos frutos do trabalho (VILLAÇA, 2011). Na dinâmica dessa segregação espacial urbana, vê-se que os recursos públicos são prioritariamente destinados aos locais em que se faz possível a reprodução do capital, ou seja, em áreas nobres e centrais (CARLOS, 2009).

Para Villaça (2001, p. 142 – grifo original), “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros** da metrópole”. Para o autor, a segregação ocorre pela diferenciação espacial da concentração das residências dos ricos e dos pobres, mas também na segregação dos locais de emprego, comércio e

serviços. Desse último, deriva também a segregação como um mecanismo espacial de controle do deslocamento e do tempo (VILLAÇA, 2011).

Tendo isso em vista, concorda-se com Santos (1993), quando este coloca que a pobreza não se dá apenas pelo modelo socioeconômico vigente, mas também pelo modelo espacial estabelecido, no qual os habitantes das periferias se tornam ainda mais pobres pelas desvantagens espaciais a que estão submetidos. Com isso, o processo de constituição do espaço urbano delimita uma região para as classes menos favorecidas, principalmente aquelas que, sem ter como arcar com os custos do mercado imobiliário, ocupam as áreas “disponíveis” e possíveis de se viver, como as favelas (ABIKO, 2002). Nesse aspecto, Abramo (2004, p.17-18) coloca que:

[...] A pobreza não é neutra. A pobreza tem sexo, tem cor, tem endereço. Isso significa que os fatores ligados à condição da família, ao ciclo de vida, ao sexo, à idade, à raça e à etnia determinam formas diferenciadas de vivenciar a pobreza, e que determinados grupos da população são mais vulneráveis e têm uma dificuldade maior de superá-la. Há alguns processos e características que são comuns na pobreza de homens e mulheres, negros e brancos, mas existem outros que são diferentes e geram maiores dificuldades e desvantagens adicionais. O sexo e a raça são os fatores que mais fortemente condicionam a forma pela qual as pessoas e suas famílias vivenciam a pobreza.

(ABRAMO, 2004, p.17-18)

A partir disso, pode-se entender que, quanto maior a invisibilidade pública¹⁹ da comunidade, menor é sua infraestrutura e mais intenso é o seu fardo ambiental. Segundo Lucas (2008), a legislação ambiental, ao instituir restrições ao uso e ocupação do solo em áreas protegidas, impede o acesso do mercado imobiliário, o que se torna uma contradição, pois facilita o estabelecimento das ocupações irregulares em áreas de mananciais, margens de cursos d’água, encostas e fundos de vale, as quais são, muitas vezes, áreas de risco. Desse modo, os riscos ambientais acabam sendo destinados às comunidades mais vulneráveis, e com menor capacidade para a mobilização política (BULLARD, 2005), como as favelas.

¹⁹ Segundo Costa (2008) invisibilidade pública pode ser entendida como “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”. Já para Gonçalves Filho (2004) a invisibilidade pública é “expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas”.

As favelas possuem em comum o fato de serem “espaços segregados, onde se concentram as maiores cargas ambientais destinadas às populações discriminadas e de baixa renda” (BULLARD, 2005, p. 54). Pode-se entender, ainda, que as favelas são territórios marcados como “zonas de sacrifício”, ou seja, são áreas com alta privação, sem infraestrutura básica de serviços, com riscos, perigos e insalubridades, que concentram situações de injustiças ambientais, onde os mais pobres são forçados a viver (BULLARD, 2005, p. 56). Nessa lógica, Davis (2006, p.127) coloca que as favelas são o “nicho da pobreza na ecologia da cidade” e que “(...) o local de risco e perigo para a saúde é a definição geográfica desses assentamentos”.

Apesar de haver especificidades no espaço e na população residente nas favelas, elas não podem ser tidas como algo singular e padronizado. Há uma pluralidade de formas arquitetônicas e topográficas desses assentamentos, mas, além disso, uma diversidade nas relações e práticas sociais que tornam as suas dinâmicas internas diferentes, dentro do espaço e entre si (TAVARES, 2015). Da mesma forma, as favelas não podem ser entendidas como algo à margem da cidade, ou em oposição a ela (TAVARES, 2015). Seus moradores incorporam-se ao mundo econômico, são consumidores de produtos e serviços. Portanto, caracterizam-se como uma população com poder aquisitivo reduzido e não são completamente miseráveis, como se traduz no imaginário, estando integrados à vida urbana (VALENÇA, 2008).

Esses fatores revelam uma estrutura social múltipla, evidenciando uma realidade complexa e intrincada. Por isso, as favelas podem ser entendidas também como “espaços urbanos onde se estabelecem uma relação dialética entre processos de resistência e segregação socioespacial” (TAVARES, 2015, p. 19). A própria constituição das favelas pode ser entendida como um movimento de resistência diante da especulação imobiliária, dos projetos de desenvolvimento urbano que levam a redução do território e na deslocação de grupos de baixa renda e étnicos. Podem ser vistas, então, como uma fronteira, na qual se articulam experiências de exclusão e inclusão (SAWAIA, 2008). Estão excluídas de um território social dominante, mas incluídas, às vezes de modo perverso, em suas formas criativas de sobrevivência e sociabilidade (SAWAIA, 2008).

Entretanto, é preciso que se atente para o fato de que as pessoas que habitam essas áreas não escolhem estar ali, já que não existe outra opção para esses indivíduos, uma vez que são pressionados a habitarem essas áreas e se veem em total carência de recursos básicos e em ambientes insalubres (ACSERLALD, 2009; CARLOS, 2009;

ABIKO, 2002). Dessa maneira, pode-se entender que a raiz desse conflito ambiental se dá, em primeira instância, pela desigualdade social estabelecida (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Com isso, percebe-se que uma grande parte dos/as trabalhadores/as são desfavorecidos/as, tanto em seu ambiente de trabalho, como em seus locais de moradia, considerando que o ônus da insustentabilidade da cidade é destinado às periferias e favelas e aos trabalhadores que ali habitam, o que leva a “distribuição ecológica iníqua” (HARVEY, 2005; GOULD *et.al.*, 2004). Entende-se, portanto, que as injustiças ambientais são mediadas pelos processos de segregação espacial e concentração de populações pobres próximas a fatores potenciais de risco, levando-as a suportar, além de desvantagens socioeconômicas espaciais, também, desvantagens ambientais (PORTO *et. al.*, 2011; ACSERALD *et. al.*, 2004).

Entretanto, parece que essas desvantagens também são mediadas por fatores ligados ao gênero. De acordo com o Censo IBGE, 2010, 55% dos domicílios em favelas estão sob a responsabilidade das mulheres. Observa-se ainda que, devido aos fatores econômicos, a espacialização da mulher no território desses aglomerados se dá nas áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental (TAVARES, 2013). Alguns estudos indicam também que as mulheres e meninas são as mais vulneráveis aos riscos de deslizamentos em favelas, justamente porque passam a maior parte de seu tempo no interior das residências, devido aos afazeres domésticos (NEUMAYER E PLÜMPER, 2007).

Esse arranjo demonstra não somente a maior exposição ao risco das mulheres, mas também os seus limites e obstáculos materiais e simbólicos (TAVARES, 2013). Nesse contexto, muitas vezes, faz parte do cotidiano das mulheres o não acesso à água potável ou sistema de esgoto, a insegurança em relação à violência, a inexistência de creches próximas e a dificuldade de geração de renda, tudo fazendo com que as estratégias de sobrevivência nas favelas sobrecarreguem, sobretudo, as mulheres (DAVIS, 2006).

Nessa lógica, os indivíduos que recebem menos vantagem da produção, são justamente os mais expostos à degradação ambiental e aos riscos. Portanto, quanto mais desmobilizados e mais próximos do “desespero econômico”, menos liberdade têm esses indivíduos de habitarem locais seguros ou de rejeitarem propostas de alocação de indústrias poluidoras ou de despejo de resíduos em suas comunidades, bem como de negar a ocupação em um posto de trabalho que eventualmente venha afetar a saúde

(GOULD *et.al.*, 2004; ACSERALD, 2010). Para Gould (*et.al.*, 2004) esse contexto resulta outra contradição: se por um lado, o grupo com maior poder é o menos provável em perceber a necessidade de mudanças ambientais, pois não está sendo diretamente impactado pelos conflitos existentes, por outro, o grupo mais atingido por esses conflitos, e, portanto, com maior potencial para percebê-los e desejar mudanças, são os que têm menos poder para exercê-las.

Diante disso, os autores que trabalham com a JA ressaltam a importância do fortalecimento político dos grupos ditos vulneráveis, para que esses assumam o seu papel de sujeitos coletivos ativos de transformação de suas próprias condições de vida (ACSERALD, 2010; PORTO *et.al.*, 2011). Um dos grupos de trabalhadores que vem se articulando nesse sentido é o dos/as catadores/as de materiais recicláveis. Ainda que não se reconheçam como tal, na busca por melhores condições de trabalho, acabam por reivindicar uma posição de justiça ambiental para a categoria (PORTO, 2004), o que será abordado no próximo capítulo.

3. As desigualdades presentes na catação

Este capítulo apresenta a situação dos/das catadores/as na cadeia da reciclagem e situa as circunstâncias impostas às mulheres catadoras, em relação às desigualdades de gênero. Desse modo, busca evidenciar a condição de injustiça ambiental em que esses trabalhadores/as se encontram. O surgimento da reciclagem no País só foi possível pela disponibilidade de mão de obra barata disponível na figura dos trabalhadores sobrantos. Com isso, os/as catadores/as se constituem como o elo frágil da cadeia da reciclagem, uma vez que estão apartados das etapas em que ocorre a valorização do material. Portanto, os/as catadores/as são os que possuem o trabalho mais extenuante, precário e com exposição aos riscos ambientais, e que obtêm as menores rendas. A indústria da reciclagem lucra com a apropriação e exploração dos/as catadores/as, conferindo-lhes as externalidades negativas do processo produtivo, marcando a situação de injustiça ambiental.

Em relação às mulheres catadoras, essa condição de vulnerabilidade se complexifica diante da divisão sexual do trabalho. As responsabilidades domésticas e de cuidados com os membros da família recaem desproporcionalmente sobre as mulheres catadoras, pois restringem suas oportunidades de desenvolvimento, bem como, o acesso aos recursos materiais e sociais. Devido à dupla jornada de trabalho, as mulheres comumente produzem menos que os homens, refletindo, diretamente, em suas remunerações. No caso das cooperativas, as mulheres realizam a atividade específica de triagem dos materiais. Essa função é desvalorizada e menos remunerada. Com isso, depreendeu-se que a precarização das condições femininas de trabalho na catação estão diretamente relacionadas com a dupla jornada de trabalho da mulher.

3.1. Os/as catadores/as de materiais recicláveis na cadeia da reciclagem: uma injustiça ambiental?

A data em que se iniciou a catação como fonte rentável, ou seja, quando o lixo se tornou resíduo, e, portanto, uma mercadoria, não é exatamente conhecida (SOUZA, 2013; GONÇALVES-DIAS, 2009; DIAS, 2002). É de senso comum, entretanto, que os catadores surgiram da necessidade da sobrevivência, em uma economia “espontaneamente criada em uma forma de autoemprego e autogeração de renda” (SANTOS, 2003, p.46). Dessa forma, a reciclagem no Brasil só se fez possível, em

grande escala, quando a triagem do material se mostrou uma tarefa de baixo custo, realizável por trabalhadores desocupados convertíveis em catadores/as que aceitassem baixas remunerações, o que permitiria investimentos em tecnologias para o surgimento da produção do material reciclado (DE PÁDUA BOSI, 2008; GONÇALVES-DIAS, 2009; BURGOS, 2008).

Ao se considerar esse contexto, pode-se observar que há uma associação direta entre a expansão da indústria da reciclagem e a disponibilidade dos/as trabalhadores/as desocupados/as. Tendo em vista essa relação, Schamber (2006) classifica os catadores em dois grandes grupos: os/as estruturais e os/as conjunturais. Os/as **catadores/as estruturais** (históricos) são aqueles/as que sempre trabalharam com a catação, tendo iniciado suas atividades nos lixões e nas ruas da cidade. Podem ser enquadrados nesse grupo aqueles que começaram a catar até a década de 1980, quando havia uma exclusão sistêmica do mundo do trabalho para esses indivíduos, os quais iniciaram a atividade, principalmente, como uma trajetória familiar (SCHAMBER, 2006). Os/as **catadores conjunturais** são aqueles que fundamentalmente se integraram à catação a partir da década de 1990, como consequência da precarização do trabalho e do desemprego (SCHAMBER, 2006). Nesse grupo se encontram jovens e adultos e, sobretudo, mulheres, que viram na catação uma oportunidade de trabalho frente à crise econômica e que, em sua maioria, trabalham em associações e cooperativas (SCHAMBER, 2006).

Independente de estrutural ou conjuntural, Burgos (2008, p. 25) acredita que “o catador é um trabalhador pobre urbano, (re) inserido produtivamente sob a condição de trabalhador sobranter²⁰ na base da indústria da reciclagem”. Na percepção da autora, essa indústria reúne o/a trabalhador/a sobranter, que ao permanecer sobranter, possibilita que ela possa funcionar sem um contingente de operários, já que os/as catadores/as não o são. Por essa razão, o/a catador/a se situa fora da oposição assalariado/patrão²¹, não vende ao capitalista sua força de trabalho, o que, para Prandi (1978, p. 47), leva a um processo de “sub-remuneração dos fatores de produção”. Estabelece-se, portanto uma relação na qual o/a catador/a não possui direitos trabalhistas, sendo remunerado por sua produção. Nesse sentido, “o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca

²⁰ Para Burgos (2008, p. 52) a expressão “*Trabalhadores sobrantes*” refere-se aos trabalhadores pobres urbanos que, à margem do mercado de trabalho, são (re) inseridos produtivamente, sem, contudo se emanciparem da condição de sobrantes. São trabalhadores que perderam seu emprego no setor formal (no contexto da reestruturação produtiva) ou que nunca conseguiram nele ingressar.

²¹ Exceto para o caso dos catadores assalariados dos comerciantes de recicláveis.

das relações capitalistas de produção (...), embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários” (DE PÁDUA BOSI, 2008, p. 113).

A partir disso, acredita-se que o fato de a força de trabalho na indústria de reciclagem ser composta por catadores/as é explicado devido à posição da indústria de reciclagem. A taxa de lucro das indústrias recicladoras competem com preços (em dólar), determinados pelo mercado mundial (Bolsa de Valores de Londres) (MNCR, 2009). Ao saber disso, a indústria recicladora não quis assumir os riscos do investimento (MNCR, 2009). Quando ocorrem oscilações dos preços no mercado de materiais recicláveis, essas são repassadas de forma descendente na cadeia produtiva e, conseqüentemente, afetam mais intensamente os/as catadores/as, diminuindo a margem de risco financeiro das indústrias (WIRTH, 2013). Assim, os/as catadores/as acabam por arcar com os custos do processo de produção, que são compensados com mais horas de trabalho e diminuição da qualidade de vida, enquanto que a indústria mantém os seus lucros.

Desse modo, pode-se considerar a posição de Birbeck (1979), de que falar em autoemprego não é adequado, já que a relação social de exploração aparece na determinação do preço dos materiais recicláveis, que não é definido pelos trabalhadores, os quais ficam à mercê da indústria. Além disso, pode-se considerar que os indivíduos foram pressionados a se tornarem catadores por falta de opções viáveis para obtenção de renda e, conseqüentemente, de suas sobrevivências, não sendo fruto da vontade e da ação dos próprios trabalhadores (LEAL *et. al.*, 2002; SANTOS, 2003). Isso faz com que se tornem “reféns da exploração da economia formal sobre a informal” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 49).

A partir desse cenário, alguns autores colocam que o mercado de reciclagem se configura como um oligopsônio²², no qual, um número restrito de empresas absorve os materiais recicláveis e dita as condições e preços aos catadores (PRIMO, 2012; GONÇALVES-DIAS, 2009; DE PÁDUA BOSI, 2008; CONCEIÇÃO, 2008; RODRIGUEZ, 2002). Esse ponto evidencia uma relação de dependência desigual entre

²² Oligopsônio é uma forma de mercado com poucos compradores, chamados de oligopsonistas, e inúmeros vendedores. É um tipo de competição imperfeita, inverso ao caso do oligopólio, onde existem apenas alguns vendedores e vários compradores (PRIMO, 2012).

o trabalho precário dos catadores e as grandes empresas recicladoras que, apesar de não estarem no *status* de patrão, definem e delimitam o trabalho do catador.

Dentre os fatores que complexificam a relação de exploração na cadeia da reciclagem destaca-se a inexistência da coordenação das cadeias produtivas dos materiais reciclados (GONÇALVES-DIAS, 2009). O trabalho do/a catador/a contribui para diversos segmentos de reciclagem que estão associados a setores produtivos distintos. Os/as catadores/as trabalham para a indústria da reciclagem do plástico, papel, metal, vidro e outros, sem que nenhuma dessas indústrias se sinta responsável pelas condições de trabalho do catador, uma vez que esse não trabalha exclusivamente para nenhuma delas, o que acaba por constituir uma relação difusa entre indústria e catador (GONÇALVES-DIAS, 2009). Assim, o consumo da energia vital do catador, por meio do desgaste de suas condições físicas, psíquicas e emocionais leva ao aumento do lucro da indústria sem que essa tenha nenhum vínculo de responsabilidade direta para com esses trabalhadores (BURGOS, 2008).

Entende-se, portanto, que a cadeia da reciclagem é complexa, estruturando-se fundamentalmente em três etapas: **recuperação** (coleta, triagem, prensagem e enfardamento), **revalorização** (beneficiamento do material e produção de produtos intermediários) e **transformação** (processamento dos materiais recuperados para transformá-los em novos produtos). Os materiais recicláveis passam das mãos dos catadores aos sucateiros, desses aos atravessadores e, por fim, às indústrias recicladoras, e, a cada etapa, agrega-se valor ao material reciclável (BURGOS, 2008; GONÇALVES-DIAS, 2009).

Nesse processo, os intermediários, os quais compõem a rede de sucateiros, depósitos e atravessadores, possuem importância vital para a cadeia da reciclagem, uma vez que realizam a ponte entre os catadores e as indústrias. O sucateiro, basicamente, recolhe o material dos catadores e cooperativas, enfarda e destina-os, em grandes volumes, às indústrias (CONCEIÇÃO, 2003). Com isso, esse ator se beneficia dos meios de produção que possui (balança, prensa, triturador, caminhões e etc.) para explorar os catadores, já que determinam o preço dos materiais e a maneira como deve ser separado, expondo os catadores a uma situação de fragilidade financeira.

Por essa posição, Santos (*et al.*, 2010) acredita que o intermediário é o principal detentor do mercado na etapa de **recuperação**, como é possível observar na Figura 1, a qual ilustra as etapas da cadeia da reciclagem no contexto brasileiro.

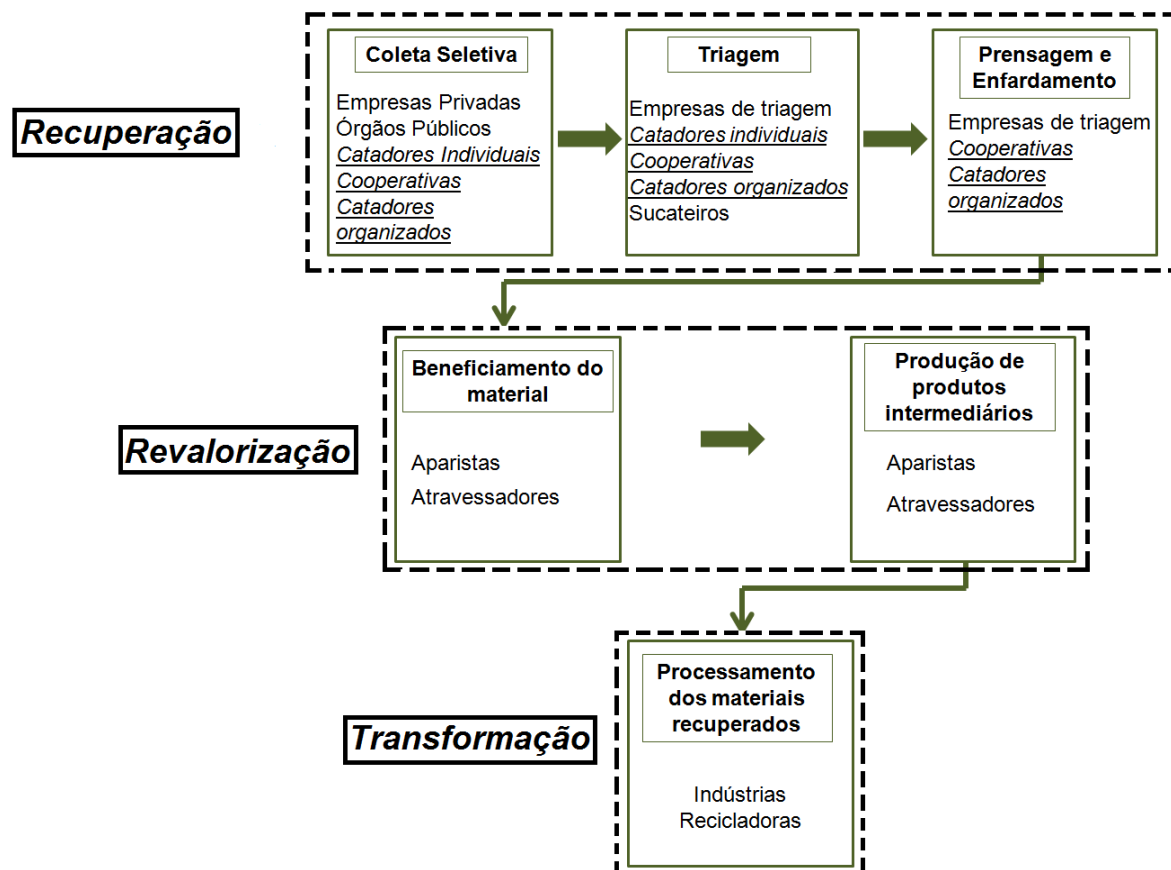


Figura 1 – Etapas da Cadeia da Reciclagem no Brasil. Fonte: Elaboração própria a partir de Burgos (2008); Gonçalves-Dias (2009) e; Wirth (2013).

Da forma como se organizam essas etapas e os atores envolvidos em cada uma delas, elucida-se o fato de o/a catador/a se constituir-se em elo frágil da cadeia, uma vez que apartado/a das duas etapas finais, nas quais ocorre o processo de “valorização dos resíduos”²³, está condicionado/a ao trabalho precário²⁴, o que o/a institui como o ator desafiante do campo da indústria da reciclagem (GONÇALVES-DIAS, 2009). Além disso, pode-se observar que os/as catadores/as são os mais expostos aos riscos associados à produção dos materiais recicláveis, uma vez que são eles/as que lidam diretamente com a segregação dos resíduos e são os/as que se encontram nas condições de maior precariedade.

²³ O termo “valorização de resíduos” pode ser definido como a capacidade de uma cadeia produtiva utilizar os resíduos como matéria-prima. Em vez de enviar itens aparentemente inúteis ou encaminhar coprodutos para um aterro sanitário, o objetivo passa a ser encontrar utilidade para esses resíduos (TEODÓSIO, GONÇALVES-DIAS, SANTOS, 2014, p.236-237).

²⁴ Para Medeiros e Macêdo (2006) o trabalho precário refere-se àquele mal remunerado, pouco reconhecido, instável, com restrição dos direitos sociais e à falta de perspectivas de crescimento profissional, manifestada tanto em relação ao setor informal, quanto para a classe trabalhadora em geral.

Em relação ao manuseio dos materiais, como vários estudos demonstram (FERREIRA; ANJOS, 2001; PORTO *et. al.*, 2004; GALON, MARZIALE, 2016), o trabalho da catação está associado a diversos riscos físicos, químicos e biológicos²⁵. Resumidamente, a sobrecarga de peso e a postura forçada e incômoda durante a atividade podem gerar danos osteomusculares, conferindo danos à coluna (GALON, MARZIALE, 2016). O contato e a inalação de produtos tóxicos como pesticidas, baterias, e componentes eletroeletrônicos podem provocar alergias, infecções, doenças respiratórias, dermatoses e intoxicações (PORTO, 2004). Acidentes com ferimentos, a partir de materiais perfurocortantes, como vidros, lâminas e agulhas, bem como o contato com matérias em decomposição, como os resíduos orgânicos, podem levar a contaminações graves (FERREIRA; ANJOS, 2001). A partir disso, os/as catadores/as têm mais probabilidade de adquirir problemas de saúde como dermatites, infecções, verminoses e doenças autoimunes (FERREIRA; ANJOS, 2001).

Observa-se assim que os riscos são inversamente proporcionais aos ganhos econômicos para os/as catadores/as. Enquanto esses/as trabalhadores/as são aqueles/as que possuem o trabalho mais extenuante, com riscos que afetam diretamente sua saúde, são os que obtêm as menores rendas. Essa ideia se confirma ao saber que a indústria da reciclagem opera com uma capacidade ociosa de 40% e obtém ganhos econômicos superiores a 300% do capital investido, anualmente, o que indica um cenário no qual bilhões são ganhos com a reciclagem (FIGUEIREDO, 2013; BURGOS, 2008). Ademais, sabe-se que 75% dos ganhos totais do setor são destinados às indústrias, tornando-se clara a contradição existente nessa cadeia a partir da exploração da mão de obra barata do catador (CALDERONI, 1996).

No entanto, ainda que a indústria lucre, ela perde aproximadamente oito bilhões de reais²⁶ anualmente por não reaproveitar todos os resíduos sólidos que são passíveis de serem reaproveitados (MILANEZ, *et al.*, 2010). A partir disso, entende-se que a

²⁵ Riscos físicos: são aqueles decorrentes de processos e equipamentos produtivos e podem ser: ruído, vibrações, pressões anormais em relação à pressão atmosférica, temperaturas extremas (altas e baixas), radiações ionizantes e radiações não ionizantes (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978).

Riscos químicos: são aquelas decorrentes da manipulação e processamento de matérias primas e destacam-se: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases e vapores (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978). Riscos biológicos: são aqueles oriundos da manipulação, transformação e modificação de seres vivos microscópicos, dentre eles: genes, bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, e outros (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978).

²⁶ Observa-se a atualidade da análise do trabalho de Calderoni (1996), o qual teve grande importância ao demonstrar que se perdiam bilhões no lixo por a indústria da reciclagem operar com certas limitações. Passados quase vinte anos, e apesar da indústria lucrar, ela ainda perde bilhões no lixo.

lógica por trás da reciclagem no País, associa-se exclusivamente às demandas econômicas do setor da indústria, não assumindo uma preocupação com diretrizes voltadas, de fato, para a contribuição ambiental, uma vez que os resíduos inviáveis economicamente são destinados aos aterros (FIGUEIREDO, 2012). Observa-se o papel da economia como estímulo à reciclagem dos materiais: quanto maior o valor econômico pago ao material reciclável, maior é o indicador de reciclagem do mesmo (FIGUEIREDO, 2012).

Desse modo, a indústria da reciclagem apropria-se do discurso ambiental e ganha o *status* de ambientalmente adequada, beneficiando-se do valor ambiental e social, atribuído ao processo de reciclagem, enquanto perpetua a exploração do trabalho dos catadores e gera benesses indiretas ao meio ambiente, uma vez que seu foco é o lucro (LEAL, *et. al.*, 2002). Por outro lado, os/as catadores/as também têm ganhado o *status* de “agentes ambientais”, possibilitando uma retomada de vínculos e sentidos de pertença social que reconfiguram a identidade do/a catador/a pela importância de seu trabalho (SANTOS *et al.*, 2010). Contudo, deve-se atentar para que esse papel de “agente ambiental” não se torne um fetichismo em que os mecanismos de exploração e apropriação do catador sejam reforçados.

Diante desse contexto, pode-se considerar que a atividade da catação manifesta um espaço de resistência, construído com as sobras da sociedade de consumo (SANTOS, 2003). Em uma alusão a Bauman (1998, p. 89), pode-se dizer que os catadores resistem ao permanecerem no “jogo²⁷”. Materialmente, Hirata (2011) acredita que o que se apreende da trajetória de resistência dos catadores contra a acumulação capitalista é a importância da construção autônoma do trabalho e da apropriação da terra. Os catadores tiraram partido do urbano, encontrando condições para efetivamente interferir na produção social existente, configurando a catação como uma reprodução das relações sociais de produção urbana (HIRATA, 2011; LEFEBVRE, 1969).

Assim, se estabelece uma relação paradoxal, na qual, ao mesmo tempo em que os catadores são “obrigados” pelos distintos instrumentos coercitivos, econômico, social e ambiental, a trabalharem com os resíduos, esse ato também se constitui em uma resistência (LEGASPE, 1996). Observa-se assim uma tensão de forças: uma no sentido

²⁷ Bauman afirma que existem “os jogadores”, “os jogadores aspirantes”, e os “jogadores incapacitados”, que não têm acesso à moeda legal. Os incapacitados são convidados a abandonar o jogo, pois não apresentam recursos para se manterem inseridos no embate, mas são convidados para um novo jogo de fácil inserção e retorno imediato, o da criminalidade (BAUMAN, 1998, p. 56).

do capital com a exclusão desses indivíduos, como refugos humanos e outra, no sentido da resistência, na qual, aproveitando-se de uma brecha do mercado, e nesse sentido volta-se a considerar o processo de autogeração de renda, os catadores constituíram uma forma de sobrevivência não apenas vital, mas também social, enquanto um grupo que permanece ativo e (re)inserido no processo do capital.

Nessa última direção, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), embasado na importância ambiental da catação, tem estabelecido um discurso no qual fortalece o vínculo de seu trabalho com a sustentabilidade (GONÇALVES-DIAS *et al.*, 2010). Por essa razão, seus discursos direcionam-se no sentido da inclusão dos catadores para a promoção da qualidade do meio ambiente, uma vez que, mediante seu trabalho, os resíduos tem um destino ambientalmente adequado, ou seja, não vão para aterros ou lixões e contribuem para a não dispersão de gases tóxicos na atmosfera provenientes da incineração. Desse modo, por meio de campanhas como “Reciclagem Popular”, “Resíduo Zero” e mobilizações contra a incineração, os catadores assumem um discurso contra o modelo vigente e se articulam para influenciar as políticas públicas (MNCR, s/d).

Dessa maneira, o reconhecimento do trabalho dos catadores vem gradativamente se institucionalizando via definições e regulamentações nas políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos. É importante ressaltar o fato de que essas políticas tiveram como eixos principais o fomento à capacitação técnica e a entrega de máquinas e equipamentos aos grupos de catadores, que tiveram como referência principal o Programa Cataforte. Esse programa, por exemplo, teve, em suas três fases, mais de 500 milhões de reais investidos nas cooperativas e em redes de comercialização de catadores (MNCR, s/d). Contudo, apesar de representar conquistas importantes aos catadores, refletem uma política de eficiência a serviço da indústria e do Estado, para que produzam mais e melhor, sem, necessariamente, refletir em melhores rendas e qualidade de vida ao catador, demonstrando a lógica inerente à apropriação do capital.

Avançando um pouco mais nessa questão, há que se destacar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que prevê a inserção dos catadores em programas de coleta seletiva, priorizando a contratação das associações e cooperativas com a remuneração pelos serviços prestados e o envolvimento desses na logística reversa (BRASIL, 2010). No entanto, observa-se que, apesar de a responsabilidade pelo manejo dos resíduos sólidos no país ser dos municípios, a privatização da coleta dos resíduos tem aumentado

nas últimas décadas, gerando concessões a empresas, às vezes, por mais de trinta anos, o que evidencia o potencial lucrativo do setor e a baixa participação formal dos catadores (JACOBI; BESEN, 2006; PINHEL, 2013; GODOY, 2015).

Porém, quando ocorre a contratação e a inclusão dos catadores na coleta seletiva, estabelece-se outro tipo de pressão, visto que, além de já submetidos à precariedade, sofrem com a iminência da exclusão do sistema, caso não se adequem às expectativas de eficiência demandadas pelo poder público. Portanto, além de não terem controle sobre os preços dos materiais, também são forçados a cumprirem metas de produção, muitas vezes, estabelecidas sem o diálogo entre as partes. Nesse sentido, como demonstra o trabalho de Godoy (2015), o grau de inclusão dos catadores na coleta seletiva depende diretamente de quem ocupa o poder público municipal e de seus interesses. A partir disso, entende-se que o fato de o trabalho do catador não ser regulamentado e, portanto, formalmente visível, possibilita que ocorra a sua exploração por parte das indústrias e sua apropriação e repressão por parte do Estado, de forma simultânea e conectada (WIRTH, 2013).

Nesse cenário, reconhece-se que, comparativamente a outros países, como Índia, China, Bolívia, Uruguai e Argentina, a organização dos catadores no Brasil levou-os a diversas conquistas que tornam sua experiência inédita no mundo, principalmente pelos programas e políticas públicas voltadas para a categoria (SAMSON, 2009). Porém, pode-se observar que os/as catadores/as ainda têm que lidar com a exclusão social, o estigma do trabalho, a exploração, os riscos e externalidades negativas da produção e os impasses e dilemas com o próprio poder público.

A partir desse panorama, ainda que não se possa dizer, nos termos de Acserald (2010), que ocorra um processo de extração de “mais valia ambiental” pelas indústrias recicladoras, dos catadores, já que não existe uma relação contratual de trabalho, evidencia-se a relação de subordinação, apropriação e exploração desses/as trabalhadores/as. Com isso, deflagra-se o processo de injustiça ambiental associado à catação, destacando-se a dinâmica do capital em se apropriar da condição de pobreza desses/as trabalhadores/as com a intenção de torná-la rentável para aqueles que detêm os meios de produção. Esses repassam as externalidades negativas do processo produtivo para os/as catadores, lucrando com a degradação dos corpos desses/as trabalhadores/as por meio das suas exposições aos riscos ambientais (ACSERALD, 2009, 2010).

Além disso, entende-se que as cargas dos danos ambientais da sociedade do consumo recaem diretamente sobre os/as catadores/as, os quais estão expostos aos riscos e vulnerabilidades associados à profissão, não possuindo o mesmo poder de compra daqueles que geram os resíduos (ACSERALD *et al.*, 2004). Esse fato denota a relação trabalho-capital-pobreza, associada à injustiça ambiental na catação e revela que “a luta pela reciclagem popular é mais do que inclusão no sistema, é uma disputa por hegemonia”, refletindo-se em desafios e instabilidades que necessitam da contínua articulação e mobilização, do MNCR e dos catadores no geral, para a sua superação (ASADA, 2015, p. 229-230).

Porém, tendo em vista que, como coloca Abramo (2004), a pobreza tem sexo, cor e endereço, e que o público que constitui os/as catadores/as é pobre, parece que esses fatores também ajudam a definir aqueles que estão na catação. Assim, se essas relações sociais determinam formas diferenciadas de se vivenciar a pobreza, compreende-se que, da mesma maneira, determinam formas diferenciadas de se vivenciar a catação. Nesse sentido, acredita-se que os desafios e instabilidades apresentados aos catadores sejam ainda maiores para as mulheres, principalmente, para as mulheres negras. A partir disso, a próxima seção discorrerá sobre as mulheres catadoras.

3.2. As mulheres catadoras de materiais recicláveis e as injustiças por gênero

O público predominante que atua nas cooperativas de catadores/as é feminino, mas, além disso, observa-se também que a maior parte de catadores/as identifica-se como negros/as (CHERFEM, 2014; SILVA, GOES, ALVAREZ, 2013; WIRTH, 2013). A participação de negros/as na catação é representada por 66,1% do total de trabalhadores/as (CHERFEM, 2014; SILVA, GOES, ALVAREZ, 2013). Nota-se a consubstancialidade entre gênero, raça e classe nessa atividade, o que complexifica a desigualdade posta na cadeia da reciclagem (CHERFEM, 2014; KERGOAT, 2010).

Assim, justamente por o trabalho com a catação não exigir alta qualificação profissional, acaba por atrair, principalmente, as mulheres negras desempregadas, com baixa escolaridade e chefes de família (CHERFEM, 2014; RIOFRÍO; CABRERA, 2012). Observa-se que a condição precária de trabalho de catadores/as está intimamente

ligada à quantidade de mulheres e negros/as presentes nas associações e cooperativas, o que pode indicar uma feminização e racialização no setor (CHERFEM, 2014). Para muitas das catadoras, o início do trabalho no setor representa a trajetória familiar, ou uma alternativa para lidar com os problemas de saúde, migração, velhice e abandono (RIOFRÍO; CABRERA, 2012). Mesmo havendo diversas razões que direcionaram as mulheres a catar, um elemento em comum a todas é o de que encontraram na atividade uma forma relativamente segura e duradoura de obter renda e de conseguirem conciliar as tarefas produtivas com as reprodutivas (WIRTH, 2013).

Nesse contexto, as responsabilidades domésticas e de cuidados com os membros da família recaem, desproporcionalmente, sobre as mulheres catadoras, pois restringem suas oportunidades de desenvolvimento, bem como o acesso aos recursos materiais e sociais (RIOFRÍO; CABRERA, 2012). Esse fato pode ser explicitado pela diferença na produtividade do homem e da mulher catadores. Pela necessidade de realizar a jornada reprodutiva, a mulher acaba por trabalhar menos horas, tendo sua capacidade de produção afetada, influenciando, conseqüentemente, em sua remuneração. Já o homem, por passar mais tempo nos lixões e nas ruas, produz mais, recebendo melhor remuneração. Além disso, por ter mais disponibilidade, o homem acaba por recolher os materiais de melhor qualidade antes das mulheres, o que faz com que as catadoras coletem os materiais com menor valor de venda e tenham uma remuneração ainda menor (BEALL, 1997).

Outro fator associado à dupla jornada de trabalho da mulher catadora refere-se à invisibilidade de seu trabalho. Nas famílias catadoras, comumente os homens estão no espaço público, realizando as tarefas de coleta e venda dos resíduos, enquanto as mulheres ocupam o espaço privado, estando encarregadas das tarefas domésticas e da triagem dos materiais (RIOFRÍO; CABRERA, 2012). A etapa de triagem se caracteriza pela seleção e segregação criteriosa de mais de trinta tipos de materiais recicláveis por meio da visão e tato, quando se trabalha em pé, nas bancadas ou mesas de triagem (WIRTH, 2013). Essa etapa exige conhecimento técnico para o manuseio dos materiais, pois é preciso saber, exatamente, qual a composição, densidade e flexibilidade do material e de que forma pode ser reciclado. Contudo, as tarefas realizadas pela mulher, geralmente, não são consideradas trabalho, mesmo sendo fundamentais para a economia familiar (CARRASCO, 2006). Desse modo, muitas vezes, a triagem dos materiais

realizada pelas mulheres se torna invisível e gratuita, já que é o homem quem realiza a venda e obtém a renda dos materiais (RIOFRÍO; CABRERA, 2012).

Essa divisão sexual do trabalho também pode ser observada nas cooperativas de catadores/as. O processo de produção das cooperativas geralmente envolve a triagem, armazenamento, prensagem, pesagem e transporte dos materiais. Essas etapas são divididas entre os/as catadores/as, sendo que as mulheres se concentram na triagem e os homens na prensagem, pesagem e transporte dos materiais (WIRTH, 2013). Nota-se que a alocação da mulher em uma função específica do processo produtivo está diretamente relacionada a um discurso “biologizante” no qual a habilidade mais apurada, o capricho, a destreza da mulher para reconhecer as características dos materiais recicláveis são naturalizadas, tornando-as aptas para tal (WIRTH, 2013; KERGOAT, 2003). Por outro lado, as funções de transporte e prensagem do material são concebidas como trabalhos masculinos, por conta da demanda de maior força física e da utilização de maquinários como prensa e empilhadeira (WIRTH, 2013; KERGOAT, 2010).

Essa divisão de tarefas impacta diretamente as rendas das catadoras, uma vez que as funções de transporte e prensagem são mais valorizadas e melhor remuneradas. Sabe-se que cada cooperativa possui uma forma particular de organizar as retiradas dos/as cooperados/as, mas em geral, a remuneração da mulher é menor que a dos homens, seja porque o valor da hora dos homens é maior, ou porque o homem recebe hora fixa, enquanto a mulher recebe por produção²⁸ (WIRTH, 2013).

Com isso, observa-se um impasse: se, de um lado, a etapa mais importante da cadeia da reciclagem é a triagem, porque é nessa etapa que há a transformação do lixo em resíduo e em que se agrega valor econômico e ambiental aos materiais, por outro, é, justamente, a triagem a etapa mais desvalorizada e pior remunerada da cadeia produtiva. Desse modo, refletir sobre o lugar das mulheres na cadeia da reciclagem leva à compreensão de que a mulher realiza a tarefa menos valorizada do processo produtivo, embora seja a etapa fundamental para a venda dos materiais e para os ganhos ambientais.

No entanto, contrariando a lógica da alocação em uma única função, as mulheres vêm se articulando e se apropriando das atividades que são consideradas masculinas. Esse fenômeno se dá, principalmente, pela grande rotatividade dos EES, nos quais há

²⁸ A situação em que se constata uma igualdade maior entre as retiradas é quando ambos recebem por produção, o que não ocorre comumente (WIRTH, 2013).

uma tendência maior dos homens saírem e as mulheres se manterem nas cooperativas (CARRASCO, 2006; QUINTELA, 2006). Sem homens disponíveis para o trabalho, as mulheres assumem suas funções. Segundo autoras da economia feminista, o fenômeno citado não é um fato inédito das cooperativas de catadoras. Para elas, a base de toda a economia são as mulheres, pois são elas que permitem a superação de grandes crises econômicas, uma vez que permanecem em seus empreendimentos (CARRASCO, 2006; QUINTELA, 2006), tornando-os resilientes.

Nesse sentido, pode-se considerar que a rotatividade dos homens nas cooperativas permitiu que as mulheres passassem a assumir não somente as tarefas comuns aos homens, mas também os cargos de direção das cooperativas, fortalecendo a imagem e liderança da mulher catadora. No entanto, mesmo nesse contexto, não se deve desconsiderar a permanência da divisão sexual do trabalho e a necessidade de se discutir e aprofundar o tema nas cooperativas. Como coloca Wirth (2013), é preciso reconhecer que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma construção particular de cada cooperativa, mas uma organização social estruturante que se impõe a cada empreendimento.

Em vista disso, entende-se que a exploração na cadeia da reciclagem é sexuada (WIRTH, 2013). Por conseguinte, devido a catação se enquadrar na condição de trabalho informal, precário, marcado pela presença de abusos (assédio moral e sexual, violência) e com ‘salários de mulheres’, pode-se entendê-lo como um “trabalho considerado feminino” (FALQUET, 2013). Ao se ponderar sobre a cadeia da reciclagem, é possível observar a rearticulação neoliberal pela lógica dos vasos comunicantes em que não são quaisquer trabalhadores/as que são apropriados e explorados pelas indústrias recicladoras, mas sim aqueles/as que são mulheres e negros e que respondem aos interesses do capital, justamente, pela divisão sexual e racial do trabalho (CHERFEM, 2014; FALQUET, 2013).

Com esse panorama, entende-se que a precarização feminina na catação está diretamente relacionada com a dupla jornada de trabalho da mulher. Somando-se essa percepção às reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e à injustiça ambiental, este estudo se fundamentou nas seguintes proposições: (i) existem injustiças ambientais na moradia e no trabalho das mulheres catadoras e; (ii) a dupla jornada de trabalho das catadoras leva a uma injustiça ambiental por gênero na catação. Para entender essas proposições a fundo, foi feito um Estudo de Caso Estendido em uma cooperativa

composta apenas por mulheres. Assim, no próximo capítulo serão apresentadas as escolhas metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa e para sua análise.

4. Procedimentos metodológicos

O objetivo deste estudo é entender a relação entre gênero e meio ambiente no cotidiano de mulheres de uma cooperativa de catadoras de materiais recicláveis. Por ser um tema pouco estudado, optou-se por se realizar uma abordagem exploratória qualitativa como pesquisa descritivo-analítica (GONÇALVES, 2004; DENZIN, LINCOLN, 2000). A pesquisa divide-se em dois grandes objetivos específicos. Para analisá-los foram utilizadas duas técnicas de coletas de dados com o intuito de realizar a triangulação entre as informações. De acordo com Denzin e Lincoln (2004), a estratégia da triangulação acaba por ser uma alternativa para a validação da pesquisa, uma tentativa de alcançar uma interpretação, em profundidade, do fenômeno estudado.

A partir disso, adotou-se como método o Estudo de Caso Estendido (BURAWOY, 1998). Visando o levantamento de dados, voltou-se para a entrevista narrativa e a observação como técnica de coleta de dados primários e para os dados secundários, o levantamento de documentos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002) (Quadro 1).

Tema	Gênero e Meio Ambiente			
Delimitação do Tema	Gênero e Meio Ambiente no cotidiano de mulheres catadoras de materiais recicláveis			
Unidade de análise	Mulheres catadoras de materiais recicláveis de uma cooperativa do município de São Paulo			
Perguntas Direcionadoras	<p>1) Quais são os elementos associados às questões ambientais no cotidiano das mulheres catadoras?</p> <p>2) Quais são os elementos associados às questões de gênero no cotidiano das mulheres catadoras?</p> <p>3) Como os elementos associados às questões ambientais se articulam aos elementos associados às questões de gênero no cotidiano de mulheres catadoras?</p>			
Objetivo Geral	Entender as relações entre gênero e meio ambiente no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis de uma cooperativa do município de São Paulo			
Método	Estudo de Caso Estendido			
Objetivos Específicos	Proposições	Fonte de informação	Técnica de coleta de dados	Técnica de análise de dados
i- identificar os elementos associados às questões ambientais no cotidiano de moradia e trabalho das mulheres catadoras	Existem injustiças ambientais no trabalho e na moradia das mulheres catadoras	Dados Primários	Entrevista Narrativa	Análise narrativa
		Dados Secundários	Documentos oficiais	
ii- identificar os elementos associados às questões de gênero no cotidiano familiar e de trabalho das mulheres catadoras.	A dupla jornada de trabalho das catadoras leva a uma injustiça ambiental por gênero na catação	Dados Primários	Entrevista Narrativa Observação	Análise narrativa
		Dados Secundários	Documentos oficiais	

Quadro 1 – Matriz de amarração da pesquisa Fonte: Elaboração própria.

4.1. Estudo de Caso Estendido

A orientação metodológica desta pesquisa foi pautada na perspectiva do Estudo de Caso Estendido (*Case Studies Extended*) (BURAWOY, 2000,1998). Este método contribui, fundamentalmente, para a revisão e construção de macronarrativas teóricas e, ao mesmo tempo, promove um profundo diálogo com microrrealidades locais, vivenciadas pelos atores sociais (BURAWOY, 2000). Diferente do modelo tradicional de estudos de caso discutidos por Yin (1998), o Estudo de Caso Estendido (ECE) baseia-se em uma “ciência reflexiva”, que se ancora fundamentalmente em três diálogos entre: observador e participante (intersubjetividade); processo local e forças externas (processo/estruturação); a teoria (reconstrução teórica) (MENDES 2003; BURAWOY, 2000,1998).

Com a intersubjetividade o observador torna-se um participante, experienciando o mundo do outro. Com a lógica do processo, as observações são projetadas no tempo e no espaço, permitindo uma perspectiva integradora. A estruturação permite atender as forças extra- locais que moldam os acontecimentos e as situações. Por último, a reconstrução teórica, a que Burawoy dá especial ênfase, parte de um quadro teórico existente e procura descobrir anomalias e testar teorias.

(MENDES, 2003, p. 4).

Com isso, a ciência reflexiva coloca o diálogo como seu princípio definidor e a intersubjetividade entre participante e observador como sua premissa, abarcando elementos como a conexão e proximidade (MENDES, 2003). Dessa maneira, vê-se que o método rompe com os modelos positivistas de neutralidade, separação e afastamento (MENDES, 2003). O ECE tem em sua essência metodológica a observação direta e a observação participante, as quais consideram aspectos qualitativos do objeto analisado e o conjunto global das relações que o envolvem entre o macro e o micro social (BURAWOY, 1998). Logo, esse método permite a exposição de vozes de múltiplos atores, possibilitando o resgate das memórias locais em variados contextos históricos (MENDES, 2003). Assim, busca englobar igualmente o acúmulo de teoria acadêmica e o conhecimento popular existente (MENDES, 2003).

A partir desse contexto, os quatro “princípios de extensão” em que Burawoy (2000, 1998) alicerça o ECE são: (i) a extensão do participante-observador na comunidade que está sendo estudada; (ii) a extensão das observações no tempo e no

espaço; (iii) a extensão dos micro processos às macro estruturas e forças; (iv) a extensão da teoria.

Nesta pesquisa, a extensão participante-observador deu-se por intermédio da inserção da pesquisadora no grupo de mulheres catadoras, aqui estudado e pela dinâmica da “incubação”. A pesquisadora aproximou-se da cooperativa de mulheres catadoras por meio de sua participação na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP USP). Internamente, a ITCP USP mantém um Grupo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar (GPEM), focado na temática dos resíduos sólidos. O GPEM Resíduos é um espaço de encontro semanal que favorece a troca de experiências entre formadores da ITCP-USP que trabalham com os catadores/as, promovendo formações, discussões e desenvolvimento de metodologias para a incubação dos grupos. Em 2012, o GPEM Resíduos tornou-se parceiro em um dos projetos executados pelo Cata Sampa (MNCR), que tinha como objetivo cadastrar catadores/as individuais e cooperados/as e realizar a incubação de alguns grupos de catadores/as.

Nesse contexto, a pesquisadora aproximou-se da Cooperativa das Rosas, em março de 2013, para a realização de formações e, posteriormente, passou por um processo de incubação. A pesquisadora acompanhou o grupo, semanalmente, no período de maio de 2013 a outubro de 2015, passando a ter um acompanhamento quinzenal de novembro de 2015 a abril de 2016. Dessa forma, houve uma inserção da pesquisadora no grupo de mulheres catadoras, durante um período de três anos, o que se alinha com o princípio de extensão das observações, no tempo e no espaço, proposto por Burawoy (2000, 1998). A partir disso, a própria escolha de se realizar o ECE com a Cooperativa das Rosas ocorreu, justamente, pela proximidade já estabelecida entre a pesquisadora e as mulheres catadoras.

Este estudo aconteceu concomitantemente ao processo de incubação. Dessa maneira, a própria metodologia de incubação, seguida pela ITCP USP, fundiu-se com as técnicas de coleta de dados desta pesquisa. A metodologia seguida pela ITCP define que uma dupla de formadores acompanhe o grupo semanalmente e registre o desenvolvimento das atividades e observações do empreendimento em um diário de campo. E ainda que, frequentemente, se compartilhem essas observações no GPEM Resíduos. O diário se destacou, então, como uma característica relevante adotada na validação da observação, conforme recomenda Alaszewski (2006).

As observações feitas permitiram que elementos, muitas vezes, não surgidos nas entrevistas narrativas, fossem notados. Entre as vantagens de se adotar a técnica da observação, Aires (2011) destaca a potencialidade no estudo das dinâmicas e inter-relações com os grupos, em determinados cenários socioculturais, o que foi ao encontro dos interesses desta pesquisa. A observação utilizada foi a do tipo panorâmica-participante (AIRES, 2011), ou seja, a observadora interagiu, diretamente, com as mulheres analisadas, em razão das formações realizadas durante a incubação do grupo.

Pode-se dizer, então, que muitas das percepções apreendidas nesta pesquisa se deram através das discussões ocorridas no GEPEM Resíduos, contribuindo diretamente para a reflexão sobre a extensão dos micro processos para as macro estruturas e forças (BURAWOY, 2000, 1998). Para tanto, houve um esforço em articular os dados obtidos com o recorte teórico escolhido: Divisão Sexual do Trabalho e Justiça Ambiental. Contudo, nota-se que houve uma limitação em realizar a “extensão da teoria” nos moldes propostos por Burawoy (2000,1998).

4.2. Entrevista Narrativa

Reconhecendo que há a possibilidade de o processo de investigação acontecer a partir e com as próprias vozes dos/das pesquisados/as, escolheu-se trabalhar com uma técnica que privilegiasse essa dinâmica. De acordo com Fivush (2006, p. 37) “(...), narrativas são maneiras socialmente construídas de compreender o que uma vida é e o que uma pessoa é”. Desse modo, por meio da entrevista narrativa, alguns fenômenos da vida individual podem ser compartilhados pelo grupo social entrevistado, trazendo à superfície conflitos e contradições da própria existência do ser, ligada, por exemplo, ao sexo, etnia e classe (FRANÇOISE; DUCHET, 1991).

Para Anderson e Jack (1991), as entrevistas narrativas são particularmente valiosas para se descobrir as perspectivas das mulheres. Segundo as autoras, a experiência única desse grupo é, muitas vezes, silenciada, principalmente quando a discussão dessas vidas reflete um conjunto de conceitos e valores que denotam a posição dominante dos homens. Além disso, Gonçalves e Lisboa (2007) ressaltam que os relatos orais têm sido significativos para destacar a participação das mulheres na economia informal, como em cooperativas e associações. Ainda, Burawoy (1998) sugere a adoção das entrevistas narrativas como parte da metodologia do Estudo de Caso Estendido. A partir destas considerações optou-se por essa técnica.

As entrevistas narrativas caracterizam-se como ferramentas não estruturadas, que visam a profundidade de aspectos específicos a partir dos quais emergem histórias de vida, tanto do/a entrevistado/a, como aquelas entrecruzadas no contexto situacional (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A adoção desse tipo de entrevista visou encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do seu contexto social (BARROS; LOPES, 2014). A proposta da entrevista narrativa efetua-se como uma crítica ao esquema pergunta-resposta que ocorre na maioria das entrevistas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Nas entrevistas pergunta-resposta, impõe-se ao entrevistado o tema, os tópicos, a ordenação das perguntas e a redação das questões, as quais seguem a linguagem do/a entrevistador/a e não do/a entrevistado/a (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Procurando por um caminho mais colaborativo e “válido” da perspectiva do/a informante, para Jovchelovitch e Bauer (2002), a influência do entrevistador/a deve ser mínima, priorizando a fala do entrevistado/a e as suas percepções. Entretanto, isso não significa que a entrevista seja feita sem nenhuma estrutura. O fio condutor da abordagem da narração deve ser pontuado pelo entrevistador/a como forma de orientar a narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

O roteiro adotado para as entrevistas realizadas nesta pesquisa se constituiu primeiramente pela apresentação do objetivo do trabalho, e, em seguida, por questões enquadradas em três grandes eixos: a trajetória de vida, a trajetória na favela aonde vivem e a trajetória na cooperativa. Para cada eixo, foram definidos três subitens para estimular a fala das mulheres. Por fim, quando não havia sido relatado anteriormente, foram feitas perguntas mais objetivas quanto ao perfil sociodemográfico, como pode ser visto no Quadro 2.

Apresentação pessoal e do objetivo do trabalho: Entender a relação entre gênero e meio ambiente		
Trajetória de Vida	Trajetória na Favela	Trajetória na Cooperativa
<ul style="list-style-type: none"> • Origem • Família • Trabalhos anteriores 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de residência • Aspectos positivos • Aspectos negativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de atuação no EES <ul style="list-style-type: none"> • Motivação • Dificuldades
Perfil sociodemográfico		

Quadro 2 – Estrutura do roteiro de pesquisa. Fonte: Elaboração própria.

Dado o objetivo deste estudo, buscou-se realizar as entrevistas com todas as cooperadas com a intenção de possibilitar maior comparação e observação das possíveis similaridades nas relações encontradas. Dessa maneira, as entrevistas foram feitas com todas as catadoras que estavam atuando na cooperativa na época da realização deste estudo, totalizando dezesseis narrativas. Porém, além das dezesseis cooperadas, havia na época um homem contratado como motorista. A princípio, o objetivo era realizar a entrevista também com ele, mas por impossibilidade de alinhamento da disponibilidade de tempo da pesquisadora com a do motorista, não foi possível a sua realização. Todas as entrevistas foram feitas no próprio espaço da cooperativa, em uma sala privada.

Como alguns estudos indicam quando as entrevistas possuem cunho invasivo, devido às informações pessoais e sensíveis reveladas pelos/as informantes, deve-se respeitar os direitos dos/as entrevistados/as de anonimato (ANDERSON; JACK, 1991; CRESWELL, 2010). Por uma questão de preservação de identidade, o nome da cooperativa foi substituído por um nome fictício: “Cooperativa das Rosas”. O nome do território onde as catadoras residem foi substituído por “Favela Jardim das Rosas”. Vale ressaltar ainda, que foi apresentado às catadoras o termo de consentimento para uso das entrevistas (apêndice A), o qual foi assinado por todas elas. Esse documento se fez importante para garantir a ética associada à realização das entrevistas, conforme pontuam Bell (2014) e Creswell (2010).

Tendo essa consideração em vista, cada cooperada foi identificada por um grupo de letras, como pode ser observado no Quadro 3.

Código	Duração da entrevista
A.C.P.	53h12m
A.S.S.	33h 44m
F.C.B.	40h 37m
H.D.S.	56h 34m
J.M.	54h 60m
J.S.J.	52h 00m
L.S.	46h 00m
M.C.S.	33h 00m
R.C.B.	48:h 46m
S.S.J.	54h 00m
T.A	46h 50m
T.C.M	1h 03s 60m
T.S	40h24m
T.S.S	57h17m
V.S	39h00m
V.L.A	49h46m

Quadro 3 – Identificação das entrevistas Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado no Quadro 4, todas as entrevistas foram gravadas, obtendo em média uma duração de quarenta minutos, totalizando 13 horas e 31 minutos de áudio. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, gerando 215 páginas de texto.

Entrevistadas (Quantidade)	Áudio (Horas/Minutos/Segundos)	Transcrições (Páginas)
16	13h31m 22s	215

Quadro 4 – Entrevistas, áudio e transcrições. Fonte: Elaboração própria.

Durante a realização das entrevistas, foi possível observar que, devido ao vínculo pré-estabelecido pelo acompanhamento semanal da pesquisadora à cooperativa, a maioria das mulheres se sentiram à vontade para falar, tendo sido possível, de fato, a mínima intervenção da entrevistadora. Aparentemente, para essas catadoras a entrevista

foi como uma oportunidade de desabafo, no qual diversos conflitos íntimos foram relatados por iniciativa das próprias mulheres, visto que, no encerramento da narrativa, todas disseram ter gostado e estarem se sentindo “mais leves”. Durante as semanas seguintes às narrativas, essas mulheres queriam continuar fazendo as entrevistas, questionando quando poderiam fazê-las novamente. Esse fenômeno parece indicar a necessidade de espaços aonde as mulheres possam trocar suas experiências de vida e refletir sobre elas mesmas.

No entanto, notou-se, também, que quatro das mulheres ficaram extremamente nervosas com a realização das entrevistas, suas mãos tremiam e suavam, ficaram agitadas e, constantemente, perguntavam se estavam respondendo certo, buscando a aprovação da pesquisadora. Essa situação exigiu uma condução mais elaborada, sendo necessária a realização de questões mais específicas para essas catadoras. Logo, houve uma intervenção diferente da pesquisadora nessas entrevistas. A partir disso e considerando a natureza dinâmica da técnica, as narrativas não foram iguais. Cada mulher entrevistada focou os aspectos mais relevantes de sua trajetória de vida, algumas deram mais ênfase às suas experiências familiares, outras, na favela e outras, no trabalho. Porém, dado o roteiro existente, todas apresentaram, em suas falas, informações relevantes para se alcançar o objetivo almejado neste estudo.

Ademais, destaca-se que, apesar de a pesquisadora ter seguido os preceitos de Barros e Lopes (2014), que indicam que o entrevistador/a deve manter sua expressão corporal o mais relaxada e neutra o possível, em algumas ocasiões, durante a entrevista, a pesquisadora ficou com os olhos marejados e demonstrou surpresa. Observou-se que nessas ocasiões as mulheres que relatavam suas histórias e que, a princípio, não estavam emotivas, passaram a ficar. É possível que o mesmo lado humano que fez com que a pesquisadora expressasse sua comoção diante das muitas situações que ali eram expostas, indiretamente, foi o responsável pela empatia que surgiu entre as catadoras e ela. De certa forma, tal empatia possibilitou que as catadoras se sentissem mais confortáveis e acolhidas para exporem, mais abertamente, questões sobre sua vida pessoal e profissional.

Quanto à linguagem, um aspecto que chamou bastante a atenção foi o fato de a pesquisadora perceber a sua própria dificuldade em verbalizar o termo “favela” com as catadoras, referindo-se sempre a esse espaço como “comunidade”. Ao se observar que a grande maioria das catadoras usava apenas o termo “favela”, e que, às vezes até se

confundiam com o termo “comunidade”, achando que a pesquisadora estava se referindo à cooperativa, passou-se a utilizar o termo “favela” durante as entrevistas. Por entender que, para as catadoras, o território aonde vivem é uma favela e não uma comunidade, ao longo deste trabalho, não foi utilizado o termo “comunidade”.

4.3. Análise dos dados

Seguindo a prerrogativa de Creswell (2010), entende-se a análise dos dados como algo permanente, que envolve reflexão contínua sobre eles. Sendo assim, a análise ocorreu concomitantemente à coleta dos dados, à realização de interpretações e à escrita dos textos. A Análise de Narrativa foi a técnica empregada para análise dos dados coletados nas entrevistas e no diário de campo. Essa análise ocorre por diversas etapas que utilizam procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das narrativas, no qual se apreendem informações, linha por linha, do texto transcrito (FRASER, 2004). A Análise de Narrativa pressupõe o discurso narrativo como prática social e constitutiva da realidade. Por isso, buscou-se revelar os aspectos sócio-históricos, associados ao fenômeno estudado (FRASER, 2004), o que convergiu aos pressupostos do ECE estabelecidos por Burawoy (1998). Para se realizar essa análise, foram seguidas as sete fases descritas por Fraser (2004), que estão sintetizadas no Quadro 5.

Fase	Características
1 – Audição das histórias, experiência das emoções de cada um.	Esta fase consistiu-se em ouvir as narrativas e experienciar as emoções das catadoras e as da pesquisadora. De acordo com Fraser (2004), é importante registrar as emoções que aparecerem durante as narrativas, a linguagem corporal e o sentimento despertado a partir de algum ponto da narrativa, bem como, o tempo, o lugar e o clima emocional da entrevista. Esses registros se fizeram importantes, pois contribuíram na interpretação dos significados que as entrevistadas deram às suas histórias.
2 – Transcrição do material	Para Fraser (2004), a transcrição é importante para tornar mais precisa a análise e pode ser feita ou não pelo/a próprio/a pesquisador/a. Neste estudo, seis entrevistas foram transcritas pela pesquisadora e dez foram transcritas por outra pessoa.
3 – Interpretação das transcrições individuais	Primeiramente, foi feita a desagregação da transcrição, em busca de sentidos comuns. A partir da definição de códigos, os trechos foram reagregados. Destaca-se aqui a dificuldade em se fazer a desagregação, devido à sobreposição das histórias ou feitas pelas catadoras. Como forma de superar esse desafio, se organizou os relatos de forma cronológica, reorganizando as falas com a continuação das histórias, juntando-as em blocos, como sugere Fraser (2004).
4 – Análise sobre diversos domínios da experiência	Conforme sugestão de Fraser (2004), durante a análise, foram identificados os seguintes aspectos: interpessoais, intrapessoais, culturais e estruturais, fazendo novamente a desagregação e a posterior reagregação a partir desses aspectos.
5 – Relação do pessoal com o político	Como aponta Fraser (2004), ao longo de muitas décadas, as feministas têm destacado a importância de relacionar os fenômenos pessoais com o político. Portanto, esta fase envolveu associar as narrativas aos discursos dominantes e às convenções sociais inerentes.
6 – A busca de semelhanças e diferenças entre os participantes	Esta fase envolveu o exame das transcrições por semelhanças e diferenças que existiam entre as catadoras. As semelhanças e diferenças puderam se tornar mais evidentes após as histórias serem listadas e agrupadas aos devidos códigos para análise.
7- Escrevendo o texto acadêmico a partir das histórias pessoais	Consistiu na materialização da análise feita, sendo importante considerar que ela nunca estará verdadeiramente acabada, uma vez que é construída mediante dos sentidos do/a pesquisador/a e que, portanto, pode ir evoluindo conforme o próprio momento de interpretação do/a investigador/a. Destaca-se, então, o fato de que existem muitas maneiras de interpretar as narrativas estudadas, assim, a interpretação feita pela pesquisadora neste estudo corresponde a uma versão, entre possíveis análises.

Quadro 5 – As sete fases da análise da narrativa realizadas neste estudo. Fonte: Elaboração própria a partir de Fraser (2004).

Para operacionalizar a Fase 3, foi feito um processo de codificação. Esse processo foi baseado em Strauss e Corbin (2008), que sugerem três etapas: a codificação aberta, a axial e a seletiva. Na codificação aberta, foi feita uma primeira classificação dos trechos das entrevistas, categorizando os temas emergentes dos relatos. Nessa etapa, foram definidos 92 códigos (categorias analíticas). Em seguida, na codificação axial, os códigos foram diferenciados e refinados. Foram selecionadas as categorias mais relevantes, identificando-se os temas centrais que estabeleciam a conexão entre os códigos. Por fim, na etapa de codificação seletiva, foram definidas as categorias essenciais para o estudo e nas quais os outros códigos passaram a ser agrupados e integrados:

- Vulnerabilidade Geográfica
- Vulnerabilidade ocupacional
- Vulnerabilidade social
- Segregação espacial urbana
- Riscos ambientais
- Riscos ocupacionais
- Divisão Sexual do Trabalho
- Gravidez na adolescência

A partir disso, houve um esforço em sintetizar, no texto, os dados agrupados na codificação e reagrupados conforme as fases seguintes. Também se faz relevante destacar que, a partir da fase 6, sugerida por Fraser (2004), percebeu-se a necessidade de se organizar os resultados e a análise das entrevistas das catadoras em três grupos distintos, devido as semelhanças e diferenças reconhecidas entre os três grupos no processo de análise de narrativa. Essa diferenciação facilitou a descrição e o aprofundamento dos aspectos analisados.

Ressalta-se, ainda, que com o intuito de realizar uma análise robusta, consistente e válida foi feita a triangulação das diferentes fontes de informação para se construir a análise e a interpretação final do estudo.

4.4. Critérios de condução e avaliação da pesquisa

Haja vista a importância da validação e confiabilidade da pesquisa, descrita por alguns autores, buscou-se seguir as indicações sugeridas por eles (BELL, 2014; POZZEBON, PETRINI, 2013; CRESWELL, 2010). Como pode ser observado no

Quadro 6, foram indicadas as seções da dissertação nas quais se procurou cumprir os critérios de validação.

Critério	Descrição	Aplicação nesta pesquisa
Descrição detalhada	Descrição das situações delimitadas sobre o fenômeno estudado, bem como do recorte temporal e categorias de análise discutidas.	Resultados (Capítulos 5, 6) Procedimentos metodológicos
Autenticidade	Permanência no campo por um longo tempo, permitindo a apreensão das dinâmicas sociais de forma longitudinal e transversal.	Procedimentos metodológicos
Triangulação dos dados	Utilização de diferentes estratégias de coleta e de análise de dados	Resultados (Capítulos 5,6)
Transparência	Descrição detalhada de todos os procedimentos utilizados na pesquisa empírica e na construção teórica	Procedimentos metodológicos
Limitação da pesquisa	Exposição da limitação da pesquisa, do papel pessoal e dos vieses e premissas do/a pesquisador/a	Apresentação Considerações Finais
Coerência	Coerência entre os dados empíricos e a teoria construída	Discussão (Capítulo 5,6)
Reflexividade	Articulação das proposições do estudo à realidade social onde o mesmo foi conduzido	Resultados (Capítulos 5,6) Considerações Finais
Reprodução e avaliação das análises	Divulgação e avaliação das análises entre os pares	Banca de defesa

Quadro 6 – Descrição dos critérios de condução e aplicação da pesquisa Fonte: Elaboração própria a partir de Bell (2014); Pozzebon, Petrini (2013) e; Creswell (2010).

5. Vulnerabilidade geográfica: A Favela Jardim das Flores

Neste capítulo, buscou-se entender e analisar os elementos associados às questões ambientais no cotidiano das mulheres catadoras que participaram deste estudo. Para tanto, foi feita uma caracterização do território aonde elas residem, a Favela Jardim das Flores. Foi identificada uma série de riscos ambientais associados às moradias das mulheres catadoras. Observou-se também que há uma diferenciação na exposição desses riscos por raça e gênero. Devido à jornada reprodutiva das mulheres, percebeu-se que elas passam mais tempo em suas residências e, portanto, no território da favela, o que, invariavelmente, as tornam mais vulneráveis aos riscos. Desse modo, percebeu-se uma relação entre os fatores ambientais e de gênero, associados à moradia das mulheres catadoras.

5.1. Migração para a cidade de São Paulo

Dentre as dezesseis mulheres da Cooperativa das Rosas, doze são naturais do Estado de São Paulo; apenas duas cooperadas migraram de Pernambuco quando ainda estavam com alguns meses de vida e duas, que migraram do Paraná, uma aos 24 anos e outra aos 20, como pode ser observado no Quadro 7.

Entrevistada	Idade	Naturalidade	Idade com que migrou	Ano em que migrou
T.S.S.	18	São Paulo	-	-
T.A.	19	São Paulo	-	-
T.C.M.	20	Pernambuco	06 meses	1996
A.C.P.	25	São Paulo	-	-
J.S.J.	29	São Paulo	-	-
R.C.B.	30	São Paulo	-	-
V.S.	31	São Paulo	-	-
T.S.	32	São Paulo	-	-
S.S.J.	33	São Paulo	-	-
J.M.	36	Paraná	24 anos	2004
M.C.S.	37	São Paulo	-	-
A.S.S.	40	São Paulo	-	-
F.C.B.	48	Paraná	20 anos	1988
H.D.S.	48	São Paulo	-	-
L.S.	60	São Paulo	-	-
V.L.A.	64	Pernambuco	01 mês	1952

Quadro 7 – Naturalidade das entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de apenas quatro cooperadas terem migrado, outras quatro relataram que os pais eram, originalmente, de Minas Gerais, Bahia e Paraná e vieram para a cidade de São Paulo com seus irmãos mais velhos nas décadas de 1960 e 1970. Tanto essas mulheres, quanto V.L.A. (migrou em 1952) disseram que os pais estavam em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que se alinha com a oferta de emprego que existia, na época, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (BONDUKI, 2005). Já as catadoras F.C.B., T.C.M. e J.M. relataram que a razão de sua migração estava ligada a questões familiares.

F.C.B. (migrou em 1988) disse que sua mãe havia falecido e ela não queria continuar morando na mesma casa, a maioria de seus parentes morava no município de São Paulo e, por essa razão, decidiu se mudar. T.C.M. (migrou em 1996) relatou que sua mãe sofria abusos físicos de seu pai e decidiu migrar como forma de se esconder. Por fim, J. M. (migrou em 2004) colocou que não queria mudar de Estado, que só o fez porque seus pais estavam doentes e precisavam de ajuda. Como pode ser observado, o motivo que as levou migrarem não estava associado à procura direta por melhores

condições de trabalho e renda, o que também se alinha com as poucas oportunidades de trabalho oferecidas nas décadas em que migraram (BONDUKI, 2005).

Um breve resgate sobre os períodos da migração no país mostra coincidência com a história das entrevistadas. Entre as décadas de 1950 e 1970, a migração no país esteve diretamente ligada ao fenômeno da metropolização, quando houve um significativo deslocamento populacional do meio rural, para o meio urbano, devido, principalmente, ao auge da industrialização (BONDUKI, 2005). No entanto, durante as décadas de 1980 e 1990, a flexibilização do trabalho e a reestruturação produtiva geraram impactos negativos nos empregos setoriais, principalmente na RMSP, isso fazendo com que houvesse uma redução no movimento migratório para essa região (BONDUKI, 2005). Além disso, de acordo com Dedecca e Cunha (2013), a dinâmica econômica da década de 1990 dificultou a absorção da mão de obra migrante. E, essas pessoas que se deslocaram acabaram sendo surpreendidas com o desemprego. Já na década de 2000, a permanência da precarização do trabalho e do desemprego manteve a dinâmica de um baixo fluxo migratório para a RMSP (DEDECCA; CUNHA, 2013).

O município de São Paulo é marcado pela segregação espacial e desigualdade social, (TASCHNER, 2001; VILLAÇA, 2011; BONDUKI, 2005) fatores que refletiram, diretamente, na trajetória dessas migrantes. De acordo com o IBGE (2010), a cidade possui 11,2 milhões de habitantes. No entanto, a maior parte vive segregada nas periferias, o que, para Taschner (2001, p. 99), evidencia uma “geografia da exclusão”. Além disso, existem 2,1 milhões de pessoas vivendo em “aglomerados subnormais²⁹” (favelas) na RMSP, tornando essa, a região com maior número de pessoas vivendo em favelas no país (IBGE, 2010). Ainda segundo o IBGE (2010), 34% das pessoas que vivem nesses aglomerados são migrantes.

Observou-se, também, que, ao longo da trajetória de vida das entrevistadas, os pais das catadoras que migraram, ou as próprias mulheres migrantes, nem sempre viveram em favelas. A maioria deles/as, ao chegarem a São Paulo, alugaram casas em bairros consolidados, entretanto sem encontrar trabalho e sem conseguir arcar com os custos de vida, acabaram indo viver em aglomerados subnormais. Notou-se ainda que as

²⁹ Aglomerados subnormais: “conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e com pelo menos uma das seguintes características: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou; - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)” (IBGE, 2010).

mulheres participantes deste estudo, tanto as que migraram, quanto as que já residiam na cidade, estabeleceram-se em favelas localizadas na Zona Leste do município.

5.2. Zona Leste: um espaço de segregação urbana

A Zona Leste do município de São Paulo é a região com o maior índice populacional da cidade, aproximadamente 3.998.237 habitantes (IBGE, 2010). Desse contingente, mais de um milhão e 244 mil pessoas vivem em setores censitários, considerados de alta vulnerabilidade, correspondendo a 30,4% de toda a população desses setores. (CEINFO, 2012). Além disso, essa região possui a pior distribuição de renda da cidade e a menor concentração de atividade econômica, tendo 72% de sua população ganhando até dois salários mínimos (CEINFO, 2012). Também apresenta o maior contingente de pessoas negras do município (CEINFO, 2012). A pouca oferta de trabalho, principalmente industrial, força a população, residente na Zona Leste, a se deslocar para as **regiões gerais** dos ricos, ou do centro “velho”, para conseguir emprego, o que leva a um processo de apropriação do tempo de deslocamento desses trabalhadores pelas classes mais altas (VILLAÇA, 2011). Essas características levam a Zona Leste a ser a **grande região** dos mais pobres da metrópole e, portanto, uma das mais segregadas (VILLAÇA, 2011).

No entanto, em consequência dessas condições, existe uma disputa entre os próprios pobres e segregados pelos “melhores” trabalhos oferecidos para essa população em outras regiões. E, aqueles que perdem a disputa, sofrem outro tipo de segregação, ficando desempregados, ou com os trabalhos mais precários e, assim, indo morar em favelas e cortiços (VILLAÇA, 2011). Por essa razão, existem aproximadamente 58.652 domicílios em aglomerados subnormais nessa região, o que corresponde a 215.707 pessoas residentes nesses domicílios (MSP, 2010). Esses números fazem com que a Zona Leste seja a segunda região com o maior número de favelas do município (MSP, 2010).

A Zona Leste está dividida em sete subprefeituras, dentre elas, a Subprefeitura do Itaquera, que possui quatro distritos, entre eles, o distrito Cidade Líder. É nesse distrito que se localiza a Favela Jardim das Flores. Apesar de algumas das mulheres entrevistadas terem vivido em outros aglomerados subnormais da Zona Leste, a grande maioria viveu a maior parte de sua vida nessa favela, e, aquela que viveu o menor tempo, vive há 12 anos nesse local, como pode ser observado no Quadro 8.

Entrevistada	Idade	Naturalidade	Anos de residência na favela Jd. das Flores
T.S.S.	18	São Paulo	18
T.A.	19	São Paulo	19
T.C.M.	20	Pernambuco	20
A.C.P.	25	São Paulo	25
J.S.J.	29	São Paulo	29
R.C.B.	30	São Paulo	22
V.S.	31	São Paulo	31
T.S.	32	São Paulo	32
S.S.J.	33	São Paulo	33
J.M.	36	Paraná	12
M.C.S.	37	São Paulo	28
A.S.S.	40	São Paulo	40
F.C.B.	48	Paraná	24
H.D.S.	48	São Paulo	26
L.S.	60	São Paulo	40
V.L.A.	64	Pernambuco	40

Quadro 8 – Naturalidade e Anos de residência na Favela Jardim das Flores. Fonte: Dados da pesquisa.

Das dezesseis mulheres entrevistadas, nove delas nasceram e cresceram na Favela Jardim das Flores. Além disso, é nesse território que se encontra a Cooperativa das Rosas.

5.3. A Favela Jardim das Flores

De acordo com os relatos das entrevistadas, a favela Jardim das Flores surgiu no início da década de 1970, com, aproximadamente, 45 anos de existência, sendo, basicamente, migrantes as primeiras famílias a nela se instalarem. As moradias em favelas, no município de São Paulo, se originaram na década de 1940, porém, apenas na década de 1970, se desenvolveram em larga escala. Isso ocorreu porque foi nessa década que houve um intenso processo de empobrecimento da população e encarecimento dos lotes imobiliários (PASTERNAK, 2005). Nessas condições, a parcela da população excluída e com a iminente necessidade de moradia não teve outra opção senão ocupar áreas que deveriam ser preservadas, como as margens dos corpos d'água, como exemplo (ABIKO, 2002).

Seguindo esse padrão de ocupação, de acordo com as mulheres entrevistadas, essa área, na qual as primeiras famílias começaram a construir seus barracos, a Favela Jardim das Flores, foi a de uma antiga fazenda abandonada. O relevo da região é declivoso e montanhoso, sendo, em algumas partes, escarpado e íngreme, tendo dois córregos afluentes do Rio Aricanduva que passam pela região (IBGE, 2010; ATLAS AMBIENTAL, 2000). Essa ocupação antrópica, inadequada leva a uma cadeia de

impactos ambientais, como a impermeabilização do solo, alterações na topografia, perda das matas ciliares, aumento do escoamento superficial, erosão das margens e assoreamento dos cursos d'água, bem como, sua consequente poluição (LUCAS, 2009). Isso, além de prejudicar o ecossistema, favorece a vulnerabilidade ao risco ambiental daqueles que habitam essas áreas.

5.3.1. Os riscos e perigos na Favela Jardim das Flores

Dado às condições ambientais da região, aliadas à ocupação habitacional sem planejamento na qual houve intenso desmatamento, a área onde se constituiu a Favela Jardim das Flores apresenta características de risco geomorfológico. Os riscos geomorfológicos ocorrem quando há processos de remoção de massa e erosão (SAYAGO; GUIDO, 1990), como pela possibilidade dos escorregamentos³⁰ e solapamentos³¹ (IBGE, 2010). De acordo com Cerri (1993), os escorregamentos são os riscos de maior gravidade, especialmente devido ao número de vítimas que acarreta. Já os riscos associados à erosão, como os solapamentos, possuem gravidade média (CERRI, 1993).

Além disso, uma porção da favela encontra-se exatamente abaixo das linhas de transmissão de energia elétrica (linhas de alta tensão)³², o que ocasiona risco à segurança e à saúde da população que habita essa área. Um fato que chama bastante atenção, no caso da Favela Jardim das Flores, é o de justamente a população que não está exposta aos riscos geomorfológicos, sofrer os riscos associados ao campo eletromagnético. Isso faz com que a grande maioria da população residente na favela esteja exposta a algum tipo de risco. É possível verificar na Figura 2, a distribuição dos riscos no território da Favela Jardim das Flores.

³⁰ O escorregamento se caracteriza como um fenômeno de ordem geológica e climatológica que pode se apresentar em vários espectros de movimentos do solo, como quedas de rochas, falência de encostas em profundidade e fluxos superficiais de detritos (SAYAGO E GUIDO, 1990)

³¹ De acordo com o IPT (2012), o solapamento se caracteriza como a ruptura de taludes marginais do rio por erosão e ação instabilizadora das águas durante, ou logo após, processos de enchentes e inundações (IPT, 2012)

³² As linhas de alta tensão inserem-se dentro do grupo de radiação não-ionizante e enquadram-se no campo eletromagnético, pertencendo ao grupo de Extremamente Baixa Frequência (E.B.F) (AZEVEDO, 2010).

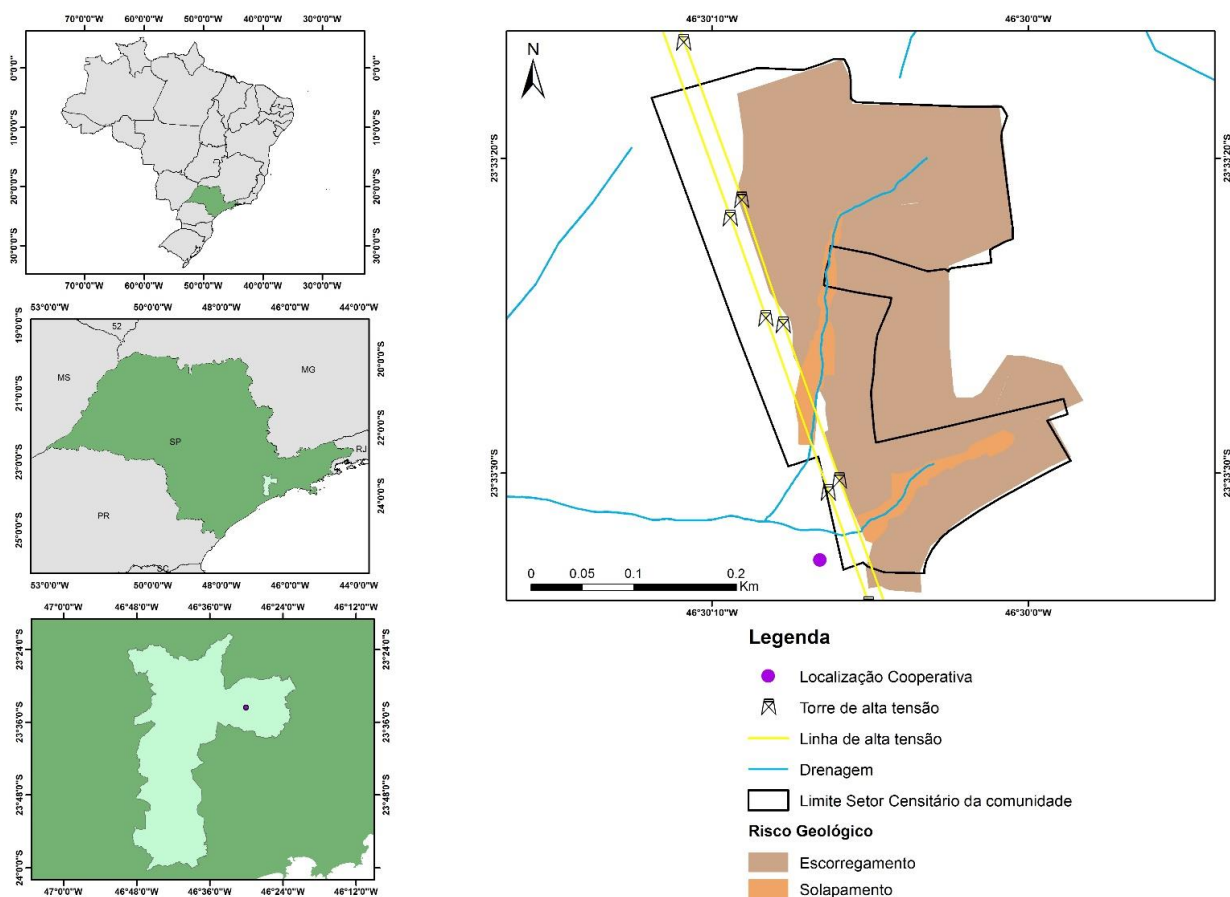


Figura 2 – Riscos geomorfológicos e das linhas de alta tensão na Favela Jardim das Flores Fonte: Dados do IBGE (2010). Elaboração própria.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a exposição contínua ao campo eletromagnético pode causar sérios riscos à saúde (SOLLITTO, 2009). Por essa razão, foram estabelecidas normas técnicas que definem haver necessidade de uma distância de segurança entre as linhas de alta tensão e a exposição humana e animal (SOLLITTO, 2009). A regulamentação da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em cumprimento a NBR 5.422 e a Lei 11.934 de 05 de maio de 2009, diz não ser permitida quaisquer atividades que propiciem a permanência ou aglomeração constante ou eventual de pessoas próxima as linhas de alta tensão, a uma distância inferior a doze metros ao longo de todo o trecho para ambos os lados. Observa-se que na Favela Jardim das Flores essa distância não é respeitada, já que o assentamento humano está exatamente abaixo das linhas de transmissão, configurando situação de risco.

A necessidade dessa distância obriga-se, principalmente, pelos efeitos nocivos que pode acarretar à população exposta, como ruídos, interferência nos eletrodomésticos (ex. rádio e televisão), descarga elétrica, queda das estruturas (fios condutores e torre)

com possível energização do solo, mal estar e contrações musculares (SOLLITTO, 2009). Ainda que não haja consenso entre os pesquisadores, alguns estudos demonstram que essa exposição também pode levar a uma incidência maior de doenças carcinogênicas (mais comumente a leucemia) e do sistema nervoso na população (SOLLITTO, 2009). Além disso, a presença dos assentamentos dificulta a manutenção das linhas de transmissão, o que aumenta a situação dos riscos de acidentes com alto perigo à vida humana (AZEVEDO, 2010).

Devido aos fatores associados às áreas de risco, recorrentemente, as populações necessitam ser removidas. Apesar de grande parte dessas populações não possuir informações sobre os riscos que corre ao habitar essas áreas, ela percebe que sua remoção da favela é uma possibilidade constante. Por essa razão, esse é o risco mais palpável em seu cotidiano, o risco iminente de perderem suas casas. Desse modo, apesar de terem cinco, quarenta e cinco ou cem anos de existência, as favelas remetem ao provisório, ao incerto e ao invisível (PORTO *et al.*, 2011), como pode ser observado nas falas das entrevistadas:

Nossa casa é de alvenaria, é, quero dizer, nossa enquanto a prefeitura não falar que é deles, né? (A.S.S., 40 anos, 4 filhos)

É que aqui dentro da comunidade o aluguel é mais barato né, fora é muito caro. Eu pago trezentos reais por dois cômodos, não tem outro lugar que consigo esse preço, então é isso, eu sei que a prefeitura pode tirar a gente daqui, mas o que a gente pode fazer? (J.M., 36 anos, 13 filhos).

Se depender da prefeitura arrumar alguma coisa aqui, a gente morre esperando, ninguém tá preocupado com a favela não (V.L.A., 64 anos, 3 filhos).

Pelo estrangulamento socioeconômico afirmado na fala de J.M, percebe-se que a remoção parece não remeter à solução do problema da ocupação nessas áreas, como pode ser demonstrado a seguir:

Eu saí da Barra Funda porque lá desmancharam a favela, falaram que era perigoso viver lá, eles deram um dinheiro pras pessoas, pras pessoas guardar. Daí minha prima falou que tinha um barraco aqui pra vender e eu vim pra cá. (H.D.S., 48 anos, 4 filhos)

Como visto, H.D.S. saiu de uma área de risco para viver em outra área de risco. Dessa maneira, pode-se entender que H.D.S. encontra-se em uma situação permanente de risco que só irá se alterar quando, no mínimo, sua condição econômica for diferente e

seu poder de compra puder fazer frente à dinâmica de um território de segregação, como a cidade de São Paulo.

A partir disso, entende-se que, como visto na literatura, a escolha de moradia, frente aos riscos ambientais, está relacionada, primordialmente, à capacidade financeira dos grupos sociais. Assim, observa-se que há uma exposição diferenciada do grupo com menor poder aquisitivo aos riscos, o que evidencia o entrelaçamento entre a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade ambiental.

5.3.2. Moradores/as e suas habitações na favela

Segundo dados do último Censo Demográfico, existem 1.188 domicílios na favela Jardim das Flores, correspondendo a 4.052 pessoas residentes (IBGE, 2010). Desse montante, 2.024 indivíduos são homens e 2.028, mulheres (IBGE, 2010). Dessas pessoas, 1.357 se autodeclararam brancas, 06 amarelas, 484 pretas³³ e 2.205 pardas, como pode ser visto na Figura 3 (IBGE, 2010).

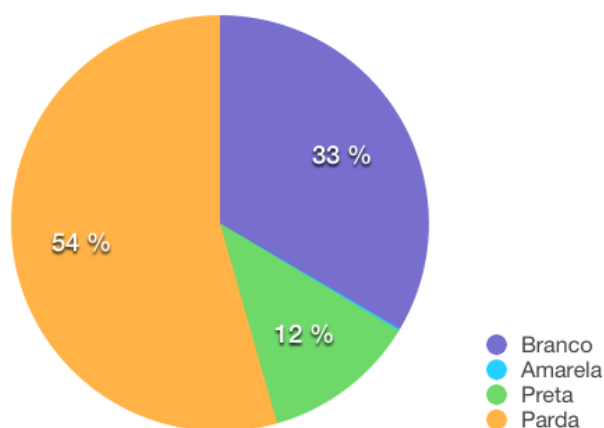


Figura 3 – População residente na Favela Jardim das Flores segundo raça/cor. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).

Do total dessa população, observa-se que 54%, ou seja, mais da metade se reconhece como parda. Assim, somando aqueles que se autodeclararam pretos com os que se autodeclararam pardos, tem-se um percentual de 66%. Observa-se, portanto, que a maioria dos moradores da Favela Jardim das Flores é de ascendência negra. Essa informação se alinha com os dados divulgados pelo IPEA (2011), em que se constatou

³³ Nesta dissertação, optou-se por utilizar a denominação do IBGE, em que a definição da cor é separada entre brancos/as, pretos/as e pardos/as, sendo que os/as pretos/as e pardos/as juntos representam os/as negros/as.

que há uma predominância da população negra morando em favelas no Brasil. Ainda, de acordo com os dados do mesmo estudo, 33,9% dos domicílios em favelas são chefiados pela população branca, enquanto que 66% são chefiados pela população negra. Além disso, 55% desses domicílios estão sob a responsabilidade das mulheres (IBGE 2010). Ao longo dos anos, entre 1995 a 2010, observou-se uma diminuição de domicílios em favelas chefiados por homens brancos, associado a um número crescente de domicílios chefiados por mulheres negras, com aumento de 11% no período (IPEA, 2011).

Tomando os dados do IPEA (2011) como referência, observa-se que nos últimos quinze anos houve uma melhoria nas condições de habitação das residências nas favelas do País. No entanto, houve uma proporção crescente e desigual quanto à maior vulnerabilidade das condições de habitação das famílias chefiadas por mulheres negras (IPEA, 2011), o que converge com o estudo de Tavares (2013), de que a localização das habitações das mulheres nas favelas são as mais expostas aos riscos ambientais.

No que se refere aos domicílios na Favela Jardim das Flores, atualmente a maioria das habitações são de alvenaria, conforme o relato das entrevistadas. Em relação às catadoras, apenas cinco das dezesseis mulheres moram em “barracos”, localizados nas áreas mais vulneráveis aos riscos, como nas margens do rio. Observa-se, também, que a grande maioria das casas das dezesseis catadoras possuem três cômodos, com uma média de cinco pessoas por família.

5.3.2.1. Infraestrutura da Favela Jardim das Flores

Em relação à infraestrutura, dentre os 1.188 domicílios existentes na Favela Jardim das Flores, 1.166 possuem abastecimento de água da rede geral, em outros 22 domicílios declararam obter água por meio de outra fonte (IBGE, 2010). Todos os domicílios possuem energia elétrica, sendo que 1.166 obtêm energia da companhia distribuidora e 22 a obtêm por outra fonte (IBGE, 2010). Todas as residências, afirmaram ter seus lixos coletados: 114 domicílios por meio do serviço de limpeza urbana e 1.074 por caçamba do serviço de limpeza (IBGE, 2010). Com relação ao saneamento, apenas 164 domicílios estão ligados à rede geral de esgoto (IBGE, 2010). Em outros 649 domicílios, declararam utilizar vala, cinco, fossa séptica e três, fossa rudimentar (IBGE, 2010). Ainda, em 356 domicílios, declararam utilizar o rio e oito

declararam ter outra forma de esgoto e, em outros três domicílios, declararam não ter banheiros em suas casas, como é possível verificar na Figura 4 (IBGE, 2010).

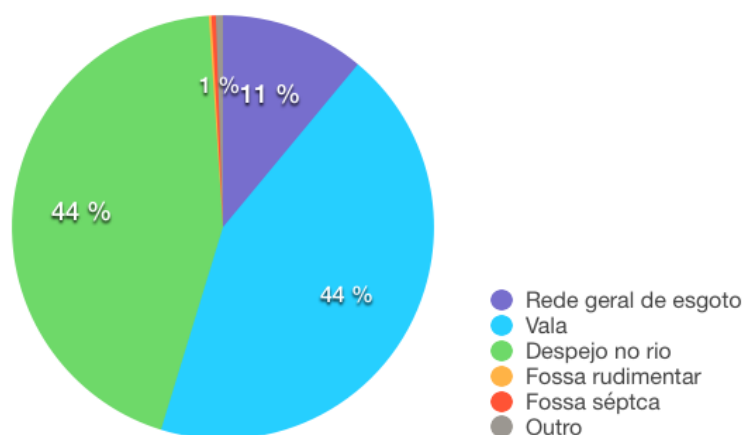


Figura 4 – Condições do saneamento nos domicílios da Favela Jardim das Flores. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

Ao se questionar sobre quais seriam os principais problemas na favela, a maioria das mulheres disse ser o saneamento e a coleta de lixo, como segue:

Pra mim, o maior problema é o saneamento básico, o esgoto. A gente tem encanação, mas cai tudo naquele rio, então, prejudica, né? Lá em cima tem um esgoto aberto, ele ficava aberto e muita criança já caiu lá dentro, além do que, era muito nojento passar e ver tudo as nojeira e aquele fedor. Aí, um pessoal se juntou e fez um mutirão, juntou vinte reais de cada um, compraram os materiais e bateram laje no esgoto, né? Agora ela fica fechada, e dá pras crianças brincar, e tá bem melhor, mas teve que o povo se juntar para resolver, né? Porque se for esperar a prefeitura, vai a vida toda. Mas só fechou no pedaço que o pessoal deu o dinheiro, né? Ainda tem umas partes da favela que fica aberto, mas eu não ando muito por lá, então pra mim melhorou, mas tem gente que ainda sofre

(A.C.P., 25 anos, 4 filhos).

O esgotamento sanitário é o serviço com menor cobertura nos domicílios das favelas no país, tendo um percentual de apenas 68,9% em áreas urbanas. Além disso, parece haver uma diferenciação por raça no acesso à rede geral de esgoto (IPEA, 2011). Enquanto que a população branca conta com 77,1% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, apenas 60% da população negra possui acesso ao mesmo serviço, sendo a mulher negra a mais vulnerável (IPEA, 2011). Esse dado demonstra que o acesso ao saneamento não está associado apenas à renda e a classe social, mas também a uma questão racial, já que os piores indicadores se apresentam entre a população negra (IPEA, 2011). Sob esse aspecto, a existência dos poucos domicílios ligados à rede geral

de esgoto, na Favela Jardim das Flores, pode ter relação com o fato de a sua população ser majoritariamente negra.

Como visto, em 649 domicílios, declararam utilizar a vala como forma de esgoto. Quando as chuvas são intensas, as valas podem transbordar e se constituírem em fator de risco para a saúde (PORTO, 2015). A falta de acesso ao tratamento adequado de esgoto pode levar ao adoecimento da população, podendo fazê-la contrair febre tifoide, amebíase, cólera, hepatite A, giardíase, tuberculose, dentre outros males (PORTO, 2015). Além disso, saneamento e mobilidade estão atrelados, no cotidiano dos moradores, visto que, geralmente, as valas atrapalham a circulação na favela e podem gerar acidentes. Como no caso relatado por A.C.P. o qual informa que diversas crianças caíram em esgotos não tratados.

Sobre a coleta de lixo, M.C.S. afirma que:

O problema é que são poucas caçambas para muito morador, aí fica uma nojeira, sabe? Aí o que acontece? Eles recolhem o lixo de segunda, quarta e sexta, então de segunda pra terça já tem aquele monte de material no chão, então são poucas caçambas para muitos moradores, é muito lixo, muito material, não, material não, é lixo mesmo. Aqui ninguém recicla nada, jogam tudo no mesmo lixo no mesmo saco e vai e joga fora então fica aquela nojeira. Acho que é cinco pontos que tem com caçamba, um lá de cima, um na entrada, um nessa entrada daqui de baixo. A maioria do pessoal é lá de cima, e o pessoal lá de cima parece que é meio doido das ideia vai jogando de tudo, sofá, fogão, armário, joga de tudo, aí o caminhão coletor não leva né? Ele falou que não leva, daí tem que ligar pro cata bagulho, então é isso que falta, o saneamento que é em céu aberto e as caçambas

(M.C.S., 37 anos, 3 filhos)

Relativamente à coleta de lixo, no Brasil 95,4% dos domicílios em aglomerados subnormais possuem coleta e destinação adequada dos resíduos (IBGE, 2010). Desse número, 79,8% correspondem aos domicílios que possuem coleta direta e 20,2% aos domicílios que contam com coleta por meio de caçambas no serviço de limpeza urbana (IBGE, 2010). No entanto, esses dados não revelam a qualidade do serviço. Os resíduos gerados nas favelas têm aumentado em quantidade e diversidade de materiais nos últimos anos, sendo que o serviço de limpeza urbana não se readequou a essa mudança (QUEIROZ, GONÇALVES-DIAS, 2014).

Como observado na fala de M.C.S., o número de caçambas disponibilizadas não é suficiente para absorver a quantidade de lixo de todos os domicílios. Esse lixo vai sendo acumulado e torna-se foco de possíveis doenças e contaminações, como leptospirose, leishmaniose, dengue, toxoplasmose, dentre outras (QUEIROZ,

GONÇALVES-DIAS, 2014). A partir desse panorama, compreende-se a colocação de Davis (2006) de que “um terço das comunidades faveladas esteja doente em qualquer dado momento”. Além disso, o acúmulo de lixo pode acarretar outros problemas como poluição do solo e da água, entupimento da drenagem hidráulica e enchente (QUEIROZ, GONÇALVES-DIAS, 2014).

Também foi possível observar no relato de M.C.S., seu descontentamento com o fato de os/as moradores/as da favela não separarem o lixo e esse não ser reciclado, e, sim, destinado ao aterro. Esse fato realça a problemática da segregação espacial e da apropriação dos trabalhadores segregados. Tendo em vista que as catadoras e catadores presentes na Favela Jardim das Flores recebem caminhão de coleta seletiva da prefeitura de São Paulo, três vezes por semana, nota-se que estes triam os materiais dos bairros ricos e centrais que possuem coleta seletiva, enquanto que as próprias trabalhadoras e trabalhadores não possuem sequer um sistema adequado de coleta de lixo. Esse fato evidencia a injustiça ambiental associada a apropriação dos corpos desses trabalhadores.

5.4. A Favela Jardim das Flores: um espaço de Injustiça Ambiental?

No caso da Favela Jardim das Flores, observa-se que os riscos de escorregamentos e solapamentos, ainda que não registrados nos últimos anos, constituem fator de perigo para os seus moradores. Além disso, a parte da população que não vive na área contígua ao risco geomorfológico, vive em área próxima às torres e linhas de alta tensão, sofrendo outro tipo de risco. Soma-se a isso a vulnerabilidade diante do sistema de esgoto e coleta de lixo, os quais são focos de potenciais doenças, e, a moradia em habitações precárias ou com alto nível de adensamento. Assim, vê-se que essa população carrega um fardo ambiental desproporcional em relação às outras classes sociais, caracterizando um cotidiano de injustiças ambientais.

Ademais, observa-se que, a partir dos dados do IBGE (2010), é possível identificar que a injustiça ambiental, ocorrida nas favelas do Brasil, seja influenciada por fatores raciais e de gênero. Majoritariamente, a população residente nas favelas do País é negra, o que indica o fenômeno de racismo ambiental. Além disso, nota-se que as habitações chefiadas por negros e por mulheres são as que se encontram em piores condições, seja no que diz respeito à estrutura e localização de sua habitação (as quais geralmente estão mais próximas das áreas de risco), seja no acesso à rede geral de água, de esgoto e coleta de lixo. Desse modo, percebe-se que a mulher negra se encontra em

uma situação de maior vulnerabilidade e precariedade nas favelas do Brasil, principalmente aquelas que são chefes de família. Do mesmo modo, observa-se que a Favela Jardim das Flores segue este perfil.

Também foi observado que a divisão sexual do trabalho complexifica a exposição aos riscos ambientais. Quando as mulheres catadoras entrevistadas foram questionadas sobre o número de horas que elas e seus cônjuges dedicam ao trabalho produtivo e o número de horas que dedicam aos afazeres domésticos³⁴, o resultado foi significativo. As mulheres entrevistadas afirmaram gastar, em média, cinco horas por dia com o trabalho reprodutivo, enquanto seus companheiros gastam, em média, 0,6 horas. Em relação ao trabalho produtivo, as mulheres disseram gastar oito horas por dia e seus cônjuges, em média, nove horas, como pode ser observado no Quadro 9.

Trabalho reprodutivo (horas/dia)		Trabalho produtivo (horas/dia)	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
5	0,6	8	9

Quadro 9 – Médias de horas diárias dedicadas ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo por mulheres catadoras e seus cônjuges.

Assim, como os dados do IPEA (2016) apresentados anteriormente no capítulo 2, observa-se uma discrepância entre as horas dedicadas pelas mulheres, em comparação aos homens nos afazeres domésticos. Observa-se que as mulheres catadoras possuem, em média, uma jornada reprodutiva de 35 horas por semana, enquanto seus companheiros, 4,2 horas por semana. Esse aspecto demonstra que as horas desiguais gastas no trabalho reprodutivo estabelecem, por si só, uma relação de injustiça entre os sexos. Entretanto, as mulheres também relataram que, dadas as responsabilidades para com a casa e os filhos, passam mais tempo na Favela. Aliás, de acordo com elas, é raro saírem desse território. Afirmaram também que, ao contrário, seus companheiros passam mais tempo fora da Favela. Ao se considerar essa dinâmica, entende-se que a injustiça associada à divisão sexual do trabalho também é uma injustiça ambiental, uma

³⁴ Faz-se relevante destacar que esse questionamento ocorreu por meio da atividade “Rotina Diária” realizada em uma das formações que a ITCP USP fez na Cooperativa das Rosas. A “Rotina Diária” é uma técnica que permite visualizar a distribuição do trabalho das mulheres e homens ao longo do dia. Geralmente se constrói um desenho de um relógio e pede-se ao indivíduo para comentar sobre sua rotina diária, fazendo anotações específicas por horário no relógio. Foi pedido às catadoras que fizessem essa dinâmica em dois relógios um para suas próprias rotinas e outro para a rotina dos seus cônjuges.

vez que essas mulheres acabam por ficar mais tempo expostas aos riscos ambientais associados à moradia.

Tendo em vista que outros estudos (TAVARES, 2013; NEUMAYER E PLÜMPER, 2007) também demonstram a maior vulnerabilidade das mulheres aos riscos ambientais, devido às jornadas reprodutivas, entende-se que existem evidências indicando que as mulheres empobrecidas, que vivem nas favelas, possuem um fardo maior quanto às atividades domésticas e um fardo maior quanto à exposição aos riscos, se comparadas aos homens. Assim, compreende-se que a jornada reprodutiva dessas mulheres é uma jornada de injustiça ambiental.

Do ponto de vista da justiça ambiental, entende-se, portanto, que esses assentamentos irregulares são resultantes de um processo histórico, marcado pela busca ao desenvolvimento econômico indiscriminado, no qual se estabeleceu uma segregação baseada na origem, renda, raça e gênero das populações. A falta do Estado com políticas distributivas, sociais e habitacionais adequadas agrava e sustenta a situação de iniquidade socioambiental histórica dessas populações. Dessa ausência, resulta uma violência permanente nesses espaços, seja a violência armada e concreta, seja a violência simbólica de exclusão. A partir disso, entende-se que os problemas socioambientais advindos das favelas resultam de interesses políticos, econômicos e culturais que se pautam na desigualdade social, que é estipulada, principalmente, pelos frutos do trabalho (PORTO *et al*, 2011). Desse modo, entende-se que trabalho e moradia estão intrinsecamente associados.

Apesar das baixas condições de infraestrutura e dos riscos ambientais associados, os territórios das favelas são dinâmicos, repercutindo inclusive em processos produtivos, o que rompe com a ideia estereotipada da favela como um ambiente miserável e improdutivo à margem da sociedade. Nesse âmbito, a partir da vulnerabilidade econômica de seus moradores, muitos buscam atividades de geração de renda dentro de seu próprio território. Um desses casos é o dos/as próprios/as catadores de materiais recicláveis e, especificamente, o da Cooperativa das Rosas.

De acordo com diversos estudos (SOUZA, 2013; BURGOS, 2008; SANTOS, 2010), os/as catadores/as são trabalhadores sobrantés, excluídos do mercado formal, que se encontram em situação de extrema pobreza e que iniciaram a atividade como forma de subsistência. Esses mesmos estudos indicam que os/as catadores/as são, em sua maioria, moradores de rua ou residentes em favelas, cortiços ou em periferias

extremamente empobrecidas. A partir disso, pode-se entender que, assim como as mulheres analisadas nesta pesquisa, os/as catadores/as, em geral, tendem estar mais expostos às vulnerabilidades socioambientais associadas às suas moradias, já que apresentam similaridades nas formas de habitação e, portanto, devem vivenciar condições próximas de injustiças ambientais em seus cotidianos.

Da mesma forma, considerando os estudos sobre as mulheres catadoras que destacam a sobrecarga de suas duplas jornadas de trabalho (WIRTH, 2013; RIOFRÍO; CABRERA, 2012), entende-se que as catadoras, em geral, tendem estar mais expostas aos riscos ambientais associados às suas moradias e, portanto, possivelmente também vivenciam a jornada de injustiça ambiental, ligada às responsabilidades reprodutivas. Para entender como as questões ambientais também se dão no espaço de trabalho das catadoras, o próximo capítulo discorrerá sobre a Cooperativa das Rosas.

6. Vulnerabilidade ocupacional e social: A Cooperativa das Rosas e as mulheres catadoras

A finalidade deste capítulo é compreender e analisar os elementos associados às dinâmicas de gênero no cotidiano das mulheres catadoras que participaram deste estudo. Para tanto, primeiramente, fez-se uma caracterização da Cooperativa das Rosas em que foram observados riscos ambientais associados às condições de infraestrutura do EES e, também, destacadas algumas situações sobre aspectos da divisão sexual do trabalho na cooperativa. Em seguida, elaborou-se uma descrição dos perfis socioeconômicos das mulheres entrevistadas, partindo, logo após, para uma discussão sobre os aspectos da maternidade das catadoras: aparentemente, há uma relação direta entre a maternidade, especialmente associada à gravidez na adolescência, e a atividade da catação. Assim, pôde-se fazer uma análise sobre a dupla jornada de trabalho das catadoras. Foram identificados três grupos distintos de catadoras e das condições que as levaram a trabalhar na Cooperativa das Rosas, designados nesta pesquisa como: catadoras estruturais; catadoras conjunturais ocasionais e catadoras conjunturais por conveniência. Finalmente, foram observadas as similaridades entre os três grupos de catadoras, o que facilitou a compreensão da relação existente entre a precariedade do trabalho e a presença majoritária de mulheres na cooperativa.

6.1 A Cooperativa das Rosas

O processo de constituição da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis das Rosas teve seu início em 1997, com a articulação de alguns/as catadores/as independentes. Após o fechamento do lixão em que trabalhava, um casal de catadores, residente na Favela Jardim das Flores, ocupou um terreno que ainda estava vago na entrada da favela e construiu ali uma estrutura provisória para o trabalho com a catação. Outros catadores independentes que também trabalhavam no lixão se juntaram ao casal e constituíram a Associação Felicidade. No entanto, em 2005, com a aproximação da presidente da associação, N.D.J., ao MNCR, surgiu o interesse de transformar a associação em uma cooperativa. O cônjuge e cofundador da associação não aderiu à ideia e o grupo se separou. Dessa maneira, em 2006, N.D.J., juntamente com a maioria das pessoas da associação, fundou a Cooperativa das Alegrias.

Porém, em 2009, o grupo sofreu uma nova divisão, devido a um conflito interno

entre duas lideranças, a masculina representada por H.K.S. e a feminina por N.D.J.. Assim, em 2010, surgiu oficialmente a Cooperativa das Rosas, liderada por N.D.J. e composta apenas por mulheres. Vê-se, portanto, que os conflitos anteriores de uma das lideranças com os homens foram preponderantes para a constituição do EES e este ser fundamentalmente feminino. Vale destacar que, na época deste estudo, a Sra. N.D.J. não atuava mais no grupo, que é presidido atualmente por V.S. .

6.1.1 Infraestrutura da Cooperativa das Rosas

Marcando a transição entre a cidade formal e a cidade informal³⁵, a Cooperativa das Rosas, localizada na entrada da Favela Jardim das Flores, está situada em uma região plana e fora da área de risco geomorfológico, contudo, exposta ao risco das linhas de alta tensão, já que está aproximadamente a 9 metros de distância destas. A Figura 5 ilustra esta exposição.

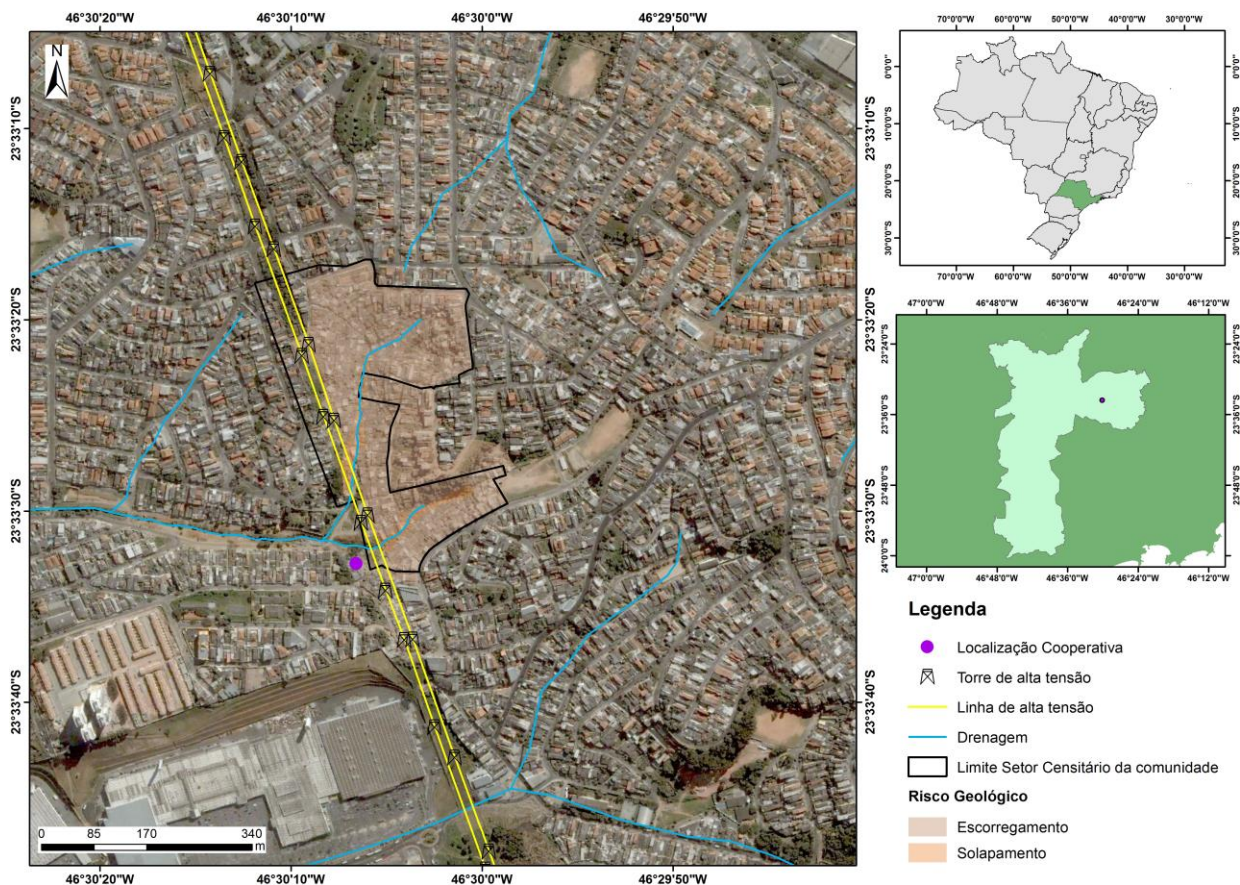


Figura 5 – Localização da Cooperativa das Rosas dentro da Favela Jardim das Flores Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Geosampa (2010).

³⁵ De acordo com Maricato (1995) tanto os bairros irregulares como as favelas constituem a cidade informal, a qual é invisível ao poder público e à classe média e alta.

Todavia, a própria estrutura da cooperativa constitui um risco para as suas cooperadas. O EES possui dois andares com mezanino e ocupa uma área de 24x36m, com sua estrutura inteiramente de toras de madeira e madeirite. Em sua cobertura, placas de alumínio que, nos dias quentes, causa uma intensa sensação térmica; em contrapartida, devido aos vãos existentes entre as estruturas, nos dias frios, as mulheres ficam expostas a baixas temperaturas. Na área onde o caminhão da prefeitura despeja o material, também conhecida como “monte”, as mulheres trabalham sob chuva e sol, sem qualquer tipo de cobertura ou proteção.

A cooperativa possui energia elétrica, porém, não está ligada diretamente à rede geral de distribuição. Algumas das fiações improvisadas estão descascadas e expostas, o que representa perigo de incêndio. Além disso, a forma de saneamento dos banheiros do EES é por fossa rudimentar, com risco iminente de contaminação do solo e da água. Devido às frestas entre as peças de madeira, pombos fizeram ninhos nas estruturas e, durante todo o dia, eles ficam sobre a cabeça das mulheres, próximos ao teto. O animal é vetor de diversas doenças como salmonelose³⁶, criptococose³⁷, histoplasmose³⁸, ornitose³⁹ e meningite⁴⁰. Além disso, é recorrente as mulheres encontrarem animais mortos, como ratos, no meio dos materiais, os quais podem levar a infecções graves, como a leptospirose.

Em relação ao manuseio dos materiais, como visto anteriormente, vários estudos (GALON, MARZIALE, 2016; FERREIRA, *et. al.*, 2016; PORTO, 2004; FERREIRA; ANJOS, 2001) demonstram que o trabalho com a catação está associado a diversos riscos físicos, químicos e biológicos, tornando os catadores mais vulneráveis a problemas de saúde tais como dermatites, infecções, verminoses e doenças autoimunes. Além disso, estão os trabalhadores expostos a possíveis acidentes de trabalho, em decorrência do manuseio dos materiais perfurocortantes; da inalação dos gases tóxicos; dos fatores ergonômicos associados à postura e à sobrecarga de peso (GALON, MARZIALE, 2016; FERREIRA, *et al.*, 2016; PORTO, 2004).

³⁶ Salmonelose é uma doença infecciosa provocada por bactérias. A contaminação ao homem ocorre pela ingestão de alimentos contaminados com fezes animais.

³⁷ Criptococose é uma doença provocada por fungos que vivem no solo, em frutas secas e cereais e nas árvores; e isolado nos excrementos de aves, principalmente pombos.

³⁸ Histoplasmose é uma doença provocada por fungos que se proliferam nas fezes de aves e morcegos. A contaminação ao homem ocorre pela inalação dos esporos (células reprodutoras do fungo).

³⁹ Ornitose é uma doença infecciosa provocada por bactérias. A contaminação ao homem ocorre pelo contato com aves portadoras da bactéria ou com seus dejetos.

⁴⁰ Meningite é uma inflamação das membranas que envolvem o encéfalo e a medula espinhal.

A partir de tal cenário, observou-se que as mulheres têm ciência dos riscos ambientais associados à infraestrutura da cooperativa e com isso indicaram que a principal melhoria no empreendimento deveria ser na sua estrutura, como pode ser notado na fala abaixo:

Aqui tem que melhorar tudo, fia. Eu sei que esses pombo pode dá doença. Se fosse fechadinho eles não vinha pra cá. O banheiro é uma nojeira, às vezes só vou no banheiro de casa pra não ter que usar aqui. A gente fica de baixo do sol e da chuva. Tinha que construir bonitinho, de alvenaria. Dai ia ficar até mais seguro de trabalhar aqui. Ia ficar melhor ainda.

(A.S.S.,40 anos, 4 filhos)

Apesar dessa percepção em torno das melhorias necessárias, observa-se a quase total inobservância da normatização de saúde e segurança do trabalho na cooperativa. As mulheres utilizam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) básicos que estão à disposição para a realização das atividades, como luvas, uniforme (camiseta e calça *legging*) e botas para o trabalho. Percebeu-se também que elas só não os utilizam quando lhes faltam recursos para comprá-los. Por essa mesma razão financeira, as cooperadas acabam não tendo acesso a outros EPI's que as protegeriam de forma mais adequada, como máscaras, óculos e mangotes.

Nota-se que as mulheres catadoras da cooperativa têm uma predisposição a se precaverem dos riscos associados ao manuseio dos materiais, mesmo faltando-lhes a compreensão integral dos riscos a que estão expostas e, os recursos necessários para se precaverem. Notou-se também que ao longo dos três anos em que se acompanhou a cooperativa, o acidente de trabalho mais frequente entre as mulheres foi ocasionado pelos materiais perfurocortantes. Várias das mulheres relataram e indicaram cicatrizes próximas ao pescoço devido ao corte pela lã de vidro. As mulheres relataram saber dos riscos que correm com o manuseio dos materiais, mas que não possuem outra opção, dado a situação financeira da cooperativa e, que, mesmo com esses riscos, ainda preferem o trabalho na cooperativa a outras atividades, como o de empregada doméstica. Isso porque se sentem mais livres e a vontade no EES, associando muitas vezes à diversão e à identificação existente entre as mulheres.

“Aqui a gente briga, tem bastante briga, não vou falar que não, mas todo mundo se entende. Todo mundo sabe, que uma chegou nervosa porque brigou com o marido e tá, assim, descontando, né? E como todo mundo um dia precisa fazer isso, a gente se entende, e logo se acerta. Também, que

aqui, todo mundo brinca com todo mundo, a gente dá risada, faz palhaçada, sabe? A gente se diverte. Tá trabalhando, mas também tá se divertindo”.
(A.C.P, 29anos, 4filhos).

Para além desses fatores, apesar de a cooperativa receber os materiais da coleta seletiva realizada pela prefeitura de São Paulo, essa não conta com qualquer outro tipo de apoio. Os caminhões da prefeitura entregam os materiais três vezes na semana e, apesar de o EES possuir alguns pontos de coleta que realizam com seu pequeno caminhão Hyundai (modelo HR), o trabalho depende fundamentalmente dos materiais advindos da prefeitura. O grupo possui apenas uma balança eletrônica e um pequeno caminhão. Por não dispor de equipamento que possibilite agregar valor ao material (prensa), os resíduos são vendidos “soltos” e, por isso, os atravessadores pagam menor valor. Observa-se mais que, diante da baixa infraestrutura e do fato de não possuir nenhum equipamento, a Cooperativa das Rosas poderia ser classificada como um grupo de “baixa eficiência”.

Entretanto, justamente por considerar essas condições de trabalho, associadas ao fato de as mulheres terem uma renda média de R\$ 800,00, compreende-se que o EES apresenta um nível de eficiência significativo. Observa-se que outros grupos em melhores condições de infraestrutura e equipamentos, inclusive contratados pela prefeitura, não conseguem ter um mesmo valor de retirada (R\$300,00 a R\$500,00⁴¹).

6.1.2 A divisão sexual do trabalho na Cooperativa das Rosas

Mesmo em um grupo composto apenas por mulheres, a subjetividade dos papéis masculinos e femininos ainda continua presente, marcando a divisão sexual do trabalho. Observou-se que as mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas apresentam um discurso que reforça as suas capacidades em executar qualquer função, principalmente aquelas que exigem força física, conforme se colhe na fala seguinte:

Os homens não aguentam ficar aqui não [na cooperativa], a gente é que faz tudo, mulher é guerreira, não tem medo de trabalho que nem os homens, não. Eles vêm e logo vão embora, ninguém para aqui. Dai junta umas três[mulheres] e a gente consegue levantá o bag com a corda e armazená o material lá em cima. A gente consegue carregar e descarregar o material. A gente não precisa de homem aqui não, só precisa uma de se ajudar a outra, mas não precisa de homem, não.

(S.S.J, 33 anos, 5 filhos)

⁴¹ Dados obtidos por observação em campo, com a visita em cooperativas de catadores de materiais recicláveis do município de São Paulo, no período de março de 2013 a maio de 2014.

Contudo, observou-se que esse discurso varia conforme a presença ou não de homens na cooperativa. Percebeu-se que, na eventual presença de um homem trabalhando no EES, as mulheres assumiam um discurso marcado pelo patriarcado, principalmente em relação à divisão de papéis entre homens e mulheres. As catadoras passavam a justificar a presença do homem por sua força física, associando-a a uma maior produtividade, já que “*não há a necessidade de mobilizar várias mulheres para carregar um peso, o homem consegue sozinho*” (V.S, 31 anos, 4 filhos). No entanto, também se observou que quando o homem sai da cooperativa o discurso volta a enaltecer a qualidade das mulheres em conseguir executar todas as tarefas. Observa-se, assim, que a naturalização das funções dos homens e das mulheres continua enraizada na dinâmica da cooperativa (KERGOAT, 2010).

Outro aspecto que demonstra essa relação é a diferença na retirada das mulheres e dos homens. A retirada das cooperadas é estipulada por hora: R\$ 5/hora. No entanto, quando um homem participa do EES, esse ganha um valor maior, geralmente de R\$ 6 a R\$ 7/hora. Além disso, os homens nunca participam da triagem dos materiais, são sempre encarregados de ajudar o/a motorista no carregamento e descarregamento do caminhão. Geralmente o motorista do caminhão é homem, mas houve um período em que a cooperativa teve uma mulher motorista. Observou-se que o homem motorista recebia R\$65/dia, enquanto a mulher motorista recebia R\$45/dia. Nota-se que há uma diferença significativa entre os valores recebidos por sexo. Quando questionadas a respeito, algumas das catadoras não souberam responder o porquê da remuneração diferente, se executavam a mesma função. Apenas a presidente da cooperativa respondeu que “*Se a gente paga menos eles não aceita trabalhar aqui, por isso a gente tem que pagar mais, não dá para ficar sem motorista, né?*” (V.S, 31 anos, 4 filhos).

Assim, observa-se que, por terem possibilidade maior de conseguir trabalhos melhores, os homens acabam exigindo uma remuneração maior para trabalhar nas cooperativas (CHERFEM, 2014). Apesar de se observar essa dinâmica da divisão sexual no trabalho, enraizada no EES, também se observam elementos específicos na dinâmica do grupo por ser composto apenas por mulheres. Um exemplo disso, se vê no próprio horário de funcionamento da Cooperativa das Rosas, que foi estabelecido em função das responsabilidades maternas das mulheres.

O horário de trabalho das catadoras se inicia às sete da manhã e se encerra às quatro da tarde, tendo uma hora livre de almoço. Com esse horário, as mulheres

conseguem levar os filhos para a creche ou escola e irem direto para o EES. Ainda conseguem buscar os mais velhos na escola durante a hora de almoço e depois pegarem os mais novos na creche à tarde. A localização da cooperativa dentro da favela e a proximidade dos serviços educacionais facilitaram a organização da rotina das mulheres, o que permite que consigam se deslocar a pé para esses locais. Na Figura 6, essa proximidade pode ser visualizada.

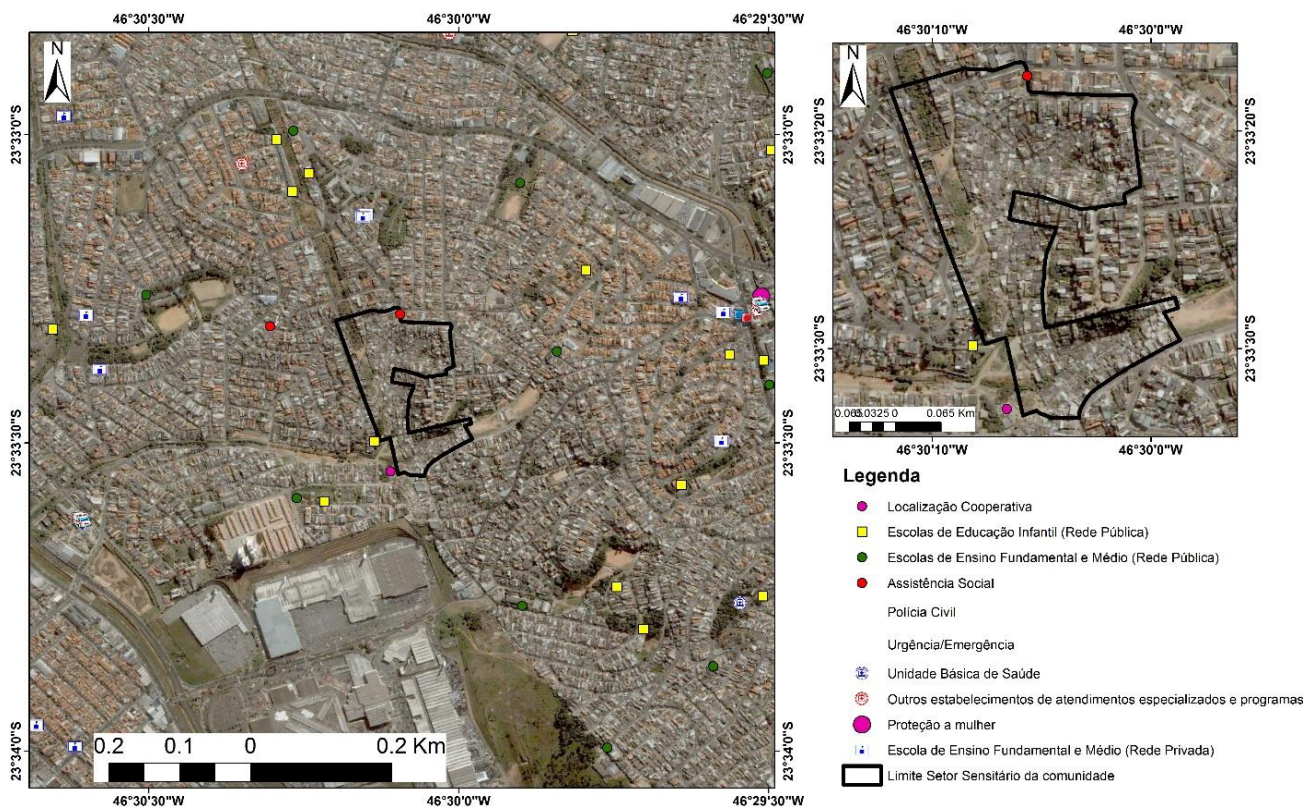


Figura 6 – Equipamentos educacionais próximos à Cooperativa das Rosas Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Geosampa (2010).

Também foi notória a importância do horário de trabalho para a realização das funções domésticas. Foi observado, em diversas situações, que nem todas as mulheres possuem máquina de lavar roupa e que aquelas que as têm, costumavam emprestar para as que não as têm. As primeiras costumavam usá-las nos finais de semana, e as outras “agendavam” quando iriam usá-las. Assim, muitas vezes as catadoras saíam às pressas para poderem pegar os filhos na creche, dar tempo de usar a máquina da conhecida (geralmente nos casos observados, elas tinham algum grau de parentesco) e ir buscar os outros filhos que saíam às seis horas da tarde da escola. Entende-se, portanto que,

conforme já indicado por Wirth (2013), a flexibilidade exigida para a conciliação da dupla jornada de trabalho na cooperativa foi fundamental para o ingresso e permanência das catadoras no EES.

Tendo em vista esse aspecto e buscando compreender a relação das condições precárias e de risco do empreendimento com a presença massiva de mulheres, as próximas seções tratarão da análise sobre os aspectos do cotidiano das mulheres catadoras e de suas duplas jornadas de trabalho.

6.2 As mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas: O perfil das entrevistadas

As associadas à Cooperativa das Rosas possuem idade entre 18 e 64 anos: cinco concentram-se na faixa etária de 18-29 anos; nove na faixa de 30-49 anos; duas na faixa maior que 60 anos, como pode ser observado no Quadro 10.

Entrevistada	Idade
T.S.S.	18
T.A.	19
T.C.M.	20
A.C.P.	25
J.S.J.	29
R.C.B.	30
V.S.	31
T.S.	32
S.S.J.	33
J.M.	36
M.C.S.	37
A.S.S.	40
F.C.B.	48
H.D.S.	48
L.S.	60
V.L.A.	64

Quadro 10 - Idade das catadoras entrevistadas Fonte: Dados da pesquisa.

Em comparação ao estudo do IPEA (2013) *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, que utilizou dados da PNAD 2012 e do Censo IBGE 2010 e também do estudo realizado por Vallin *et al.* (2013), que recorreu aos dados do *Projeto Cata Rua*, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foi possível verificar que os dados obtidos nesta pesquisa alinham-se àqueles resultados. A Tabela 1 apresenta uma síntese desses trabalhos aqui referenciados.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos catadores de materiais recicláveis por faixa etária, segundo país, região, município e cooperativa estudada.

Faixa etária	Brasil (%)	Sudeste (%)	Município de São Paulo (%)	Cooperativa das Rosas (%)
0-17 anos	2,1	3,4	0,3	0
18-29 anos	25,5	23,6	21,8	31,2
30-49 anos	48,0	47,5	51,8	56,2
50-60 anos	15,8	17,6	19,8	6,2
Maior que 60 anos	6,5	7,1	6,0	6,2
Fonte dos Dados	IPEA (2013)	IPEA (2013)	VALLIN et al. (2013)	Dados da pesquisa

Fonte: IPEA (2013); VALLIN *et al.* (2013); Dados da pesquisa.

Nota-se que, tanto em nível nacional quanto regional e municipal, há um maior número de catadores/as com idade entre 30 e 49 anos, o que confirma a tendência encontrada na Cooperativa das Rosas. O fato do maior contingente de catadores/as possuírem idade nessa faixa etária pode indicar um reflexo do desemprego, já que essa faixa representa idade adulta, na qual, geralmente, os indivíduos possuem maior vigor e capacidade física para o trabalho (SANTOS, 2013). Isso pode estar associado à consideração de Burgos (2008), de que as políticas neoliberais vêm fortalecendo a indústria da reciclagem, arregimentando trabalhadores sobrantes dos mais diversos setores produtivos em consequência ao aumento do desemprego, o que leva esses trabalhadores a assumirem trabalhos precários.

No entanto, de acordo com a *Carta de Conjuntura do Mercado de Trabalho* (junho de 2016), divulgada pelo IPEA, os jovens na faixa etária de 14 a 24 anos são os mais atingidos pelo desemprego. Para eles, o desemprego aumentou de 19,02% no primeiro trimestre de 2015 para 26,36% no mesmo período de 2016 (IPEA, 2016). No caso dos adultos de 25 a 59 anos, o desemprego passou de 5,79% no primeiro trimestre de 2015, para 7,91% em 2016 (IPEA, 2016). A hipótese do aumento do desemprego, principalmente entre os jovens, é a de que a redução nas admissões foi maior do que a probabilidade de perder o emprego (IPEA, 2016). Além disso, diante da crise econômica, há uma tendência do mercado de não contratar pessoas com nenhuma ou pouca experiência (IPEA, 2016). Outro dado importante que o documento apresenta é o de que o desemprego atinge mais as mulheres (12,75%) do que os homens (9,48%) (IPEA, 2016).

A partir desse contexto, entende-se que há uma tendência crescente de desemprego para os jovens e as mulheres. Como visto anteriormente, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho ao longo dos anos se deu nas atividades mais precárias (HIRATA, 2015; GONÇALVES, 2011). Desse modo, a combinação do desemprego com a oferta de trabalhos precários, indica, em parte, a presença das jovens mulheres na catação. Contudo, para se compreender a exclusão dos catadores/as do mercado formal de trabalho faz-se necessário entender outros fatores para além da faixa etária, como a cor/raça/etnia, escolaridade e as relações de gênero.

Nesse sentido, os dados do IPEA (2013) demonstram que 66,1% dos/as catadores/as no país identificam-se como negros/as (pretos/as e pardos/as). Alinhado a esse resultado e ao de outros estudos (CHERFEM, 2014; WIRTH, 2013), nota-se que na Cooperativa das Rosas a maioria das mulheres também são negras. Dentre as cooperadas, nove se autodeclararam pretas ou pardas, enquanto sete se identificaram como brancas, como pode ser observado no Quadro 11.

Entrevistada	Idade	Cor/Raça/ Etnia
T.S.S	18	Branca
T.A	19	Branca
T.C.M	20	Parda
A.C.P	25	Parda
J.S.J	29	Preta
R.C.B	30	Preta
V.S	31	Branca
T.S	32	Parda
S.S.J	33	Preta
J.M	36	Branca
M.C.S	37	Branca
A.S.S	40	Branca
F.C.B	48	Parda
H.D.S	48	Preta
L.S	60	Preta
V.L.A	64	Branca

Quadro 11 – Idade e Cor/Raça/Etnia autodeclarada das catadoras entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que, assim como no estudo de Chermem (2016), as catadoras entrevistadas tiveram dificuldade em se autodeclararem pretas ou pardas e que há um silenciamento sobre essa questão no EES. Diferenças na dinâmica da cooperativa que

levassem a uma divisão racial do trabalho não foram observadas, uma vez que as mulheres exercem as mesmas atividades e são remuneradas da mesma forma, fato que pode contribuir para o silêncio sobre as questões raciais, já que há uma sensação de igualdade entre todas (CHERFEM, 2016). Sobre esse silenciamento, Chermem (2016), acredita que esteja associado ao mito da democracia racial conforme descrito por Hasenbalg e Silva (1999). Em locais onde a maior parte da população é negra e apresenta cor e traços fenotípicos semelhantes, há uma identificação, na qual muitas das pessoas se sentem iguais, como é o caso da Favela Jardim das Flores, onde 66% da população é negra.

No entanto, parece haver um paradoxo, visto que, simultaneamente, as mulheres têm dificuldade em se identificarem como pretas e pardas e, inclusive, de reconhecer as outras cooperadas, de vez que, ao serem entrevistadas, algumas mulheres acreditavam que a maioria das catadoras na cooperativa fosse branca. Esse fenômeno pode ser entendido pela grande discriminação racial existente no País que interfere no processo identificador das pessoas negras. Nesse contexto, negros acabam não se autodeclarando como tal. Contudo, por conta da condição social, da baixa renda, baixa escolaridade e por traços fenotípicos da população negra, também não conseguem se identificar como brancas (CHERFEM, 2016). Por essa razão, a princípio, muitas entrevistadas se autodeclararam como “morena” e “morena clara” e depois mudaram para as opções branca, preta ou parda.

A partir desses dados, não é possível desconsiderar que o número majoritário de pessoas negras na catação vem de um reflexo histórico de exclusão social, associado às heranças da escravidão e colonialismo (CHERFEM, 2016; ABUSSAFY, 2013). O que influenciou em uma desvantagem e discriminação no acesso à educação e ao mercado de trabalho formal dessa população, fato que lhes determinou ocupar posições sociais subordinadas (HASENBALG, SILVA, 1999).

Em relação à escolaridade, como alguns estudos demonstram, a exclusão dos catadores do mercado de trabalho formal está diretamente associada à sua baixa qualificação profissional (MEDEIROS, MACEDO, 2006; BURGOS, 2008; SANTOS, 2013; IPEA, 2013). Como pode ser observado no Quadro 12, a maioria das catadoras da Cooperativa das Rosas (nove) possui Ensino Fundamental Incompleto, havendo ainda, três catadoras não alfabetizadas. Apenas três catadoras possuem Ensino Fundamental Completo e uma catadora, Ensino Médio Incompleto.

Entrevistada	Idade	Cor/Raça/ Etnia	Escolaridade
T.S.S.	18	Branca	Ensino Médio (cursando)
T.A.	19	Branca	Ensino Fundamental Incompleto
T.C.M.	20	Parda	Ensino Fundamental Incompleto
A.C.P.	25	Parda	Ensino Fundamental Completo
J.S.J.	29	Preta	Ensino Fundamental Completo
R.C.B.	30	Preta	Ensino Fundamental Incompleto
V.S.	31	Branca	Ensino Fundamental Completo
T.S.	32	Parda	Ensino Fundamental Incompleto
S.S.J.	33	Preta	Ensino Fundamental Incompleto
J.M.	36	Branca	Ensino Fundamental Incompleto
M.C.S.	37	Branca	Ensino Fundamental Incompleto
A.S.S.	40	Branca	Ensino Fundamental Incompleto
F.C.B.	48	Parda	Não alfabetizada
H.D.S.	48	Preta	Não alfabetizada
L.S.	60	Preta	Ensino Fundamental Incompleto
V.L.A.	64	Branca	Não alfabetizada

Quadro 12 – Escolaridade das catadoras entrevistadas. Fonte: Dados da pesquisa.

Esse perfil das catadoras entrevistadas é convergente com os resultados encontrados nos estudos do IPEA (2013) e VALLIN *et. al.* (2013), em que a maioria dos catadores no país, na região Sudeste e no município de São Paulo possui Ensino Fundamental Incompleto. Contudo, o conceito de qualificação não está apenas ligado a um saber cognitivo, como o desempenho técnico, mas também a uma intersecção entre classe, sexo e raça/etnia (NEVES, LEITE, 1998). Assim, compreende-se que a exclusão desses trabalhadores vai além de sua baixa escolaridade, estando atrelada ao fato de serem majoritariamente negros/as e mulheres.

De acordo com os dados do estudo *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, do IPEA (2011), o nível de escolaridade dos/as negros/as é menor do que o dos brancos, o que reflete diretamente na taxa de desemprego, e que é maior entre os/as negros/as. Para as mulheres, dentre as brancas, o desemprego é de 9,2% e entre as negras, ultrapassa os 12%. Contudo, para além desse imbricamento, entende-se que, no caso do grupo estudado nesta pesquisa, há outro elemento que se soma a esses fatores. Considera-se que a baixa escolaridade das catadoras analisadas está diretamente relacionada com a gravidez na adolescência.

6.3 Uma cooperativa de mães

Ao considerar o padrão da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a adolescência é o período de 12 a 19 anos de idade⁴², tem-se que das dezesseis cooperadas, treze tiveram gravidez na adolescência, o que representa um dado significativo. Como também pode ser observado, nove dessas mulheres começaram a trabalhar com idades próximas de quando engravidaram, o que evidencia o fato de que pararam de estudar para começarem a trabalhar e cuidar dos filhos. Como pode ser observado no Quadro 13.

Entrevistada	Idade atual	Quantidade de Filhos	Idade que teve a primeira gravidez	Idade da primeira atividade laboral
T.S.S.	18	0	0	18
F.C.B.	48	9	13	12
T.S.	32	4	13	16
J.S.J.	29	3	14	16
T.C.M.	20	2	15	18
J.M.	36	13	15	18
S.S.J.	33	5	16	15
A.C.P.	25	4	16	24
M.C.S.	37	3	16	12
T.A.	19	1	17	18
A.S.S.	40	4	18	15
V.L.A.	64	5	18	19
R.C.B.	30	3	19	12
V.S.	31	4	19	25
L.S.	60	3	20	15
H.D.S.	48	4	23	08

Quadro 13 – Quantidade de filhos, idade da primeira gravidez e da primeira atividade laboral das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Esse resultado diverge dos dados encontrados por Heilborn (2002), em que as mulheres de classe social semelhante a das catadoras permaneceram dependentes de seus familiares durante a gravidez e depois dela. Notou-se, entretanto, que há um grupo de cinco mulheres que começou a trabalhar antes de engravidar. Além de terem em comum o fato de haverem começado a trabalhar muito jovens (com oito, doze ou quinze anos), também apresentam em comum o fato de terem começado a trabalhar como catadoras individuais. Sendo assim, elas abandonaram os estudos antes mesmo de engravidarem, pois precisavam trabalhar para ajudar suas famílias, que também já trabalhavam com a catação. Contudo, o fato de não estarem estudando e já contribuírem

⁴² No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990), considera a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade.

financeiramente com a família, incentivou-as a engravidar durante a adolescência, uma vez que já se relacionavam sexualmente e se sentiam “responsáveis”.

Duas catadoras se diferenciavam: uma que se casou aos 16 anos e parou de estudar para se tornar dona de casa, vindo a ter filho aos 19 anos e começando a trabalhar aos 25 anos, e outra, que ainda estava na adolescência, com 18 anos, cursando o Ensino Médio, sem filhos e começou a trabalhar na própria cooperativa.

Além disso, observou-se que sete das treze catadoras, que tiveram maternidade na adolescência,⁴³ geraram entre dois a quatro filhos nesse período da vida. Alguns estudos (DAMASIO, 1998; QUINTELA, 2003) apontam que fatores como classe, cor/raça e escolaridade são significativos na prevalência de gravidez na adolescência, havendo incidência maior em áreas de exclusão social como nas periferias e favelas. Esses estudos indicam ainda, que mulheres que tiveram gravidez na adolescência e pertencem a classes sociais mais baixas, têm maior dificuldade para adentrar no mercado de trabalho formal, o que impacta diretamente seu bem-estar econômico e social, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão.

Entretanto, Heilborn e Brandão (1999), chama a atenção para o fato de que é preciso desnaturalizar nossos pressupostos sobre a gravidez na adolescência, uma vez que há uma tendência a interpretá-la somente como um problema causado por falta de informação. Para a autora, é preciso compreender que há uma diferença cultural e simbólica que constrói os sujeitos a partir de suas classes, o que reflete na teia social que condiciona a trajetória biográfica e a socialização dos jovens. Desse modo, valores morais em torno do casamento, maternidade e família, os quais são eixos estruturadores do indivíduo e nos quais há uma lógica assimétrica de gênero, podem apresentar singularidades culturais entre as classes sociais (HELBORN, 1999). Sendo assim, a gravidez na adolescência nas classes mais baixas pode simbolizar a busca por outro *status*, seja ele conjugal ou de maioria social, o que pode indicar uma possível

⁴³ Nota-se que o termo utilizado nos estudos que abordam a gravidez na adolescência é “gravidez precoce”. Neste estudo, optou-se por se utilizar os termos “gravidez na adolescência” e “maternidade na adolescência”, uma vez que se entende que o termo “precoce” se associa a um pré-julgamento referente à idade adequada a se ter filhos. Vê-se que, ao longo da história, a idade com que as mulheres tinham filhos estava diretamente relacionada a valores sociais de cada época e sociedade, mudando ao longo do tempo (HEILBORN, 2002). Entendendo que existem símbolos e valores intrínsecos que diferenciam as dinâmicas sociais por classe (HEILBORN, 2002), compreende-se que não há elementos suficientes coletados nesta pesquisa que ofereçam condições para se interpretar, aqui, o fenômeno da gravidez durante o período da adolescência como sendo precoce. Por essa razão, entende-se esse fenômeno como elemento de constituição da trajetória de vida.

aquisição de autonomia pessoal no domicílio parental ou em novos arranjos residenciais (HEILBORN, BRANDÃO, 1999).

Observou-se que, no caso do grupo estudado, há certa naturalização da gravidez na adolescência, visto que é algo comum na favela onde vivem. A gravidez em si não parece ter sido planejada pela maioria das mulheres, podendo evidenciar que a sexualidade começou a ser exercida durante a adolescência, seguindo o modelo da sexualidade da família e dos/as amigos/as, ou das irmãs mais velhas, por exemplo. Notou-se pelos relatos, que há um ciclo de repetição de maternidade na adolescência já trilhado por outras mulheres da família (avó, mãe e irmã). Há também indícios de que esse ciclo esteja sendo perpetuado por suas próprias filhas, uma vez que, das catadoras que possuem filhas de 12 a 19 anos, a maioria já é avó. Nesse contexto, percebe-se que as catadoras associam sua felicidade e realização diretamente à existência dos filhos e dos netos, como se pode observar a seguir:

O meu sonho é não deixa falta nada pros meus filho, pra mim eu já sou uma mulher muito feliz graças a Deus não deixando faltá as coisa pros meus filho. Meus filho são tudo pra mim [sic].

(A.S.S, 40 anos, 4 filhos).

É muito difícil você escutar alguém dizer que eu estou triste ou estou chorando, depois dos meus filho sempre fui alegre, sempre fui contente. Eu tenho os meus filho e os meus neto que são tudo na minha vida. Eu tenho meu neto de um ano, um netinho muito lindo, que é o meu príncipe encantado e tenho duas netinhas. Pra mim a felicidade é ter eles [sic]

(H.D.S, 48 anos, 3 filhos).

Além disso, observou-se que, durante as entrevistas, os filhos apareceram como referência de marcação do tempo, evidenciando sua importância na trajetória de vida dessas mulheres. Como por exemplo: “*Eu tava grávida da Kelly, foi quando me mudei pra cá*”. “*Eu já tinha o Renato e o Rodolfo então foi no começo dos anos 1980*” (V.L.A, 64 anos, 4 filhos) ou “*Meu filho tinha três anos quando comecei a trabalhar aqui*” (J. S.J, 29 anos, 3 filhos). Para Silva (2007), esse fato demonstra que a memória feminina é materna. Nesse contexto, percebe-se que os filhos aparecem como elemento de autovalorização pessoal e social, que dão visibilidade a essas mulheres. Entende-se, portanto, que a maternidade tem um importante papel na construção identitária das mulheres catadoras entrevistadas, o que pode estar associado à ideia de aquisição de autonomia descrito por Heilborn e Brandão (1999), mas também pelo simbolismo do papel da mulher, no qual os filhos trazem sentido à vida. Foi observado que a maioria

das mulheres entrevistadas tem mais de três filhos. Identificou-se que nove mulheres possuem de quatro a treze filhos, quatro possuem três, apenas uma delas, dois e outra, um filho somente. No entanto, notou-se que, aquelas que possuem menos filhos (1 ou 2) ainda são jovens, tendo 20 e 21 anos, e que, potencialmente, poderão ter mais filhos no futuro.

De acordo com o estudo de Heilborn (2002), a pouca perspectiva profissional e a escassa opção de trabalho para as mulheres de classes populares foi algo que influenciou diretamente a gravidez na adolescência e em sua reincidência. Do mesmo modo, identificou-se que, a baixa expectativa para o futuro na época da adolescência contribuiu diretamente para que as catadoras engravidassem, abandonassem o estudo e, em seguida, engravidassem novamente. Dessa forma, entende-se que, tanto a falta de expectativa de alteração na trajetória de vida que vem sendo tecida na família dessas mulheres, como a falta de perspectiva de adentrar no mercado de trabalho formal, tem contribuído para manter essa trajetória. Importante ainda ressaltar que, a interrupção do estudo ou a responsabilidade com o cuidado com os filhos não foram percebidos como impedimento ao sucesso e que esses fatos não geraram sofrimento para a maioria das mulheres.

Observou-se que a quantidade de filhos também tem estreita relação com os relacionamentos conjugais, uma vez que todas tiveram filhos com mais de um companheiro e que cada companheiro manifestava o desejo de querer ter filho com elas. Esse fenômeno pode ser retratado pela fala comum das mulheres que optaram por fazer laqueadura, e que o fizeram só depois do quarto ou quinto filho, como segue:

Eu não fiz antes porque eu podia querer ter mais filho ainda, podia conhecer outro marido que queria, né? Daí quando tive o Renato, meu quinto filho, pensei, agora já deu

(S.S.J, 33 anos, 5 filhos).

Quando eu fiz (a laqueadura) meu filho tava com quatro meses. Meu marido tinha falado se eu queria ter mais filho, eu já não queria dar nenhum pra ele, eu já tinha dois, mas como ele queria muito, tive mais dois com ele tentando ter uma menina, aí não veio a menina e eu peguei e falei “não, chega”

(A.C.P, Idade, 4 filhos).

Notou-se que, em ambas as falas, há a priorização do desejo do companheiro, ou até de um futuro companheiro, na quantidade de filhos. Vê-se que o filho passa a ter uma importância simbólica na relação conjugal, uma vez que, aparentemente, há uma

demarcação quase territorial dos companheiros atuais em terem os seus próprios filhos com as mulheres. Como pode ser observado na fala de T.C.M (20 anos, 2 filhos) “*Ele disse “eu gosto de você, vamos morar junto, eu cuido de você e da sua filha, mas daí para dar certo vamos ter os nossos filhos também”*”.

Esse acontecimento tem relação direta com o conceito de apropriação dos produtos do corpo da mulher definido por Guillaumin (2005), no qual a quantidade de filhos não é determinada primordialmente pela decisão da mulher, que acaba por ter os filhos, cedendo ao desejo do companheiro. Trata-se da ideia da propriedade masculina sobre os filhos e da relação de poder que se estabelece, de forma que, muitas vezes, são usados como meio de chantagem para a permanência ou submissão feminina.

Pode-se correlacionar também com a apropriação do tempo da mulher, pois, quanto mais filhos ela tiver, mais ocupada estará com os cuidados da casa e dos membros da família. O que pode ser entendido como um mecanismo de controle, no qual a mulher fica voltada para os limites da casa e do espaço privado, ainda que trabalhe. Em vista desses fatores, compreende-se que, conforme apontam algumas autoras (FALQUET, 2013; GUILLAUMIN, 2005; KERGOAT, 2003; HIRATA 2015, 2016), a divisão sexual do trabalho é o principal elemento que leva à precarização das condições ocupacionais e de vida das mulheres, principalmente, as de classes sociais baixas.

6.4 A mulher catadora e a Dupla Jornada de Trabalho

Tendo em vista as responsabilidades reprodutivas femininas, a possibilidade de flexibilização do trabalho e a proximidade dos EES com a residência das mulheres, pode-se pensar que esses são elementos que incentivam sua participação em associações e cooperativas, uma vez que lhes é possibilitada a conciliação da dupla jornada de trabalho (CHERFEM, 2014). Especificamente no universo da catação, o estudo de WIRTH (2013) constatou a relação entre a participação das mulheres catadoras nos EES devido à conciliação do trabalho produtivo com o reprodutivo. Apesar de a autora ter identificado alguns elementos que explicam essa relação, faz-se importante entender melhor os elementos que levam as mulheres a buscarem na cooperativa uma possibilidade para essa conciliação. Além disso, se faz relevante entender como se dá a dinâmica associada à dupla jornada de trabalho na trajetória de vida das mulheres

estudadas nesta pesquisa. Para tanto, foram identificados três grupos de catadoras que se aproximam e se diferenciam nessa trajetória. Com o intuito de um maior rigor descritivo e analítico, os dados serão apresentados segundo três agrupamentos: catadoras estruturais; catadoras conjunturais ocasionais e; catadoras conjunturais por conveniência.

Apoiando-se em Schamber (2006), foi possível classificar as catadoras da Cooperativa das Rosas em duas grandes categorias: as **estruturais** e as **conjunturais**. Porém, nesta pesquisa se observou necessária a distinção entre dois subgrupos de mulheres pertencentes ao grupo de catadoras **conjunturais**: as catadoras **conjunturais ocasionais**, composto pelas mulheres que exerceram outras atividades profissionais antes da catação na cooperativa e as catadoras **conjunturais por conveniência**, composto pelas mulheres que tiveram a cooperativa como sua primeira experiência de trabalho, sem nem ao menos terem procurado por outra ocupação, sendo conveniente, principalmente pela distância das outras possíveis ocupações, o trabalho na cooperativa.

Fonte	Catadores/as Estruturais	Catadores/as Conjunturais	
Schamber (2006)	Aqueles/as que sempre trabalharam com a catação. Iniciaram suas atividades nos lixões e nas ruas da cidade. Começaram a catar até a década de 1980, quando havia uma exclusão sistêmica do mundo do trabalho para esses indivíduos. Iniciaram a atividade de catação, principalmente, por causa de uma trajetória familiar.	Aqueles/as que fundamentalmente se integraram à catação a partir da década de 1990, como consequência da precarização do trabalho e do desemprego. Nesse grupo se encontram jovens e adultos, e, sobretudo, mulheres que viram na catação uma oportunidade de trabalho frente à crise econômica. Em sua maioria, trabalham em associações e cooperativas.	
Dados da Pesquisa		Catadores/as conjunturais por ocasião	Catadores/as conjunturais por conveniência
		Composto pelas mulheres que exerceram outras atividades profissionais antes da catação na cooperativa. A precariedade já estava associada aos seus trabalhos anteriores. A proximidade entre a cooperativa e suas casas oportunizou o ingresso na catação	Composto pelas mulheres que tiveram a cooperativa como sua primeira experiência de trabalho (sem nem ao menos terem procurado trabalhar com outra ocupação antes da catação). O trabalho com a catação se mostrou conveniente, principalmente pela proximidade com suas casas, e, indicação de suas familiares e amigas

Quadro 14 – Quadro síntese das características dos grupos de catadoras de materiais recicláveis participantes deste estudo Fonte: Elaboração própria a partir de Schamber (2006) e dados da pesquisa.

6.4.1. As Catadoras Estruturais

Este grupo foi composto por seis mulheres da Cooperativa das Rosas, que iniciaram as atividades na catação, em sua maioria, ainda na infância ou na adolescência (8, 12,13 e 15 anos). Das seis mulheres, quatro começaram a trabalhar em companhia dos familiares (pai, mãe e irmãos). Apenas duas catadoras não seguiram uma trajetória familiar, tendo buscado na catação uma forma de subsistência, dadas as poucas oportunidades de trabalho. Ainda que essas duas catadoras pudessem, de alguma maneira, se enquadrar como conjunturais, suas trajetórias se apresentaram com maiores similaridades às das estruturais, pois, a maior parte de suas vidas, trabalharam com a catação e, por essa razão optou-se por inseri-las neste grupo. Vale ressaltar também o fato de que duas das catadoras presentes neste grupo são mãe (F.C. B) e filha (R.C.B), o

que foi importante para a triangulação das informações dadas por elas e a sua complementação.

Considerando essas seis catadoras, o trabalho de todas se deu, coletando materiais nas ruas da cidade de São Paulo, embora duas delas tenham tido a experiência de trabalharem no lixão⁴⁴. A partir desse panorama, observou-se que dentre os três grupos de catadoras, este é o que concentra os indicadores de maior exclusão, os quais podem ser vistos no Quadro 15.

Entrevistada	Migração	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Filhos	Idade da primeira atividade laboral	Tempo de trabalho na catação (Anos)
R.C.B.	PR (os pais)	30	Preta	E.F. Incompleto	3	12	18
S.S.J.	-	33	Preta	E.F. Incompleto	5	15	13
A.S.S.	MG (os pais)	40	Branca	E.F. Incompleto	4	15	25
H.D.S.	MG (os pais)	48	Preta	Não alfabetizada	3	8	40
F.C.B.	PR	48	Parda	Não alfabetizada	9	13	35
V.L.A.	PE	64	Branca	Não alfabetizada	4	19	35

Quadro 15 – Síntese das características sociodemográficas das catadoras estruturais participantes deste estudo.
Fonte: Dados da pesquisa.

Como pôde ser observado, apenas uma catadora não é migrante, ou tem pais que migraram para a cidade de São Paulo. Das seis, apenas duas são brancas. Todas as catadoras não alfabetizadas da Cooperativa das Rosas pertencem a este grupo. As mulheres que iniciaram suas atividades laborais mais jovens também pertencem a este grupo. Além disso, notou-se, na trajetória familiar, que os pais das catadoras brancas foram os únicos que apresentaram uma mudança nas condições de vida e, antes de migrarem, moravam em bairros consolidados com melhores infraestruturas, indo morar na favela apenas quando chegaram em São Paulo. No caso das catadoras negras, a pobreza atravessou várias gerações, e seus pais moraram a vida toda nos aglomerados subnormais. Além disso, dentre os três grupos, essas são as mulheres que possuem mais tempo de trabalho na catação.

Em relação à dupla jornada de trabalho, observou-se que quatro das mulheres, desde muito jovens, eram responsáveis tanto pelo trabalho com a catação, como pelos afazeres domésticos e o cuidado dos irmãos mais novos, o que parece ter contribuído, de

⁴⁴ Lixão é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos. Não há nenhum critério técnico que defina a disposição dos resíduos nos lixões, assim é caracterizado pela descarga do lixo diretamente sobre o solo, sem qualquer tratamento prévio, colocando em risco o meio ambiente e a saúde pública (LIMA E SILVA *et al.*,1999)

alguma forma, para que elas próprias engravidassem na adolescência, como pode ser observado na fala seguinte:

É, eu engravidei com treze anos sim, mas eu não tive medo não, já ajudava minha mãe a cria meus outros irmão, as vezes ela ia catar e nois ia com ela e eu ajudava a catar e cuida deles, dai eu já sabia como catar e cuida do meus filho [sic]

F.C.B (48 anos, 9 filhos)

Além disso, notou-se que essas quatro mulheres iniciaram suas atividades laborais antes de engravidarem, o que aparentemente, tem relação direta com o fato de elas serem as únicas, entre os três grupos, a terem trabalhado ininterruptamente em todas as gestações, mesmo durante a gravidez e depois do nascimento dos filhos. Observa-se que elas adotaram, como solução de conciliação entre o cuidado dos filhos e o trabalho, levá-los com elas para a atividade da catação, o que era justamente o modelo seguido por suas mães, e, portanto, o que pode demonstrar o ciclo da trajetória familiar na catação. É possível observar nas falas abaixo essa solução de conciliação.

Eu tenho um filho de vinte e cinco anos que foi criado lá dentro do lixão, dentro das barraca, uma de vinte que também foi criada lá, eles ficaram comigo até ir pra escola. Eu agradeço a Deus que eu criei eles sozinha. Primeiramente Deus, e depois eu e o lixão, porque se não fosse aquilo ali eu acho que não sei o que seria de mim. [sic]

(H.D.S, 48 anos, 4 filhos)

Tá vendo aquele menininho lá? É o meu filho, ele foi criado dentro de uma carrocinha de cavalo, ficava dentro de uma caixa até o dia que a diretora da creche me pegou com ele, ela foi me seguindo para vê o que eu ia fazer, daí ela me parou e disse “O que você tem dentro dessa caixa?” porque ela viu eu dando de mama, toda hora eu dava água e trocava a fralda, aí eu falei “É meu filho. Você não vai tomar meu filho não, né?” “Não, eu vim falar pra senhora ir lá matricular na creche, vai amanhã cedo, vou arrumar uma vaga pra você”. Aí eu levei, mas foi muito difícil eu ficar sem essa criança na carroça, ele já tava com oito meses e nesses oito meses era o único dia que ele ia ficar longe de mim. Era o dia que ele ia pra creche, aí eu levava ele pra creche e eu ficava lá fora chorando. Eu ia pra casa quando tava na hora de eu almoçar que eu dava comida na boca dele, eu não aguentava e chorava, até que eu fui me acostumando. [sic]

(A.S.S, 40 anos, 4 filhos)

Como se pôde verificar, as mulheres precisavam constantemente pausar suas atividades de trabalho para os cuidados com os filhos, seja alimentá-los, limpá-los ou fazê-los dormir. Além disso, elas precisavam estar atentas sobre onde os filhos estavam ou ao que estavam fazendo, o que invariavelmente afetava suas capacidades de produção. Nesse sentido, duas das mulheres que ficaram em uma união consensual

durante vários anos com parceiros catadores, reclamaram das suas responsabilidades comparadas as do companheiro.

A gente que é mulher trabalha o dia todo com eles [os maridos], eles ganha mais porque nois tem que, além de trabalha, olha as criança, dai nois chega em casa tem comida pra fazer, casa pra limpa, roupa pra lava, o filho pra olha eles [os maridos] não. Toma banho, senta no sofazinho e fica quietinho, né? Só esperando a bóia (Risadas) [sic]

(F.C.B, 48 anos, 9 filhos).

Marido é um problema fia, porque eu não gosto de cozinha, de lava, eu não gosto de passa, eu faço mesmo porque eu tenho que fazer por causa do meu filho, mas é assim, bem diferente de quando eu tinha marido, se eu não quiser cozinhar e fizer um pãozinho, uma torta, meu menino não liga, come o que tiver, agora, se eu tenho marido, como é que é, minha fia? Eu tenho que ir pra beirada do fogão todo dia, lava aquelas cueca veia nojenta, aguentar aquele bafo nos seus ouvido, aí se você não quer fazer as coisas, sabe como? É porque você tem outro, e ainda fica dizendo que ganha mais, que trabalha mais. Então tá bom assim. Eu tô bem fia, sozinha [sic]

(H.D.S, 48 anos, 4 filhos)

Essas falas explicitam a carga da dupla jornada de trabalho feminina, mas também, a apropriação das mulheres na obrigação sexual, nos encargos físicos do cuidado do marido, na insatisfação da realização dessas tarefas, e na sua inescapável obrigação, bem como, da divisão sexual do trabalho (GUILLAUMIN, 2005). Na época das entrevistas, existiam três mulheres deste grupo solteiras ou viúvas e três catadoras casadas ou em união consensual. Observou-se que apesar de algumas estarem em relacionamentos conjugais, todas elas são chefes de família, como pode ser visto no Quadro 16.

Entrevistada	Estado Civil	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É a renda principal da família	Quantidade de dependentes
R.C.B.	Casada	800	Não	Sim	4
S.S.J.	U.C	650	Bolsa Família	Sim	5
A.S.S.	U.C	800	Catção individual	Sim	4
H.D.S.	Solteira	800	Não	Sim	1
F.C.B.	Viúva	800	Não	Sim	4
V.L.A.	Solteira	800	Catção individual	Sim	4

Quadro 16 – Situação econômica das catadoras estruturais participantes deste estudo. Legenda: U.C: União Consensual. Fonte: Dados da pesquisa.

O fato de as mulheres se tornarem chefes de família acaba por responsabilizá-las ainda mais pelo sustento e manutenção da casa, sem necessariamente representar uma mudança valorativa nas relações de gênero, no qual a família, os vizinhos e a

comunidade continuam mantendo e “cobrando” as expectativas em torno do seu papel social. A renda média das mulheres catadoras entrevistadas é de R\$800,00, tendo aproximadamente quatro dependentes na família. Observou-se, também, que apenas três mulheres possuem alguma fonte de complementação de renda, uma delas recebe Bolsa Família e as outras duas coletam materiais nas ruas nos fins de semana.

Contudo, pelos relatos das catadoras, antes de entrarem na cooperativa, suas rendas eram ainda menores, girando em torno de R\$500,00. Ainda que atualmente existam três catadoras em relacionamentos conjugais, todas as mulheres estiveram solteiras, chefes de família e com vários filhos pequenos em algum momento da vida. Assim, todas relataram ter que aumentar seus rendimentos na época em que se encontravam nessas condições. Uma dessas mulheres trabalhava no lixão quando se viu nessas circunstâncias, que a fizeram, várias vezes, dormir com os filhos no próprio lixão para conseguir produzir mais.

Eu nunca deixei eles [os filhos] passa fome. A luta era grande, era de baixo de chuva, de sol, sabe, às vezes o material vinha bom, às vezes não, às vezes vinha cachorro morto, vinha de tudo que era coisa que não prestava, até cavalo morto vinha. Às vezes quando pegava fogo lá, tinha que sair correndo pra não deixa queimar o material já pronto e as nossas barraquinhas, porque a gente tinha as nossas barraquinhas que a gente cozinhava lá, e também dormia lá quando tinha que tirar um pouco mais. Quando vinha esses caminhão do extra, sabe? O povo falava assim “vai passa mal”, eu criei meus filhos tudinho assim, comendo, não comendo lá, né? Logicamente que a gente levava pra casa e fazia direitinho, mas graças a Deus meus filho nunca passaram mal. A gente se virava, né? Graças a Deus eles tão tudo criado. [sic]

(H.D.S, 48 anos, 4 filhos)

Como pode ser observado na fala de H.D.S. (48 anos, 3 filhos), as condições de trabalho no lixão eram precárias e insalubres. Para Ferreira e Anjos (2001), o contato com o chorume e com os gases provenientes da decomposição da matéria orgânica aumenta ainda mais a condição de risco para os catadores que trabalham nos lixões. Além disso, a exposição prolongada nesse ambiente leva-os à aquisição de doenças que, por falta de tratamento adequado, podem se tornar crônicas e contribuir para a redução da expectativa de vida dos trabalhadores. Também são comuns os acidentes devido a presença dos tratores e caminhões que circulam nos lixões, os quais, frequentemente, são causa de atropelamentos e mortes (PORTO, 2004). Dessa maneira, por estarem expostos a riscos ambientais e ocupacionais, Cavalcante e Franco (2007) dizem ser a

catação no lixão, a “profissão perigo”, já que consideram ser impossível expor-se a um ambiente completamente contaminado e não adoecer de alguma maneira.

Para além desses fatores de risco, as mulheres e crianças nos lixões parecem estar ainda mais vulneráveis, visto que, provavelmente, acabam tendo acesso aos resíduos menos valiosos e estabelecem relações de interdependência e reciprocidade mais tênues⁴⁵ (BEALL, 1997). Apesar das condições precárias, o lixão significava para as catadoras estruturais, a única possibilidade de sobrevivência. Por essa razão, o fim do trabalho nesse local não veio motivado pelas mulheres que nele trabalharam, e sim, pelo fato de o lixão ter sido fechado, isto fazendo com que procurassem outro modo de geração de renda. Quando H.D.S. viu que “*o lixão fechou de verdade*”, ela “*endoideceu*” e viu como única alternativa comprar uma carroça e trabalhar nas ruas, pois, conseguir trabalho onde morava era “*muito, muito difícil*”.

O trabalho nas ruas também apresenta diversos riscos, pois os/as catadores/as ficam expostos, principalmente, à violência e aos acidentes no tráfego de carros, além, é claro, dos riscos já conhecidos no manuseio dos materiais. Contudo, pode-se considerar que a maior diferença do trabalho no lixão e nas ruas se apresenta pelo esforço extenuante de carregar os materiais na carroça, o que pode ocasionar comprometimentos músculo esqueléticos e traumas (MACIEL, 2011). Todas as mulheres deste grupo já trabalharam, coletando materiais nas ruas e percebeu-se que nenhuma delas ia trabalhar sozinha, sempre estavam acompanhadas de algum familiar (irmãos, filhas, companheiros).

Esse fato pode estar relacionado com a estratégia adotada por elas de conciliação da dupla jornada de trabalho. Aparentemente, as mulheres catavam nas ruas durante o dia, apenas enquanto seus filhos eram pequenos; quando esses atingiam idade suficiente para ficarem sozinhos ou na casa de algum parente, elas passavam a trabalhar durante a noite, pois, afirmavam que assim conseguiam cuidar melhor da casa e dos filhos. Justamente por irem trabalhar à noite, sempre estavam acompanhadas de alguém.

Apesar das dificuldades, todas as mulheres relataram gostar desse trabalho. Elas gostavam de “*andar pelas ruas e ver o povo*” e de “*fazer amizade com os*

⁴⁵ Vale ressaltar que os dados da pesquisa que viabilizaram essa relação foram coletados na Índia e no Paquistão. Apesar de se reconhecer que há diferenças na estrutura e organização sociais desses países com o Brasil, parece que pelos relatos das catadoras desta pesquisa, a conciliação com a dupla jornada de trabalho as levou a terem uma condição maior de vulnerabilidade que se assemelha aos dados encontrados por Beall (1997).

comerciantes”. Uma delas disse que se sentia “livre” e que parava de pensar nos problemas, enquanto estava coletando nas ruas. No entanto, foi recorrente a reclamação de que recebiam pouco pelo material vendido e que não conseguiam acumular muito volume. Esse foi um dos principais fatores que levou essas mulheres a trabalharem na cooperativa. Porém, para algumas delas, o motivo mais forte deu-se pela ameaça de violência que as fez sentirem “*medo de ir pras ruas*” [sic], e o que definitivamente as fizeram trabalhar na cooperativa.

Um dia eu fui trabalhar à noite, foi eu e a minha menina, a R.C.B., aí quando nós tava passando, tinha três homens, e eita que os cara tava bebinho, daí o cara me puxou e eu fiquei na grade do carrinho e quem disse que eu saia? A R.C.B. falava assim “Moço pelo amor de Deus não faz nada com minha mãe não, leva o carrinho, mas pode deixar minha mãe, não faz nada com minha mãe”, mas acho que ele estava drogado, bêbado, daí a R.C.B. me puxou e quando puxou ralou tudo minha perna, ainda tem marca aqui de machucado, aí eu saí gritando, e eu escutei assim “vou atirar nas costas”, aí pensei “pronto, não vou acabá de criar os menino, nós vamo morrê aqui mesmo” aí nisso ia passando uma viatura e ela catou os cara. Daí quando vi que tava formando o grupo aqui na favela, era minha prima, né? Que tava começando. Aí eu falei pra ela “Pelo amor de Deus me pega pra trabalhar aqui, que de hoje em diante eu não trabalho mais na rua, parei de trabalhar na rua” e aí fiquei trabalhando só aqui nos grupo, na favela, não fui mais pra rua, agora eu tenho medo de trabalhar na rua de noite, e também não quero que a minha menina vai também não. [sic]

(F.C.B., 48 anos, 9 filhos)

Observa-se que a mesma mulher que havia relatado sentir-se “livre” nas ruas passou a temê-las e evitá-las. Além da violência concreta que vivenciou, a catadora também acabou por ser vítima da “violência simbólica”⁴⁶, em que o espaço público, que ocupava e circulava, foi trocado pelo espaço privado da cooperativa e da favela aonde vive.

A partir desse retrato, observou-se que a conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo não foi o fator principal para a opção pelo trabalho na cooperativa, conforme relataram as catadoras. Considera-se que essa visão das catadoras relaciona-se às suas experiências anteriores no lixão e nas ruas, as quais fizeram com que elas encontrassem soluções para a dupla jornada, seja levando os filhos para a atividade de trabalho, seja trabalhando à noite para poderem cuidar dos afazeres domésticos durante o dia. Para elas, o principal motivo que as levou à cooperativa foi a condição de vulnerabilidade social. Como visto, essas mulheres obtinham uma renda aproximada de

⁴⁶ Bourdieu (1998).

R\$500,00, tendo em média quatro dependentes, o que caracteriza uma situação de fragilidade econômica. Além disso, as situações de violência que vivenciaram nas ruas as impulsionaram a procurarem uma forma de trabalho mais segura. Contudo, vê-se que, tanto a fragilidade financeira quanto a opção por trabalhar à noite, estão associadas à dupla jornada de trabalho, a qual acaba por ser um fator direto na participação dessas mulheres no EES. Posto isso, parece que o ingresso na cooperativa representou um avanço em relação à trajetória laboral dessas mulheres, pois apresenta condições de trabalho que lhes oferece maior segurança e renda.

Diante dos dados aqui apresentados, entende-se que, mesmo entre aquelas que são catadoras, as que se encontram na condição de catadoras estruturais são ainda mais vulneráveis. Nesse âmbito, entende-se que o grupo de catadoras estruturais reflete a “face exposta das desigualdades sociais”, conforme expressão de Escorel (2000, p.64). Observando a trajetória ocupacional dessas mulheres, notou-se que, durante a maior parte de suas vidas, estiveram trabalhando de alguma forma com a catação, seja nos lixões, nas ruas, na cooperativa, ou nos três. A partir disso, entende-se que essas mulheres passaram a maior parte de suas vidas expostas aos riscos ambientais associados à ocupação.

Assim, o entrelaçamento entre a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade ambiental se evidencia. Considerando que essas são as mulheres mais empobrecidas, e que são as que possuem as piores habitações na Favela Jardim das Flores, compreende-se que são aquelas que estão mais expostas aos riscos ambientais associados às suas moradias e aquelas que estiveram por mais tempo expostas aos riscos ambientais associados ao trabalho com a catação. Portanto, considera-se que as catadoras estruturais também refletem a face exposta das desigualdades ambientais.

6.4.2 As Catadoras Conjunturais Ocasionais

Este grupo foi composto por cinco mulheres que tiveram a experiência de trabalhar em outras atividades profissionais antes de iniciarem o trabalho com a catação. Todas as mulheres deste grupo passaram vários anos como donas de casa antes de trabalharem, com exceção de J.M., que passou apenas alguns meses nessa condição.

Neste grupo apenas uma das mulheres é migrante, e a maioria delas possui Ensino Fundamental Incompleto, como pode ser visto no Quadro 17.

Entrevistada	Migração	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Filhos	Idade da primeira atividade laboral	Tempo de trabalho na catação (Anos)
J.S.J.	-	29	Preta	EF Completo	3	16	5
T.S.	-	32	Parda	EF Incompleto	4	16	5
J.M.	PR	36	Branca	EF Incompleto	13	18	1
M.C.S.	-	37	Branca	EF Incompleto	3	12	6
L.S.	-	60	Preta	EF Incompleto	3	15	2

Quadro 17 – Quadro síntese das características das catadoras conjunturais ocasionais participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de se ter comentado anteriormente que as mulheres começaram a trabalhar jovens por conta da gravidez na adolescência, também se notou que várias delas relacionaram esses primeiros trabalhos como “bicos” (complementares e ocasionais) e que eles não foram constantes, como é o caso das catadoras deste grupo. Logo iniciarem uniões consensuais, em sua maioria com um companheiro que não era pai de seus primeiros filhos, essas mulheres passaram a se tornar “donas de casa”. A maioria delas associou o fato de terem parado de trabalhar e ficado em casa com a resistência, ou a proibição explícita, dos parceiros em concordar com que elas trabalhassem.

Ele não queria que eu trabalhasse não, daí logo a gente se amigou, e ele falou “não precisa trabalhar que eu mantenho você e seu filho” aí foi que eu engravidei dele, e meu marido falou que eu não precisava mais trabalhar mesmo que era pra só olhar os meninos.

(M.C.S, 37 anos, 3 filhos)

Eu queria voltar a trabalhar, mas meu marido não deixava não. Ele falava “eu trabalho e posso sustentar todo mundo aqui, você tem que ficar em casa pra cuidar das criança”.

(L.S, 60 anos, 3 filhos)

Não, meu marido não queria que eu fosse trabalhar não, mas o que me fez ficar em casa foi mais o meu pensamento mesmo. Na verdade eu não tinha essa visão de que a mulher tinha que ter o seu dinheiro e que ela tinha que fazer alguma coisa sem ser só mulher, sem ser só dona de casa. E isso eu fui aprendendo conforme o tempo, conforme a convivência eu fui vendo que a mulher tem que ter o seu espaço, tem que ter o seu trabalho reconhecido.

(J.S.J., 36 anos, 3 filhos)

Observa-se que a maternidade passou a ser um elemento de justificativa da divisão sexual do trabalho. Isto reforçou a situação da mulher em relação ao seu

posicionamento dentro da família, para que se tornasse dependente do marido, assumindo uma posição de submissão, conforme discutido por Guillaumin (2005). Porém, não se pode essencializar essa submissão da mulher como um movimento voluntário. Como visto na fala de J.S.J., o principal fator que a fez ser dona de casa foi a sua própria visão do papel de mulher, que era invariavelmente ser dona de casa.

Esse sentido do papel de mulher converge para a discussão de Kergoat (2010) sobre a divisão do trabalho entre os gêneros no interior das famílias, a qual constitui o masculino como destinado à exterioridade, ao público, e complementarmente, o feminino, direcionado ao domínio privado e a uma maior interioridade. Nesse sentido, o papel social esperado do homem na família, como “provedor”, principalmente nas classes baixas, faz com que o fato de a mulher não trabalhar corresponda a esse *status* do papel social, reforçando a identidade masculina.

A partir disso, faz-se importante reconhecer que é no ambiente familiar onde as relações sociais de gênero se constituem e se formaliza o processo de convivência cotidiana com as relações que exprimem os papéis sociais e as identidades de gênero. Dessa forma, as normas, valores e símbolos dos papéis sexuais são assimilados e normalizados no interior da família, tornando-se um modelo de perpetuação das relações de desigualdades sociais e de poder entre homens e mulheres, e se torna um padrão a ser seguido: ser dona de casa e ser o provedor.

No entanto, quando ocorreu um processo de desconstrução desse modelo, as mulheres catadoras passaram a questionar esses padrões, buscando estratégias de conciliação entre os valores e símbolos enraizados e as novas possibilidades de trajetória de gênero.

Então quando me dei conta que não precisava ser só dona de casa a vida toda, disse para ele “Não, eu vou, eu quero, eu preciso trabalhar, eu preciso te ajudar em casa com o dinheiro e preciso ter o meu espaço também. Eu sou mulher, eu quero ter as minhas coisas, não quero ficar dependendo de você”. Porque você sabe, né? Quando a gente depende de homem, a gente fica muito submissa a eles, eles querem dominar “Não, se ela tá em casa ela tá em casa, eu recebo, coloco as coisas dentro de casa e acabou, ela não pode questionar nada porque tem o que comer dentro de casa”. E não é isso.

(L.S., 60 anos, 3 filhos)

Ele não queria que eu trabalhasse em lugar nenhum, ele dizia “não é pra ir, não vai, não vai, não vai” A razão dele é que “você tem tudo que você quer vai trabalhar pra que?” Aí que eu bati o pé e falei eu vou e acabou, você não é meu pai. Mas agora ele aceita, porque ele tem duas opções aceitar e

(M.C.S, 37 anos, 3 filhos)

Todas as mulheres relataram não gostar de ficar somente em casa, sentindo-se solitárias e isoladas. Nas falas das mulheres, a possibilidade do trabalho permite que se “conheça outras pessoas”, que se “arrumem mais”, que tenham “outras pessoas para conversar e dar risada” e que se tenha independência financeira. Todos esses elementos associados a uma valorização da autoimagem e autoestima demonstram os ganhos que tiveram ao adentrar no mercado de trabalho novamente.

No entanto, apesar desses ganhos, as mulheres depararam-se com o conflito da dupla jornada de trabalho. Muitas delas consumiam horas no deslocamento de casa até chegarem aos locais de trabalho, os quais se localizavam, principalmente, nas **regiões das classes altas** (VILLAÇA, 2013). Outras conseguiram trabalho na região do Brás, porém, ainda que na Zona Leste, o deslocamento era de aproximadamente uma hora. Para elas, essa distância foi um dos grandes fatores de conflito, pois não conseguiam chegar a tempo de buscar os filhos nas creches e nas escolas, tendo que pagar outras mulheres para cuidar deles, o que impactava diretamente em sua remuneração e em sua identidade materna.

Contudo, um fato curioso é que a maioria acabou por exercer trabalhos ligados aos cuidados (HIRATA, 2015). Como pode ser observado no Quadro 18, as ocupações anteriores à catação referem-se, fundamentalmente, a trabalhos como empregada doméstica, faxineira, cozinheira e ajudante de costureira.

Entrevistada	Idade	Ocupações Anteriores	Anos de CLT
J.M.	36	Operadora de Telemarketing Garçonete Balconista de supermercado	21
J.S.J.	29	Empregada doméstica Ajudante de costureira	0
L.S.	60	Empregada doméstica Cozinheira	0
M.C.S.	37	Empregada doméstica Faxineira	0
T.S.	32	Ajudante geral de costureira	0

Quadro 18 – Atividades profissionais anteriores à catação. Fonte: Dados da pesquisa.

Todas as atividades laborais relatadas podem ser enquadradas entre os “trabalhos considerados femininos” (CURIEL, FALQUET, 2005). Como também se pode observar, apenas uma catadora possuiu trabalho com registro em carteira, e justamente a

única que teve outros tipos de ocupações como operadora de telemarketing, balconista e garçone.

Nesse caso, pode-se pensar no processo de “bipolarização” do emprego feminino, conforme Hirata (2015) estabelece. De um lado, há um polo majoritário constituído pelas trabalhadoras denominadas “não qualificadas”, as quais ocupam trabalhos precários, não valorizados socialmente e mal remunerados, que se expandiram devido o aumento do trabalho em tempo parcial, temporário e terceirizado e, de outro, um polo minoritário de mulheres que pertencem à categoria “gerenciais e profissões intelectuais superiores”, que são relativamente bem remuneradas e, geralmente, ocupadas por mulheres brancas, não migrantes e qualificadas.

Dessa polarização, ressalta o fato de que as mulheres com postos de gerência só conseguem ocupar esses cargos porque delegam as funções domésticas e o cuidado com os filhos às mulheres ditas “não qualificadas”, e essas, por sua vez, para poderem trabalhar, acabam delegando o cuidado dos seus próprios filhos a familiares (mães, tias, avós, filhas mais velhas) ou vizinhas, as quais cobram pelo serviço de “cuidadora”. Assim, observa-se que, sem alteração na divisão sexual doméstica, não há como se alterar a divisão sexual profissional e, muito menos, a divisão entre as próprias mulheres.

Também emerge dessa discussão o fato de as mulheres que ocupam cargo de gerência possuírem uma flexibilidade maior para escolher seus trabalhos e serem menos propensas ao desemprego, enquanto que as mulheres inativas e sem qualificação profissional reconhecida acabam por integrarem aos crescentes trabalhos precarizados ligados à crise econômica e à recessão, conforme constatou Hirata (2015). Pode-se, então, inserir o próprio trabalho com a catação de materiais recicláveis nesse contexto. Além disso, as mulheres sem qualificação têm menos flexibilidade para lidar com a dupla jornada de trabalho, pois, não podem pagar a alguém para realizar todos os serviços reprodutivos por ela.

Identificou-se, também, que as catadoras entrevistadas neste grupo não permaneciam muito tempo nos trabalhos, ficavam alguns meses e eram demitidas (contenção de custos) ou se demitiam (os filhos ou o marido ficavam doentes, se cansavam da distância ou não se adaptavam ao trabalho). Mesmo J.M., que trabalhou por mais tempo com registro em carteira e que passou dez anos trabalhando como operadora de telemarketing, passava, no máximo, um ano em cada empresa.

Somada a dificuldade de conciliação à dupla jornada de trabalho, muitas mulheres relataram que seus companheiros ficaram com ciúmes por elas trabalharem.

Ele não queria que eu fosse mais lá não, porque assim, quando você trabalha fora você começa a querer se arrumar mais, né? Querer ficar bonita, vamos se dizer assim, daí ele já pensa que é porque você está com outro, que conheceu outra pessoa no trabalho. Eu tava trabalhando de arrematadeira, né? Em uma fábrica de costura de jeans. Lá só tinha mulher, era todo mundo costurando, só tinha o gerente de homem, mas ele nem falava muito com a gente, então quer dizer, não tinha porque, né? Ele ter ciúme. A gente sempre brigava por conta disso, era um estresse.

(J.S.J., 29 anos, 3 filhos)

Nota-se que a conquista do trabalho e portanto, do espaço público, constituiu-se em um tema de debate entre os casais. A partir do contexto histórico do ciúme, retratado por Baroncelli (2011), pode-se entender que ele se associa a códigos e prerrogativas sociais que atuam sobre a infidelidade do homem e da mulher, e de sua consequente desigualdade de gênero. Diante da lógica patriarcal, a infidelidade masculina é tolerada e justificada, enquanto que uma traição feminina representa uma desonra social (BARONCELLI, 2011). Desse modo, a mulher ter acesso ao espaço público reverbera maiores possibilidades de uma infidelidade, o que acaba não sendo tolerado pelos homens e contribui para que eles reforcem o papel da mulher no espaço privado e controlado. No entanto, notou-se que esse movimento não é unidirecional, pois as próprias mulheres também abriram mão de algumas coisas como forma de controle do homem.

Depois que eu casei com ele, eu fiquei muito caseira, antes eu era bem bagunceira, saía muito, saía de quinta, sexta, sábado e voltava só no domingo, às vezes começava na quarta, às vezes na quinta e ia assim a semana toda (Risadas) aí depois que eu casei, eu sosseguei. (...) Sosseguei porque se eu sáísse, ele ia querer sair também, né? Então prefiro ficar em casa quietinha e ele também. Se for pra sair, sai os dois juntos.

(T.S., 32 anos, 4 filhos)

Assim, é importante considerar as estratégias que as próprias mulheres elaboram para lidar com o cotidiano de desigualdade de gênero. Ainda que elas sofram alguma desvantagem, essa acaba sendo, em parte, minimizada por um ganho secundário (ao qual a mulher atribui valor), o que não pode ser desconsiderado, por ser estabelecido, também dentro da lógica das relações patriarcais, ou seja, ainda que associado a um

“ganho,” esse ganho se desdobra pelas relações de desigualdade entre os gêneros.

A partir da distância entre residência e trabalho, da consequente dificuldade em conciliar as responsabilidades reprodutivas e dos desconfortos do relacionamento conjugal, algumas das mulheres acabaram por voltar a serem donas de casa. No entanto, as mulheres relataram que não conseguiam ficar “*paradas em casa*”. Por essa razão, acabaram vendo na catação uma oportunidade de continuar trabalhando, estarem próximas de casa e conseguirem organizar as tarefas domésticas, diminuindo o conflito com os companheiros. Certamente, o maior fator para justificarem o trabalho com a catação se deu pela necessidade de renda e pela subsistência dos filhos, mas percebeu-se que, por detrás dessa questão, os outros fatores relatados acima também guardavam estreita relação.

Eu entrei fiquei um tempo e saí da cooperativa. A primeira vez que eu vim trabalhar, meu marido não queria não, ficou cismado. Disse que eu não precisava vim trabalhar aqui não. Mas quando eu saí daqui, porque meu filho tava doente, né? E não tinha ninguém para tomar conta. Depois que meu menino ficou bom, ele falou “Ah você vai voltar para a cooperativa agora? Eu acho que lá você podia voltar, você gostava de lá” Eu nem sabia se as meninas iam me aceitar, se tinha vaga, né? Mas aí eu acabei voltando.

(T.S., 32 anos, 4 filhos)

Disso, um aspecto que chamou a atenção foi o fato de os homens, apesar de serem resistentes no início, não se incomodarem com a escolha das mulheres por trabalharem como catadoras na cooperativa.

Não, ele [o marido] não se incomodou quando eu vim trabalhar aqui, não. Ele reclamava mais quando eu trabalhava na confecção de jeans. Mas aqui ele nunca falou nada, não. Mas também eu tô aqui no quintal de casa praticamente, né? Ele passa aqui na frente e vê que estou trabalhando e aqui [na favela] minha filha, todo mundo sabe de tudo. Se você faz qualquer coisa, todo mundo sabe, então, nem tem como, né? Ele ter ciúme que nem tinha no outro trabalho. Então, é, a gente não briga mais por conta disso, não. Ele até apoia o nosso trabalho aqui.

(J.S.J., 29 anos, 3 filhos)

Como pode ser visto na fala de J.S.J., a cooperativa está no contexto cotidiano dos moradores da favela “*tô aqui no quintal de casa praticamente*” “*aqui (...) todo mundo sabe de tudo*”. Dessa maneira, tem-se como uma possibilidade o fato dos homens não se incomodarem com o trabalho das mulheres na cooperativa, porque esse trabalho ainda se mantém, de alguma forma, dentro da esfera do privado. Se, enquanto

dona de casa, a mulher circulava apenas pela favela, enquanto trabalhadora da cooperativa, a mulher continua circulando apenas pela favela. Assim, aparentemente, os mesmos mecanismos de controle que valiam, enquanto dona de casa, também valem, enquanto catadora e cooperada. Além disso, merece ressaltar que a cooperativa é composta apenas por mulheres, um fator que também pode ter contribuído para o “apoio” dos homens, quando dizem que “*lá você podia voltar*”, ou seja, implicitamente, existe a informação de que em outros espaços ela não poderia.

A partir disso, observou-se que algumas das mulheres acabaram por terminar seus relacionamentos quando voltaram a trabalhar. Ainda que todas elas tenham relatado os desgastes na relação conjugal devido às violências verbais e físicas, notou-se que o fato de terem começado a trabalhar e terem adquirido independência financeira contribuiu para que elas saíssem dessas relações conjugais. Nesse sentido, notou-se que foi justamente quando três das catadoras se encontraram na situação de chefes de família que elas passaram a trabalhar na cooperativa, como pode ser explicitado a seguir:

Quando eu terminei com ele [o ex-companheiro] eu tava trabalhando de ajudante de costureira lá no Brás, mas tava difícil. Meus menino ainda era pequeno, ninguém podia olha eles pra mim e como tava pagando tudo sozinha, não dava pra pagar alguém pra olha eles. E era longe, daí eu acabava faltando sempre [no trabalho], daí eu conversei com a J.S.J. ela disse que tavam pegando meninas na cooperativa, daí eu vim e fiquei até hoje.

(T.S., 32 anos, 4 filhos)

Atualmente, três mulheres deste grupo estão solteiras e duas estão em união consensual. Como pode ser visto no Quadro 19, das cinco mulheres, três são chefes de família.

Entrevistada	Estado Civil	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É a renda principal da família	Quantidade de dependentes
J.S.J,	União consensual	750	Renda do companheiro	Sim (somada a do companheiro)	3
T.S,	Solteira	800	Renda da filha	Sim (somada a da filha)	3
J.M,	Solteira	800	Não	Sim	4
M.C.S.	Solteira	800	Não	Sim	2
L.S.	União consensual	800	Renda do companheiro	Sim (somada a do companheiro)	1

Quadro 19 – Situação econômica das catadoras conjunturais ocasionais participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Diante disso, entende-se que um fator preponderante na entrada das mulheres na cooperativa, tanto daquelas que se encontravam em uma relação conjugal, quanto das como chefes de família, se deu pela segregação espacial urbana. Compreende-se que o motivo que as pressionou a entrar na catação não foi exatamente o desemprego em si, mas sim as condições impostas pelos trabalhos que tinham anteriormente. Nesse contexto, entende-se que a precariedade do trabalho na catação deve ser relativizada, uma vez que as mulheres preferiram as condições de trabalho da cooperativa em detrimento das ocupações que realizavam anteriormente.

Foi observado que a distância do trabalho com a casa dificultava a conciliação da dupla jornada de trabalho das entrevistadas. Três das catadoras afirmaram passar em média três meses nos empregos anteriores e, de acordo com elas, era exatamente o tempo que as empresas (de limpeza e de costura) exigiam de experiência antes de registrá-las em carteira. Segundo J.S.J. *“Eu não queria ser registrada não, eu sabia que ia ter que faltar por conta das crianças. Então eu ia, ficava o tempo de experiência, saía. Ficava em casa um tempo, daí voltava de novo e, ia assim”*.

Muitas das mulheres eram melhores remuneradas nas atividades anteriores à catação, entretanto, todas disseram preferir o trabalho na cooperativa por conta do trabalho em si, pois não se adaptavam aos trabalhos anteriores, e também pela distância. Entendendo que a segregação espacial urbana leva ao controle do deslocamento e do tempo dos trabalhadores (VILLAÇA, 2011), parece que, no caso das mulheres catadoras deste grupo, essas são ainda mais segregadas, postas as suas responsabilidades reprodutivas. Essas responsabilidades as pressionaram a sair dos trabalhos justamente pela apropriação do tempo de deslocamento, o que as levou à catação.

Assim, observa-se que o conflito ambiental, associado à segregação espacial urbana foi uma das causas que levaram as catadoras conjunturais, por ocasião, à catação. Portanto, pode-se refletir que a vulnerabilidade socioambiental prévia das mulheres, marcada pelas desigualdades ambientais, as pressionou a adentrar na catação. Desse modo, entende-se que são catadoras ocasionais porque foi a ocasião das condições de precariedade associadas aos seus trabalhos anteriores, e, a proximidade da cooperativa com as suas casas que oportunizaram o ingresso na catação.

6.4.3 As Catadoras Conjunturais por Conveniência

Este grupo é composto por cinco catadoras, e compreende as mais jovens da cooperativa. Dentre as cinco mulheres, três são brancas e duas são pardas. Notou-se ainda que, neste agrupamento, as mulheres apresentaram melhor escolaridade, duas, possuem Ensino Fundamental completo e uma está cursando o Ensino Médio. Além disso, essas mulheres foram as que iniciaram suas atividades laborais mais tarde em comparação as outras catadoras. Por essa razão, este foi o grupo em que as mulheres apresentaram o menor tempo de trabalho na catação, com exceção de V.S. que está há seis anos na cooperativa, como pode ser observado no Quadro 20.

Entrevistada	Migração	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Filhos	Idade da primeira atividade laboral	Tempo de trabalho na catação (Anos)
T.S.S.	-	18	Branca	EM (cursando)	0	18	0
T.A	-	19	Branca	EF Incompleto	1	18	1
T.C.M.	PE	20	Parda	EF Incompleto	2	18	1
A.C.P.	-	25	Parda	EF Completo	4	24	2
V.S.	-	31	Branca	EF Completo	4	25	6

Quadro 20 – Síntese das características socioeconômicas das catadoras conjunturais por conveniência participantes deste estudo Fonte: Dados da pesquisa.

Este grupo apresenta diversas similaridades com o grupo de **catadoras conjunturais ocasionais**, como o fato de todas terem sido donas de casa, antes de começarem a trabalhar, sendo a principal diferença entre esses dois grupos o fato de as **catadoras conjunturais por conveniência** não terem trabalhado em outros locais antes de ingressarem na cooperativa. Contudo, duas das mulheres relataram ter cuidado de crianças na própria favela enquanto eram donas de casa. Na percepção delas, esse

trabalho era considerado um bico, aparentemente pelo fato delas não precisarem sair de suas casas. Ambas disseram não gostar dessa atividade, pois diziam dispensar muito esforço para cuidar das crianças e tinham dificuldades de receber os pagamentos dos pais.

Parei de ficar olhando criança, não quero mais ficar olhando criança, era muita enrolação pro povo pagar e dava trabalho. É ruim ficar cuidando dos filho dos outros, aí eu peguei e fiquei parada tipo só cuidando dos meus filho.

(T.C.M. 20 anos, 2 filhos)

Esse fato pode demonstrar a desvalorização do trabalho feminino, bem como, a carga da responsabilidade desse trabalho, conforme descrito por Hirata (2015). Além disso, um fato que chamou a atenção foi o de que várias das dezesseis mulheres cuidaram dos filhos umas das outras enquanto essas trabalhavam “fora”, como elas dizem, o que acabou por reforçar o laço de amizade entre elas, e posteriormente, uma indicar para a outra o trabalho na cooperativa. Outro ponto que se destaca é o de que a renda da maioria das mulheres deste grupo não é a principal da casa. Apenas uma mulher encontra-se na situação de chefe de família. Como pode ser observado no Quadro 21.

Entrevistada	Estado Civil	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É a renda principal da família	Quantidade de dependentes
T.S.S.	Solteira	650	Renda da mãe	Não	-
T.A.	Solteira	650	Não	Sim	1
T.C.M.	UC	700	Renda do companheiro	Não	2
A.C.P.	UC	700	Renda do companheiro	Não	4
V.S.	UC	900	Renda do companheiro	Sim (somada à do companheiro)	4

Quadro 21 – Situação econômica das catadoras conjunturais por conveniência participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Por essa razão, a maioria das mulheres relatou que, a princípio, quando entraram na cooperativa, suas realidades eram a de que o dinheiro que elas receberiam seria destinado para elas mesmas e para os filhos, e que o parceiro seria o principal responsável por arcar com as despesas da casa.

Meu marido disse pode ficar de boa que eu dou o sustento pros meninos, pode ficar de boa em casa, só que eu não gosto disso não, sabe? Tipo ele não é o pai do meu primeiro filho, daí eu quero comprar alguma coisinha pra ele [o filho] e fica chato ficar pedindo, sabe? Daí eu quis trabalhar pra poder dar as coisas que eu quero pros meus filhos. O dinheiro dele vai pra casa e o meu pra mim e pras criança, eu acho melhor assim. E ele também não acha ruim, não.

(T.C.M., 20 anos, 2 filhos)

Nesse aspecto, observou-se que por essas mulheres não terem a responsabilidade de manutenção das despesas da casa, mas sim, a intenção de uma renda para elas mesmas, a preocupação era de encontrar um trabalho que as possibilitasse continuar com os cuidados dos filhos, pois elas não queriam abrir mão disso. Assim, elas nem chegaram a procurar emprego em outros lugares. Elas comentavam com familiares ou amigas que estavam querendo uma renda para si, e essas conhecidas, que já trabalhavam no EES, indicavam a cooperativa como fonte de renda e possibilidade de conciliação do trabalho reprodutivo.

Eu queria trabalhar, pra ter meu dinheiro, né? Poder fazer as minhas coisas sem ter que ficar pedindo pra marido, só que eu não podia ir pra fora porque meus filhos são muito pequenos. Meu filho menor nasceu com um probleminha na perna, teve que fazer cirurgia e tudo. Daí não dá pra ficar longe não, eu tenho que tá sempre levando ele no médico. Daí a V.S. me falou da cooperativa, disse que lá todo mundo era mãe também e sabia dessas coisas, que eu ia poder faltar de vez em quando pra leva o menino no médico. Daí eu nem pensei e fui.

(A.C.P., 25 anos, 4 filhos)

Assim, como no estudo de Wirth (2013), identificou-se que a flexibilidade da cooperativa e a possibilidade das faltas foram cruciais para o ingresso e permanência das catadoras no EES. Entretanto, como afirma a autora, essa maleabilidade resulta em um ciclo vicioso que corrobora para a permanência da precarização do trabalho das mulheres, visto que, quanto mais as mulheres faltam ao trabalho, menos produtiva a cooperativa se torna e menor poderá ser a retirada das mulheres.

Contudo, apesar de, fundamentalmente, o EES ser uma “cooperativa de mães” há também uma única mulher solteira e sem filhos na composição do grupo, por isso, não vive a dupla jornada de trabalho. No caso dela, o principal motivador para a entrada na cooperativa foi a vontade de ter independência financeira. Além disso, pesou muito o fato de a cooperativa ser um ambiente “familiar”, pois sua mãe e suas três primas já trabalhavam na cooperativa.

Ah não teve um motivo assim, eu quis trabalhar só pra ter minhas coisas e não ter que ficar pedindo para a minha mãe, ela dá um duro danado, sabe? Então foi isso, ser mais independente. Ela não queria que eu trabalhasse aqui, não, ela falou assim que, tipo, que eu tinha que arrumar um emprego melhor, outra coisa, aí eu falei assim “não, eu quero ir lá eu vou lá” daí estou aqui até agora (Risadas). Eu gosto daqui porque aqui a gente lida com a família né? Aqui nós já tem uma liberdade. Eu tenho, pelo menos eu, entendeu?

(T.S.S, 18 anos, sem filhos)

Observa-se que os laços familiares também são um importante fator de aproximação e permanência das mulheres no coletivo, parecendo haver, inclusive, uma trajetória familiar, como é o caso de T.S.S. Vê-se que sua mãe não queria que ela entrasse nesse ramo, mas ela insistiu, o que acaba por chamar a atenção para a vontade dela de querer trabalhar no EES e de não ter planos de mudar de atividade, sendo ela a mais jovem dentre as mulheres. Segundo ela “*Sei lá, eu não penso nisso não, se eu me interessar por outra coisa talvez possa até ir fazer uma coisa diferente, mas eu pretendo continuar aqui até quando der*”. Seguindo essa mesma perspectiva, outras duas mulheres mais jovens (19 e 20 anos) também demonstraram não ter expectativas de trabalhar em outro lugar no futuro próximo. Elas dizem ter vontade de voltar a estudar, mas que é impossível agora por conta dos filhos, e que, justamente pelos filhos, elas pretendem continuar na cooperativa até pelo menos eles terem idade para ir para a escola, o que irá levar mais de cinco anos.

Aparentemente a dupla jornada de trabalho não somente influencia na entrada das mulheres na cooperativa, mas também em sua permanência, cristalizando a figura feminina como trabalhadora desses EES, o que se alinha com os resultados obtidos por Wirth (2013) e Cherfem (2014). Parece que a falta de perspectiva em outras possibilidades de trabalho também estrutura e condiciona as mulheres a prosseguirem nessa ocupação. O que pode estar relacionado com a consubstancialidade de gênero, raça e classe, discutido por Kergoat (2009) que marca profundamente a própria visão das mulheres em relação aos seus direitos e oportunidades. Isso pode levar à sublimação dos desejos das mulheres e à construção de suas próprias limitações devido à exclusão social que vivenciam.

Dessa forma, parece que as catadoras que não tiveram outra experiência anterior de trabalho tendem a permanecer na cooperativa e construir sua identidade a partir da catação no EES, “*eu sou boa triadora*” “*É isso que eu sei fazer, e eu sei que eu*

sou boa nisso” “Até poderia trabalhar de outra coisa, mas eu gosto mesmo disso daqui, acho que só saio se acontecer alguma coisa mesmo, que nem a vez que meu filho teve que fazer cirurgia”. Percebe-se que essa autovalorização está diretamente relacionada com o fato de não ficarem mais somente em casa, como se evidencia na fala de V.S.:

Hoje em dia eu vejo que nós mulheres temos que conquistar, tem muitas coisas pra gente conquistar. E a questão da gente ver a nossa valorização, como mulher e como dona do seu próprio nariz, vamos dizer; eu não preciso dar satisfação do meu dinheiro. Você cumpriu as suas obrigações dentro de casa, o seu dinheiro é livre, porque, hoje em dia, você olha e fala assim “caramba, antigamente eu não conseguia pintar cabelo, fazer cabelo, fazer unha”, né? Era mulher pra dentro de casa, não era aquela mulher que podia ter contato com muitas pessoas, conhecer outras pessoas, só conhecia aquele mundo. A partir do momento que eu comecei a trabalhar aqui [na cooperativa] eu comecei a ter outra visão da vida, comecei a querer conquistar, a querer ter as coisas, a valorizar também o que eu tenho. Porque antes era “Ah, ele comprou isso, tá bom, tô satisfeita”, e não é, né? Ainda mais a gente que tem filho, sempre quer mais. Pra mim, é muito importante trabalhar, eu não consigo ficar em casa, não dá. Eu sou muito agitada, não tem como. Pra mim é maravilhoso trabalhar. Apesar das dificuldades daqui, eu gosto muito, não tem como, eu gosto muito do trabalho daqui [na cooperativa].

(V.S., 31 anos, 4 filhos)

Esse sentimento de conquista pode estar relacionado com a própria modificação em suas estruturas de vida propiciadas pelo trabalho na cooperativa. Então, se de um lado a permanência na cooperativa pode representar uma limitação das possibilidades, de outro, representa a conquista da ampliação da não possibilidade anterior, que era a de continuar a ser dona de casa.

Em virtude disso, entende-se que essas mulheres são catadoras por conveniência, justamente, porque foi conveniente trabalhar em um local próximo de casa, com familiares e conhecidas, que permitiria a conciliação do cuidado com os filhos e a aquisição de uma autonomia financeira. Observa-se, portanto, que não foi o desemprego e a precariedade do trabalho anterior que as levaram à cooperativa, mas a possibilidade “inesperada” que surgiu e materializou suas vontades de obter renda e continuar cuidando dos filhos. Nota-se que, de certo modo, a segregação espacial urbana também contribuiu para o ingresso dessas mulheres à cooperativa, uma vez que essas nem cogitaram a busca por outros trabalhos, pois sabiam que esses seriam distantes, ou que seriam em atividades que elas não queriam realizar, como a função de empregada doméstica.

6.4.4 Similaridades entre os três grupos de catadoras

Foram recorrentes nas falas das catadoras entrevistadas as dificuldades surgidas na vida conjugal, associadas, não somente às obrigações com a casa e os filhos, mas, principalmente, pelo uso excessivo de bebidas alcóolicas e drogas pelos parceiros, o que, muitas vezes, levava à violência verbal e física. Dentre todas as catadoras dos três grupos que relataram ter sofrido algum tipo de violência (sete mulheres), a grande maioria era de catadoras estruturais (cinco mulheres). Destaca-se aqui um dos casos relatados e que foi marcante: o de R.C.B. (30 anos, 3 filhos).

Foi em dois mil e quatorze que ele tentou me matar. Ele já tentava desde o namoro e me batia, quando eu tive meu filho, em dois mil e nove, ele pôs a faca aqui [apontou para a barriga] e até hoje meu filho lembra. Ele vinha noiado e bêbado sabe? Aí queria zuar eu, e eu trabalhando aqui, em dois mil e quatorze ele me jogou o vidro, era pra pegar a minha cabeça, mas eu levei a mão, quando eu pus a mão, ela rasgou, parecia um coração, aí eu fui pro hospital me deram anestesia e costuraram (...). Nós voltamos o ano passado, em dois mil e quinze, mas daí eu falei pra ele “quer ficar comigo é do meu jeito, cansei de apanhar, cansei de tudo” aí a gente começamos a combinar e casamos, ele tá doente agora, tem problema no osso, não tem força pra me bater, não. Eu queria muito casar no papel, era o meu sonho. [sic]

(R.C.B., 30 anos, 3 filhos)

Partindo-se da lógica patriarcal, é possível inferir que existe uma banalização da violência contra a mulher, e uma permissividade social para que os homens possam exercer a virilidade baseada na força/dominação, o que leva a uma ruptura dos diferentes tipos de integridade da mulher, quais sejam a física, a sexual, a emocional e a moral, como afirma Saffioti (2004).

Os dados da pesquisa *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, publicada pelo IPEA, indicam que as maiores vítimas da violência doméstica são mulheres negras, jovens e pobres⁴⁷ (GARCIA *et al.*, 2013). Perfil que coincide com o grupo de mulheres catadoras e os seus relatos. Notou-se que das sete mulheres que sofreram algum tipo de abuso, apenas duas continuaram no relacionamento, as quais são, justamente, catadoras estruturais. Com exceção dessas duas mulheres, todas as outras terminaram seus matrimônios, por suas próprias iniciativas, logo nos primeiros

⁴⁷ Apesar dos dados indicarem esse resultado, sabe-se que mulheres de classe média e alta também estão intensamente expostas às violências domésticas, entretanto, parece haver um silêncio maior sobre o assunto nestas classes sociais, o que pode levar a falsa impressão de que as mulheres de classe baixa sofrem mais do que as outras mulheres (SILVA, 2007).

sinais de abuso, o que as fez terem diversos parceiros ao longo da vida e se tornarem chefes de família.

Associado a esse aspecto da violência doméstica, muitas das catadoras relataram não confiar em deixar seus filhos/as com seus cônjuges por terem medo de eles agredirem ou abusarem dos/as filhos/as. Esse fato chamou bastante atenção, pois demonstra a complexidade da igualdade entre os gêneros em relação à jornada reprodutiva. Observa-se que não é simplesmente a predisposição do homem em participar das tarefas domésticas que definirá a superação das desigualdades entre os gêneros, mas sim, a ruptura com a lógica hegemônica do capital e do patriarcado que permitirá a construção de novas relações sociais. Além disso, observa-se que as condições de vulnerabilidade social existentes no cotidiano das mulheres catadoras deste estudo reforçam e cristalizam as dinâmicas da divisão sexual do trabalho, expondo-as ainda mais às vulnerabilidades socioambientais.

Outra similaridade importante encontrada entre os três grupos de catadoras diz respeito ao processo de feminização na catação, anteriormente identificado por Cherfem (2014). Observou-se que, dentre as dezesseis mulheres, apenas duas foram casadas com homens catadores e que, desses, apenas um permaneceu na catação até o fim da vida. Das oito catadoras que estão atualmente em um relacionamento conjugal, nenhum dos parceiros é catador. A maioria trabalha na construção civil como pedreiro ou ajudante de pedreiro, como pode ser observado no Quadro 22.

Entrevistada	Ocupação do companheiro
T.C.M.	Ajudante de Pedreiro
A.C.P.	Motorista
J.S.J.	Motorista
R.C.B.	Pedreiro
V.S.	Técnico de gestão de projetos sociais
S.S.J.	Ajudante de Pedreiro
A.S.S.	Ajudante geral nos correios
L.S.	Pedreiro

Quadro 22 – Ocupações dos companheiros das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Essa relação pôde ser identificada também no perfil dos familiares homens das catadoras. Tanto seus pais, como seus irmãos, em sua grande maioria, trabalham na construção civil. Apenas três catadoras disseram ter familiares homens na catação e, no entanto, onze das catadoras relataram ter familiares mulheres na atividade. Também

compararam-se os trabalhos exercidos pelos filhos e filhas das catadoras e, novamente, identificou-se um padrão de gênero na catação. Dentre as sete catadoras que possuem filhos/as em idade adulta (com mais de 19 anos), observa-se que os filhos homens, ou estão desempregados e presos, ou trabalham em outras atividades como pedreiro, garçom, motorista e segurança. Enquanto as filhas, em sua maioria, ou são donas de casa, ou são catadoras. Das onze filhas analisadas, apenas duas trabalhavam em outra atividade: na indústria metalúrgica e como agente de saúde, como pode ser visto no Quadro 23.

Entrevistada	Número de filhos em idade adulta	Filhos	Filhas
H.D.S.	3	1-Garçom 2-Ajudante de caminhão	3-Dona de casa
M.C.S.	3	1-Desempregado 2-Ajudante de pedreiro	1-Dona de casa
T.S.	2	-	1-industriária 2-Dona de casa
F.C.B.	6	1-Presidiário 2-Ajudante de pedreiro 3-Desempregado	4-Catadora 5-Catadora 6- Agente de saúde
L.S.	3	1-Motorista	2-Catadora 3-Catadora
V.L.A.	5	1-Presidiário 2-Presidiário 3-Trabalha em metalúrgica 4-Segurança de banco	5-Catadora
J.M.	2	1-Ajudante de pedreiro	2-Dona de casa

Quadro 23 – Ocupações dos filhos e filhas das mulheres catadoras participantes deste estudo. Fonte: Dados da pesquisa.

Parece que há uma tendência de repetição de trajetória de vida familiar não somente em relação à gravidez na adolescência, mas também quanto ao ingresso feminino na atividade da catação: dois fenômenos, inclusive, que parecem ter relação direta entre si. Para Cherfem (2014), a presença massiva de mulheres na catação parece estar associada ao fato de os homens negros, de baixa escolaridade e pouca formação profissional, terem mais chances de ingressar no mercado formal do que as mulheres nas mesmas condições, ou, ainda que, trabalhando informalmente, as condições trabalhistas dos homens são melhores, como no caso da construção civil. Assim, parece haver uma perspectiva mais ampla para os homens, que a princípio, não cogitam trabalhar com a catação, pois esperam conseguir alguma atividade melhor. Segundo o relato de H.D.S. (48 anos, 3 filhos), seu filho, que foi criado no lixão, é totalmente

avesso à ideia de trabalhar como catador. “*Meu menino me xinga, quando eu falo pra ele trabalha comigo*”. Ele diz “*prefiro ficar desempregado, daqui a pouco, eu arranjo um trabalho, eu não sirvo pra ficar mexendo em lixo, não*”.

Além disso, pelo fato das mulheres passarem mais tempo na favela, por conta dos afazeres domésticos, para elas, a cooperativa possui um atrativo muito maior do que simplesmente a remuneração. Apesar das mulheres terem trajetórias distintas, um elemento presente em todos os grupos, foi a preocupação em conciliar a dupla jornada de trabalho. No entanto, observou-se que a necessidade de flexibilização para com os afazeres domésticos está envolta em outros fatores que a complexifica, como a segregação espacial urbana e a vulnerabilidade social. Dessa maneira, pode-se refletir que enquanto o homem busca um trabalho, principalmente pela remuneração, a mulher busca uma alternativa, algo que lhe dê renda, mas também flexibilidade. Potencialmente, essa é a razão das mulheres aceitarem as condições precárias da ocupação, e por ser maioria nas cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis (CHERFEM, 2014; WIRTH, 2013; CARRASCO, 2006).

6.5 A Cooperativa das Rosas e as injustiças ambientais

No caso da Cooperativa das Rosas, observa-se que existem riscos ambientais associados ao trabalho com a catação devido, principalmente, ao manuseio com os materiais e à precariedade das condições de infraestrutura. A condição de variação extrema de temperatura conforme o clima; a exposição ao sol e chuva; a estrutura provisória do galpão (madeirite) e da rede elétrica; a presença de pombos e animais mortos e o contato com os materiais podem afetar a saúde das mulheres e levá-las a acidentes de trabalho. Vê-se que essas mulheres realizam uma ocupação que é insalubre, arriscada e precária, estando diretamente associada à desigualdade social que vivenciam (MALERBA, 2004).

Além dos riscos aos quais estão expostas, as catadoras são exploradas pelos atravessadores e pela indústria da reciclagem, alcançando baixas remunerações. Como visto, as mulheres possuem uma renda que varia de R\$650 a R\$800, possuindo, em média, quatro dependentes. Também foi observado que a maioria das mulheres é chefe de família. Nessa conjuntura, observa-se que há uma desigualdade ambiental também na

esfera do consumo (ACSERALD *et.al*, 2008). As mulheres não possuem o mesmo poder de compra daqueles que geram os resíduos que elas triam. Sendo assim, existe de um lado, um segmento social pequeno cujos altos padrões de consumo pressionam por uma apropriação ultra intensiva e pouco previdente dos recursos naturais (ACSERALD *et.al*, 2008), e de outro, as mulheres catadoras que permanecem abaixo dos patamares de consumo necessários à qualidade de vida e, ainda, sofrem com os riscos indesejáveis do trabalho com os resíduos sólidos.

Adiciona-se também, a importância do trabalho realizado por essas mulheres para a mitigação dos problemas ocasionados pelo excesso de resíduos que são gerados, principalmente, pelo grupo de alto poder aquisitivo. Observa-se, portanto, que essas formas sociais de apropriação e exploração, que levam a exposição das mulheres aos riscos ambientais, culminam na condição de injustiça ambiental associada ao seu trabalho.

Também foi observada que essa injustiça ambiental está ligada à consubstancialidade entre classe, raça e gênero (KERGOAT, 2003). Constatou-se que, além da cooperativa ser composta apenas por mulheres, a predominância é de mulheres negras. Como visto anteriormente, pode-se analisar o trabalho da catação como um “trabalho considerado feminino” (CURIEL, FALQUET, 2005). Esse trabalho é desvalorizado justamente pela possibilidade do capital realizar a apropriação dos/as trabalhadores/as, e esse trabalho pautar-se no aumento da produtividade e barateamento da força de trabalho (CURIEL, FALQUET, 2005).

Logo, a lógica dos vasos comunicantes que se estabelece não é ocasional (CURIEL, FALQUET, 2005). Foi determinada justamente com o propósito da acumulação capitalista (CURIEL, FALQUET, 2005; HARVEY, 2005). A partir disso, entende-se a razão pela qual é justamente os indivíduos mais vulneráveis que ocupam os trabalhos mais precários, insalubres e com riscos (MALERBA, 2004). Assim, vê-se que quanto mais imbricadas as relações de classe, raça e gênero, maior é a invisibilidade pública e maior é o fardo ambiental para essas pessoas, como no caso aqui estudado pelas mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas.

Percebeu-se também que a presença das catadoras na cooperativa está articulada às suas responsabilidades domésticas. A dupla jornada de trabalho das catadoras acaba por fazê-las aceitar as condições de precariedade e desvalorização da atividade, já que a cooperativa se destaca como uma oportunidade frente aos desafios da vulnerabilidade

socioambiental existente em seus cotidianos. Nesse contexto, destacou-se a relação entre a gravidez na adolescência das mulheres entrevistadas e suas participações no EES. Essa relação parece ajudar a estabelecer um padrão familiar, em que as mulheres adentram a catação e os seus familiares homens, não. Essa condição social demonstra a própria tendência à perpetuação da catação, uma vez que mulheres jovens iniciam as atividades como catadoras, como alternativa as suas condições socioambientais, e permanecem na ocupação.

Apesar da situação de injustiça ambiental que permeia o trabalho na Cooperativa das Rosas, notou-se que o que era um fardo se tornou uma oportunidade. A atuação na cooperativa permitiu melhores condições de trabalho e renda para as catadoras estruturais; propiciou que as catadoras conjunturais por conveniência conseguissem superar as longas distâncias dos trabalhos anteriores, o que facilitou a conciliação com a dupla jornada de trabalho e; significou autonomia financeira e a possibilidade de socialização para as catadoras conjunturais por ocasião, as quais só ficavam em suas residências como “donas de casa”.

Para essas mulheres que já estão expostas a riscos e a uma condição de vulnerabilidade ambiental, a cooperativa representa um espaço de resistência, e de certo modo, melhores condições de lidar com os desafios de seus cotidianos. Em virtude disso, a atividade da catação não deve ser condenada por conta dos riscos associados à atividade, mas sim, melhor estruturada e organizada para garantir condições de trabalho adequadas àquelas que vivem dessa atividade. Além disso, deve-se estabelecer uma relação de justiça na cadeia da reciclagem, valorizando o trabalho das catadoras.

A respeito disso, sabe-se que a maioria das cooperativas no País possui baixa infraestrutura (SILVA, GOES, ALVAREZ, 2013). Portanto, acredita-se que potencialmente apresentam condições de risco ambiental similares às encontradas na Cooperativa das Rosas. Existe uma tendência das mulheres se concentrarem em EES com número menor de integrantes e em uma situação maior de precariedade, enquanto que, ao contrário, os homens participam de EES com número maior de participantes e com melhores condições estruturais (WIRTH, 2013; SIES, 2007; CARRASCO, 2006). Logo, compreende-se que provavelmente são as mulheres que compõe os EES de catadores/as com baixa infraestrutura que apresentam maiores exposições aos riscos ambientais. Além disso, as mulheres se concentram na triagem, função mais desvalorizada, pior remunerada e com grande risco ocupacional (WIRTH, 2013). Em

detrimento dessas evidências e daquelas apresentadas ao longo deste estudo, considera-se que há uma injustiça ambiental por gênero e raça na catação. Por essa razão se faz importante a construção de políticas públicas que considerem esses aspectos.

7. Considerações Finais: a dupla jornada de injustiça ambiental

Ao longo desta pesquisa, buscou-se entender a relação entre gênero e meio ambiente em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Para tanto, procurou-se compreender essa relação a partir dos espaços de moradia e trabalho das catadoras. A partir disso, percebeu-se a condição de injustiça ambiental nesses dois espaços. Também se constatou que a dupla jornada de trabalho das mulheres complexifica suas exposições aos riscos ambientais e, portanto, à situação de injustiça ambiental. Assim, a condição de injustiça ambiental somada aos fatores da dupla jornada de trabalho caracteriza o que foi denominado neste estudo de “dupla jornada de injustiça ambiental”.

A primeira jornada está associada aos riscos ambientais ligados à habitação e, a segunda refere-se à precariedade do trabalho e aos riscos ocupacionais. Verificou-se que as mulheres estão mais expostas aos riscos justamente devido à dupla jornada de trabalho. Desse modo, constatou-se que a divisão sexual do trabalho tem estreita relação com a maior exposição dessas mulheres aos riscos ambientais, o que possibilitou atingir o objetivo da pesquisa e compreender como os aspectos ambientais e de gênero se inter cruzam no cotidiano das mulheres catadoras da Cooperativa das Rosas.

Referente à primeira proposição desta pesquisa, de que “existem injustiças ambientais na moradia e no trabalho de mulheres catadoras” entende-se que as evidências apresentadas ao longo do estudo corroboram essa assertiva. Constatou-se que os marcadores sociais como origem, classe, raça e gênero foram importantes elementos para definir a segregação espacial urbana das mulheres. Essa segregação levou as catadoras a terem piores condições de moradia e piores condições de acesso ao trabalho. Também foi notório o entendimento de que as catadoras estão mais expostas aos riscos ambientais associados à favela onde vivem se comparadas aos de seus familiares homens, justamente por passarem mais tempo em casa devido aos afazeres domésticos.

Além disso, percebeu-se que no contexto da Cooperativa das Rosas, a mulher negra se encontra em uma situação maior de vulnerabilidade estando ainda mais exposta aos riscos ambientais por ter sua habitação localizada nas partes mais sujeitas aos riscos ambientais. Assim, observou-se que há uma injustiça ambiental por raça e gênero na Favela Jardim das Flores, e que esta, potencialmente retrata a realidade da maioria das favelas do País. Dessa forma, depreendeu-se a primeira jornada de injustiça ambiental

da mulher catadora deste estudo, em que suas responsabilidades reprodutivas expõem-nas aos riscos associados às suas moradias.

Também foram identificados riscos ocupacionais ligados à atividade da catação, e especificamente, das condições infraestruturais da Cooperativa das Rosas, que por ter uma estrutura provisória e precária acarreta riscos à saúde de suas trabalhadoras. Também se constatou uma desigualdade ambiental na esfera do consumo, as mulheres não possuem o mesmo poder de compra daqueles que geram os resíduos que elas triam. Além disso, foi evidenciada a consubstancialidade de classe, raça e gênero na cooperativa. Deflagrando-se, assim, a segunda jornada de injustiça ambiental ligada aos riscos associados à atividade de trabalho e à sua infraestrutura.

Partindo da constatação das relações entre gênero, catação e injustiça ambiental, procurou-se entender a relação entre as precárias condições de trabalho e a presença majoritária de mulheres no EES. Notou-se que as questões de gênero associadas ao cotidiano das mulheres entrevistadas influenciaram diretamente seu ingresso na atividade da catação e em sua permanência. Por causa da noção do trabalho reprodutivo das mulheres, a Cooperativa das Rosas poderia ser enquadrada como uma “Cooperativa de Mães”, na qual se percebeu uma relação direta entre a maternidade, especialmente associada à gravidez na adolescência, e à atividade da catação.

Para entender melhor essa relação, foram identificadas três trajetórias distintas entre as catadoras entrevistadas: catadoras estruturais; catadoras conjunturais ocasionais e; catadoras conjunturais por conveniência. A partir das diferenças e similaridades observadas entre os três grupos de mulheres catadoras, percebeu-se que fatores como a trajetória familiar, vulnerabilidade social e segregação espacial urbana foram os principais motivos que levaram as mulheres à catação. Percebeu-se que as entrevistadas não estão na atividade da catação apenas como forma de sobrevivência ou simplesmente porque estavam desempregadas. Algumas das catadoras, inclusive, optaram por deixar outros trabalhos melhor remunerados para adentrarem na catação. Isso porque a atividade oferece outros benefícios, como a proximidade entre o trabalho e a moradia, o que possibilita a conciliação entre a dupla jornada de trabalho.

Em relação à segunda proposição feita neste estudo de que “a dupla jornada de trabalho das mulheres catadoras leva a uma condição de injustiça ambiental por gênero na catação” considera-se que a partir da apreensão de que (i) há uma injustiça ambiental associada à cadeia da reciclagem que atinge os/as catadores/as; (ii) há uma feminização

na catação (CHERFEM, 2014); (iii) as mulheres se concentram na etapa de triagem dos materiais recicláveis (WIRTH, 2013) e que; (iv) a divisão sexual do trabalho é uma organização social estruturante. Este estudo também mostra evidências de uma injustiça ambiental por gênero na catação. A partir disso, percebeu-se que as mulheres catadoras não estão expostas apenas às injustiças da cadeia da reciclagem, mas que, devido à sua vulnerabilidade social atrelada à divisão sexual do trabalho, sofrem uma dupla jornada de injustiça ambiental: a injustiça associada à catação e a injustiça associada à moradia, e que em ambas as situações, as mulheres catadoras estão em condições mais vulneráveis do que os homens.

Sabe-se que esta pesquisa apresentou limitações, uma vez que a escolha por um estudo exploratório e com caso único não permite generalizações. Da mesma forma, optou-se por estudar um grupo de mulheres que tem o trabalho e a moradia no mesmo território, o que certamente confere características específicas no cotidiano dessas mulheres. Outro aspecto a ser explorado, mas que extrapolaria o escopo da pesquisa, refere-se ao fato de terem sido entrevistadas apenas as mulheres catadoras e não também os seus cônjuges, o que pode ter reduzido o alcance da análise sobre as relações de gênero.

Assim, recomenda-se a continuidade de estudos que relacionem os aspectos ambientais aos de gênero na catação, principalmente sobre orientação dos conceitos da justiça ambiental. Porém, para a perspectiva de gênero, se indica, além da divisão sexual do trabalho, a adoção da abordagem teórica do feminismo descolonial (LUGONES, 2015). Essa sugestão se deve pela consideração de que a maioria das mulheres catadoras se encontra no Sul Global e de que, essa teoria considera elementos específicos das mulheres do Sul, como o reflexo do colonialismo. Também se sugere que futuros estudos de gênero e meio ambiente na catação utilizem métodos que considerem: mais de um caso; que realizem entrevistas com os gêneros masculino e feminino, e que trabalhe em outras escalas (regionais, estaduais, nacionais, e internacionais).

Ao longo deste trabalho foram observadas lacunas teórico-empíricas de alguns temas aqui estudados, portanto, sugere-se que estudos futuros busquem: compreender os mecanismos de injustiça ambiental por gênero e raça nas favelas; entender como se dão os fatores de gênero associados à identidade sexual, orientação sexual e expressão sexual nas cooperativas de catadores/as; apreender as razões que influenciam as diferenças nas trajetórias profissionais de mulheres catadoras e seus cônjuges (por que a

mulher se torna catadora e o homem, não?); compreender a relação entre gravidez na adolescência e a catação; entender como se dá a segregação espacial urbana no cotidiano das mulheres catadoras e se isso influencia na permanência da mulher nessa profissão; compreender como são distribuídos os riscos ambientais ao longo da cadeia da reciclagem por gênero e; refletir sobre o estigma da precariedade do trabalho com a catação por meio de uma pesquisa comparativa com outros segmentos de trabalhadores/as.

Acredita-se, profundamente, na importância do trabalho das mulheres catadoras e sabe-se que, para que esse trabalho aconteça de forma adequada e justa social e ambientalmente é preciso romper com determinadas lógicas e relações sociais. Crê-se no movimento por justiça ambiental, sabe-se que existem desafios para o seu alcance devido à lógica hegemônica. Contudo, acredita-se ser possível a busca por justiça ambiental na cadeia da reciclagem e no cotidiano das mulheres catadoras. A implantação de políticas públicas que considerem os aspectos de gênero na cadeia da reciclagem e; a reflexão e articulação das mulheres catadoras sobre os aspectos identificados neste estudo são ações potenciais de alteração na realidade atual e podem ser um primeiro passo para o alcance da justiça ambiental. Entende-se que seja imprescindível a articulação de gênero nos estudos ambientais, dada a desigualdade socioambiental em que as mulheres se encontram. Espera-se que novos estudos e novas ações possam ser inspirados a partir desta pesquisa.

8. Referências Bibliográficas

ABIKO, A. K. Quanto custaria urbanizar uma favela? In: **Anais... Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro- IPPUR, UFRJ: “A Cidade de Informalidade”, Rio de Janeiro de 29 e 30 de abril, 2002.

ABRAMO, L. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. IPEA, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Justiça Ambiental – Novas articulações entre meio ambiente e Democracia**. Sindicalismo e Justiça Ambiental, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-12, 2000.

_____. **Justiça Ambiental e a Construção Social do Risco**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Ed. UFPR, v.5, n.5, p. 49-60, 2002.

_____; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C.; MONKEN, M. **Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil**. In: Território, ambiente e saúde. Editora Fiocruz, p. 101-116, 2008.

_____; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. **A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socio-ambientais no Brasil – uma introdução**. In: _____. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, p. 9-20, 2004.

_____. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AIRES, L. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>. Acesso em: 02 dezembro 2015.

ALASZEWSKI, A. **Using diaries for social research**. London: Sage, 2006.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 236 p. 2004.

ANDERSON, K; JACK, D.C. **Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses**. In: *Women’s Words: The feminist practice of oral history*. New York, London: Routledge, pp. 77-91, 1991.

BARONCELLI, L. Amor e ciúme na contemporaneidade: Reflexões psicossociológicas. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011.

BARROS, V.A; LOPES, F.T. Considerações sobre a Pesquisa em História de Vida. In: SOUZA, E.M. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Espírito Santo: Edufes, 2014.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama. Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BEALL, J. Thoughts on Poverty from a South Asian Rubbish Dump: Gender, Inequality and Household Waste. **IDS Bulletin**. Vol. 28, Nº 3, p.1-18, 1997

BELL, L. Ethics and Feminist Research In: HESSE-BIBER, Sharle N. **Feminist Research Practice: A primer**. United States of America: Sage Publications. Boston College. 2 ed, 2014.

BIRKBECK, C. Self-Employed Proletarians in an Informal Factory: The Case of Cali's Garbage Dump. In: **World Development**. Vol.6, Nº. 9/10, p.1173-1185,1978.

BONDUKI, N. **São Paulo na virada do século XXI: cidade, cultura e a luta contra a exclusão**. Brasília, Ministério das Cidades, 2005. Disponível em <www.cidades.gov.br>. Acesso 10 de set de 2015.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. (2010). **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei no 12.305 de 02 de agosto de 2010. Brasília. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 30/07/2016.

BULLARD, R.D.; WARREN, R.C.; JOHNSON, G.S. **The quest for environmental justice**. Human rights and the politics of pollution, 2005.

BURAWOY, M. The Extended Case Method. **Sociological Theory**, v. 16, n. 1, mar 1998, pp. 4-33.

_____ Introduction: Reaching for the global. **Global ethnography: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world**, p. 1-40, 2000.

BURGOS, R. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de doutorado. São Paulo, 2008.

BURSZTYN, M. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua**. In: BURSZTYN, M. (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

CALDERONI, S. **Perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no Município de São Paulo**. Tese apresentada ao Depto de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

CAMACHO, D. (Ed.) **Environmental injustices, political struggles**: race, class and the environment. Durham & London: Duke University Press, 1998.

CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009.

CARRASCO, C. Economia Feminista: una apuesta por outra Economia In: Maria Jesus Vara (coord). **Estudios sobre gênero y economia**. Ec Akal, Madrid. 2006.

CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, 2009.

CAVALCANTE, S.; FRANCO, M. F. A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Rev. Mal-Estar Subj**, v.7, n.1, p. 211-231, 2007.

CEPAL, PNUD. OIT 2008, **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente**: A Experiência Brasileira Recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: Desafios de um setor. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. – Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CHERFEM, C. O. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós Graduação em Educação. Tese de doutorado. Campinas, 2014

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, v. 2, n. 28, p. 133-149, 2014.

CONCEIÇÃO, M.M. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

_____. A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e o uso das cooperativas de reciclagem: uma alternativa aos problemas do meio ambiente. **V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo**. Movimento Cooperativo, Transnacionalização e identidade cooperativa na América Latina. São Paulo, 2008.

CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa** - métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CURIEL, O; FALQUET, J. **El patriarcado al desnudo**: Três feministas materialistas Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Brecha Lésbica: Buenos Aires, 2005.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DE PÁDUA BOSI, A. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos ca de recicláveis. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 49-66, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. The discipline and practice of qualitative research. **Handbook of qualitative research**, v. 2, p. 1-28, 2000.

DEVREUX, A-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DIAS, S; MATOS, M; OGANDO, A. C. Mujeres Recicladoras: contruyendo uma agenda de gênero em las organizaciones de recicladore. In: CASTELLANO, F.L. **Medio Ambiente y Desarrollo: Miradas feministas desde ambos hemisférios**. Espanha: Universidade de Granada, 2013.

_____; FERNANDEZ, L.. Waste pickers—a gendered perspective. **United Nations Development Programme. Powerful synergies: Gender Equality, Economic Development and Environmental Sustainability**, p. 163-165, 2012.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 121-142, 2008.

FALQUET, J. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres - análises feministas e imbricacionistas. **Revista Crítica Marxista** nº 36: São Paulo, 2013.

FCC. Fundação Carlos Chagas. **Ganhos de homens, ganhos de mulheres**, 2009. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie8.php?area=series>. Acesso em: 26 mar 2015.

FERREIRA, J. A.; DOS ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.

FIGUEIREDO, F.F. O ambientalismo econômico no discurso da reciclagem de materiais. **Revista Lampejo**, p 60-66 n.3, junho de 2013.

FRANÇOISE, M; DUCHET, C. **Narrative Structures, Social Models and Symbolic Representation in the Life Story**. In GLUCK, S.B; PATAI, D. Women's Words: The feminist practice of oral history. New York, London: Routledge, pp. 77-91, 1991.

FRASER, H. **Doing Narrative Research: Analysing Personal Stories Line by Line**. Sage Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v.3, n.2, p. 179-201, 2004.

FUREDY, C. Social aspects of solid waste recovery in Asian cities. **Environmental Sanitation Information Center**, Asian Institute of Technology, 1990.

GALON, T; MARZIALE, M.H. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo In: PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L.(Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: IPEA, p.558, 2016.

GARCIA, L. P; FREITAS, L; SILVA, G; HÖFELMANN, D. **A Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. São Paulo: Ipea, 2013.

GARCIA, L. G. **Meio ambiente e gênero**. Editora Senac, São Paulo, 2012.

GODOY, S. R. **Muito além da lata de lixo: a construção da política pública e a organização do mercado de limpeza urbana no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), 146 f. Universidade de São Paulo, 2015.

GONCALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, 2007.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F et al **Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil– MNCR**. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2010.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental. Tese de doutorado. São Paulo, 2009.

GOULART DE OLIVEIRA, F.; DE PAULA, A.L.F. Eficiência e Solidariedade nas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis. **Working Paper** n.22, 2012.

GOULD, K.A. ACSERALD, H., HERCULANO, S., PÁDUA, J. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 69-80, 2004.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

GUILLAUMIN, C. **Practica Del poder e Idea de Naturaleza** In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. El patriarcado al desnudo: Tres feministas materialistas Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Brecha Lésbica: Buenos Aires, 2005

GUHA, R. **Environmentalism: A Global History**. Longman, New York, 2000.

HARVEY, D. **Produção Capitalista do Espaço**. Annablume, 2005.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N do. Nota sobre desigualdade racial e política no Brasil. In HASENBALG, C; VALLE SILVA, N do; LIMA, M. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HEILBORN, M. L., BRANDÃO, E. R. **Ciências sociais e sexualidade**. In: HEILBORN, M. L. (Org.). Sexualidade. O olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.7-17.

_____. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **ENCONTRO DA ANPPAS**, v. 1, 2001.

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Globalização, trabalho e gênero. **Revista Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, 2015.

HIRATA, M. S. **Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo**: uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

HUNT, C. Child waste pickers in India: the occupation and its health risks. **Environment and Urbanization**, v. 8, n. 2, p. 111-118, 1996.

_____. Relatório de Pesquisa — Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Diagnostico dos Resíduos Urbanos, Agrosilvopastoris e a Questão dos Catadores. Brasília, IPEA. Comunicado IPEA 145, 2012.

_____. Retrato das desigualdades de gênero e raça [et al.] - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il., 2011

JACOBI, PEDRO R.; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 90-104, 2006.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. [tradução de Pedrinho A. Guareschi]. Petrópolis: Vozes, 2002.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. Profile of gender violence by intimate partners. **Revista de saúde pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEAL, A.C; THOMAZ. Jr., ALVES, N; Gonçalves, M. A.; DIBIEZO, E. P. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n.19, p. 177-190, jul/dez. 2002.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa, Ulisseia, 1969.

LEFF, E. (Ed.). **Justicia ambiental: Construcción y defensa de los nuevos derechos ambientales culturales y colectivos en América Latina**. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2001.

LEGASPE, R.L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo**. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores. Dissertação. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

LIMA E SILVA, P. P., GUERRA, A. J. T., & MOUSINHO, P. (1999). **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Vozes, 2003.

LUCAS, R. P. **O Código Florestal em Meio Urbano: implicações da aplicação da Lei nº 7.803/89 na regularização de assentamentos irregulares em grandes cidades**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n.3, 2015

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p.389 – 404, maio/ago, 2008.

MACHADO, L.Z. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

MADSEN, C. A. Feminizing waste: waste-picking as an empowerment opportunity for women and children in impoverished communities. **Colo. J. Int'l Evtl. L. & Pol'y**, v. 17, p. 165, 2005.

MALERBA, J. **Meio ambiente, classe e trabalho no capitalismo global**: uma análise das novas formas de resistência a partir da experiência da ACPO In: ENCOTRO NACIONAL DA ANPPAS, 1, 2004.

MARTINEZ-ALIER, J.M. **Ecología y pobreza**. In: Conferencia pronunciada en el centro de la Obra Social i Cultural de la Caixa d'Estalvis de València, Castelló i Alacant (Bancaixa). 1992.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto, 2007.

MARTINS, C.H.B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

MEDEIROS, L.F.R; MACÊDO, K.B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, 18 (2) pp 62-71; mai/ago de 2006.

MENDES, J.M.O. Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: **algumas reflexões metodológicas**. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <http://mtis2.ds.iscte.pt/texto/JMM_Perguntarobservar.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

MOLLINEDO, C.L. Movilidad cotidiana em las áreas metropolitanas de Andalucía: Implicaciones de gênero y médio ambiente In: **Medio Ambiente y Desarrollo: Miradas feministas desde ambos hemisférios**. Espanha: Universidade de Granada, 2013.

MNCR, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. Mercado de trabalho conjuntura e análise**. Ipea, 41, Brasília: MTE, 2009. p, 55-58.

MOSEDALE, S. "Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework." **Journal of International Development**, 17, 243-257, 2005.

NAZARENO FLORES, Guilherme; MARAFIOTI MARTINS, Clayton. Consequências da incineração como paradoxo à justiça ambiental e à sustentabilidade na política nacional de resíduos sólidos. **Revista Justiça do Direito**, v. 27, n. 1, p. 68-90, 2013.

NEUMAYER, E. and T. PLÜMPER (2007). Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981–2002, **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 97, September 2007, Issue 3, pp 551–566. doi: 10.1111/j.1467-8306.2007.00563.x

NOVELLINO, M. S. Ferreira. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). IN: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais 4 a 8 de novembro 2002.

OCDE. Education at a Glance 2013: OECD Indicators. Paris, França: OECD Publishing, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en>.

ONU Mulheres O Futuro que as Mulheres querem: **Uma visão do desenvolvimento sustentável para todos**. Nova Iorque: Suazion, (2012)

PÁDUA, A. B. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n.67 jun. p.101-116, 2008.

PÁDUA, J.A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Zahar, 2002.

PASTERNAK, S. **A favela que virou cidade**. In: URBAN RESEARCH SYMPOSIUM, 2005, Brasília. Anais. [S.l.], p. 1-33 , 2005.

PEREIRA, M.C.G. **Luta por reconhecimento e desigualdade social**: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). Dissertação. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo. São Paulo, 2011.

PINHEIRO, L. S; LIMA, A. T; FONTOURA, N. de O; SILVA, R. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Nota Técnica nº 24. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

PINHEL, J.R (Org). **Do lixo à cidadania** – Guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PORTILHO, M.F.F. **Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores**. 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PORTO M.F.S. Saúde Pública e (In)Justiça Ambiental. In H Acselrad, S Herculano & JÁ Pádua. **Justiça ambiental e cidadania**. Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Ciência e saúde coletiva**, v. 10, n. 4, p. 829-839, 2005.

_____; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus–Actas em Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 26-37, 2009.

_____. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 31-58, 2011.

_____.; DA ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, 2014.

_____ et al. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. **Serv. soc. soc.**, n. 123, p. 523-543, 2015.

POZZEBON, M.; PETRINI, M. de C.. Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico interpretativa. **TAKAHASHI, Adriana Roseli W. Pesquisa qualitativa em administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

PRECIADO, B. Género y performance. **Revista Zehar**, v. 54, p. 1-14, 2004.

QUEIROZ, A de A.; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. Gestão de resíduos sólidos em favelas: de um problema à proposta para solução. In: **IURBFAVELAS**, Seminário Nacional sobre urbanização de favelas, 2014.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**, Rio de Janeiro: PACS, 2006.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro, PACS–Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

RAMMÊ, R. S. **As dimensões da justiça ambiental e suas implicações jurídicas: uma análise à luz de modernas teorias da justiça**. 2012.

RAMOS, Aline Mutschal; RIBEIRO, Izaque Machado; RIGONI, Rafaela de Quadros. **“Eu Sou a Sobrevivente do Que Você Joga Fora, Ou: os processos de subjetivação no trabalho de catação**. Frederico Westphalen: URI, 2007.

REINHARZ, S. **Feminist methods in social research**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOFRÍO; CABRERA, T. **Trabajadoras por la ciudad**: Aporte de las mujeres a la gestión ambiental de los residuos sólidos en América Latina — Lima: desco, 120 pp. 2012.

ROCKSTRÖM, J., W; STEFFEN, K. NOONE, Å. PERSSON, F. S. CHAPIN, III, E. LAMBIN, T. M. LENTON, M. SCHEFFER, C. FOLKE, H. SCHELLNHUBER, B. NYKVIST, C. A. DE WIT, T. HUGHES, S. VAN DER LEEUW, H. RODHE, S.. **Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity**. *Ecology and Society* v. 14, n.2, p. 32, 2009.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos, da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-367

RUBIN, G. **Thinking sex**: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies; A Reader*, p. 100-133, 1984.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena** – Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976/1969.

SAFFIOTI, H. I. B.. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.I.B; COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. **Rearticulando gênero e classe social**. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 183-215, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMSON, M. Refusing to be cast aside: Waste pickers organising around the world. **Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO)**, 2009.

SANTOS, I. J. Determinantes dos rendimentos de catadores de materiais recicláveis no Brasil: uma abordagem a partir dos microdados da amostra do censo IBGE 2010. **Rev. Pegada** – vol.14 n. 1. Jul/2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, M. C. L. **Cidades de Plástico e de Papelão**: O Habitat Informal dos Moradores de Rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. Tese de Livre-docência

apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

_____; GONÇALVES-DIAS, S. L. F. “Catar, Cuidar, Compartilhar: A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, os Catadores e a Erradicação da Pobreza”. In: Ribeiro, Wagner C. (Org.). **Governança da Ordem Ambiental Internacional e Inclusão Social**. São Paulo, Annablume, Vol. 1, p. 223-236, 2012.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

SAYAGO, J. M.; GUIDO, E. I. Caracterization de los riesgos geológicos e geomorfológicos en la ciudad de Chilecito (La Rioja), Argentina. **SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE RISCO GEOLÓGICO URBANO**, v. 1, p. 236-237, 1990.

SCHAMBER, P. J. Morfologia del fenómeno cartonero em Buenos Aires. In G. Wilde & P. J. Schamber (Orgs.), **Culturas, comunidades y procesos urbanos contemporâneos** (pp. 14-41). Buenos Aires: SB, 2006.

SCOTT, J. **Género: uma categoria útil de análise histórica**. In Crespo, Ana I., Monteiro Ferreira, Ana, Couto, Anabela G., Cruz, Isabel & Joaquim, Teresa (Org.) **Variações sobre Sexo e Género**. (pp. 49-77). Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

SCOTT, J.W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n.3, Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 1994. p.16.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas da Economia Solidária**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**: Centro Oeste, IPEA, 40 pp., 2013.

SILVA, T. M.G. “Você acha que a gente vai poder com homem?”: práticas conjugais entre mulheres das camadas populares. Tese (Doutorado), 303 fls. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p.

SOUZA, R. A. **O lixo e a conduta humana**: Gestão dos insuportáveis na vida urbana. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em

Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo, 2013.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p. Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa, 2010

TASCHNER, S. P. **Degradação ambiental nas favelas em São Paulo.** In: Espaço & Debates, n39, Nov. 1996, p104-113.

TAVARES, R. B. **Indiferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de Gênero. Tese (doutorado) - UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismos, 230pgs, 2015.

_____. Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 12, n. 2, p. 19, 2013.

TEODÓSIO, A. S. S.; GONÇALVES-DIAS, S.L.F.; SANTOS, M. C. L. **Reciclagem no interstício das relações intersetoriais:** a política nacional de resíduos sólidos e os desafios para a inclusão social e produtiva dos catadores. In: Maria Cecília Loschiavo dos Santos; Stuart Walker; Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias. (Org.). Design, Resíduo & Dignidade [Design, Waste & Dignity]. 1ed.São Paulo: Editora Olhares, 2014, v. 1, p. 231-268.

VALENÇA, M. M. **Cidade (i) legal.** Mauad Editora Ltda, 2008.

VELÁSQUEZ, M. **Hacia la construcción de la sustentabilidad social:** ambiente relaciones de género y unidades domésticas. In E. Tuñón (Coord.), Género y Medio Ambiente. México: Plaza y Valdés. 2003.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, Abril, 2011.

WIRTH, I.G. **Mulheres na triagem, homens na prensa:** questões de gênero em cooperativas de catadores. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

Yin, RK. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 3. ed., (Porto Alegre): Bookman, 1998.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais.** In: Zhouri, A; Laschefski, K Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. ANEXOS, 2010.

Sites consultados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Disponível em: <<http://www.mncr.org.br>>. Acesso em: 22 de março de 2015.

Prefeitura do Município de São Paulo, 2016a. Portal Geosampa, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 27/06/2016.

Prefeitura do Município de São Paulo, 2016b. Atlas Ambiental do Município de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 27/06/2016.

Apêndice A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E ENTREVISTA

Projeto de mestrado: “Gênero e Meio Ambiente: a dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis”

Pesquisadora Responsável: Isabella de Carvalho Vallin

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE - USP). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental

Telefone para contato: (11) 964597554

e-mail para contato: isabellavallin@gmail.com

Descrição: O projeto tem como objetivo entender a relação entre gênero e meio ambiente no cotidiano de mulheres catadoras de uma cooperativa do município de São Paulo. Para tal pretende-se: *a)* fazer um Estudo de Caso Estendido, realizando o acompanhamento sistemático da cooperativa e; *b)* entrevistar as mulheres catadoras da cooperativa sobre questões relativas ao objetivo da pesquisa. As entrevistas serão do tipo narrativa com questões meramente norteadoras, e devem ter duração média de 60 minutos. É de interesse da pesquisadora fazer registros das visitas na forma de gravações sonoras e fotografias, para que sejam utilizadas posteriormente na análise e discussão das informações coletadas. O uso destes registros tem propósito estritamente acadêmico, para pesquisa e estudo. Ao fim deste projeto será elaborado um documento contendo a síntese dos achados da pesquisa, que será entregue às entrevistadas.

Eu, _____, RG nº _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento e das imagens registradas durante a visita, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Isabella de Carvalho Vallin, responsável pelo projeto de pesquisa descrito acima, a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e depoimento para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora.

_____, ____ de _____ de 2016

Pesquisadora responsável pelo projeto

Voluntário da pesquisa